

RELAÇÕES ENTRE O PARLAMENTO EUROPEU E OS PARLAMENTOS NACIONAIS DA UE

PT



RELATÓRIO ANUAL DE 2022



Parlamento Europeu

PARLAMENTOS DA UNIÃO EUROPEIA



O funcionamento da União Europeia baseia-se na democracia representativa.



Os cidadãos estão diretamente representados, ao nível da União, no Parlamento Europeu.

Os Estados-Membros estão representados no Conselho Europeu pelo respetivo Chefe de Estado ou de Governo e no Conselho pelos respetivos Governos, eles próprios democraticamente responsáveis, quer perante os respetivos Parlamentos nacionais, quer perante os seus cidadãos.



Os Parlamentos nacionais contribuem ativamente para o bom funcionamento da União ao...



...serem informados e notificados pelas instituições da UE acerca dos respetivos projetos legislativos;



...garantirem o respeito pelo princípio da subsidiariedade;



...participarem nos mecanismos de avaliação do espaço de liberdade, segurança e justiça e serem associados ao controlo político da Europol e à avaliação da Eurojust;



...participarem nos processos de revisão dos Tratados da UE;



...serem informados dos pedidos de adesão à UE;



...participarem na cooperação interparlamentar entre os Parlamentos nacionais e com o Parlamento Europeu.



O Parlamento Europeu e os Parlamentos nacionais definem em conjunto a organização e a promoção de uma cooperação interparlamentar eficaz e regular ao nível da UE.



A Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União (COSAC) pode apresentar ao Parlamento Europeu, ao Conselho e à Comissão qualquer contributo que considere adequado. Além disso, essa conferência promove o intercâmbio de informações e de boas práticas entre os Parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu.

* A partir de 1 de fevereiro de 2020, o Parlamento Europeu tem 705 deputados, na sequência da saída do Reino Unido da UE em 31 de janeiro de 2020.

Fontes: Artigo 12.º do Tratado da União Europeia e artigos 9.º e 10.º do Protocolo relativo ao papel dos Parlamentos Nacionais na União Europeia (n.º 1) anexo aos Tratados.

**DIREÇÃO DAS RELAÇÕES
COM OS PARLAMENTOS NACIONAIS**

RELATÓRIO ANUAL DE 2022
**Relações entre o Parlamento Europeu e os
parlamentos nacionais da UE**

O relatório anual de atividades da Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais apresenta uma panorâmica das atividades e dos principais desenvolvimentos no âmbito da cooperação interparlamentar com os parlamentos nacionais em 2022 nos domínios da cooperação institucional, do diálogo legislativo e do controlo parlamentar conjunto. Esta cooperação contou com a participação de 39 parlamentos e assembleias nacionais dos 27 Estados-Membros, assim como o Parlamento Europeu.

O presente relatório é uma publicação da Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais, que faz parte da Direção-Geral das Parcerias para a Democracia Parlamentar do Parlamento Europeu..

Katrin RUHRMANN

Directora

katrin.ruhrmann@europarl.europa.eu

Jesús GÓMEZ

Chefe de Unidade, Unidade do Diálogo Legislativo

jesus.gomez@europarl.europa.eu

Ms Anne Louise MCLAUHLAN

Chefe de Unidade, Unidade da Cooperação Institucional

anne.mclauchlan@europarl.europa.eu

Documento completado por:

Zsuzsanna BALÁZS

Administradora, Unidade do Diálogo Legislativo

zsuzsanna.balazs@europarl.europa.eu

Documento terminado em 31 de março de 2023.

relnatparl@europarl.europa.eu

[Relations with National Parliaments](http://www.europarl.europa.eu/relnatparl/en/home.html) (<http://www.europarl.europa.eu/relnatparl/en/home.html>)

Todas as fotografias e ilustrações © União Europeia, salvo menção em contrário.

ÍNDICE

Prefácio dos vice-presidentes do Parlamento Europeu responsáveis pelas relações com os parlamentos nacionais da UE	4
PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS E TEMAS DA AGENDA INTERPARLAMENTAR EM 2022	6
1. ÓRGÃOS INTERPARLAMENTARES INSTITUCIONAIS	13
1.1. Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União (COSAC)	13
1.2. Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da União Europeia (CPPUE)	17
2. CONFERÊNCIAS INTERPARLAMENTARES (CIP)	21
2.1. Semana Parlamentar Europeia (SPE), Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na UE e Conferência sobre o Semestre Europeu (CIP ECEG)	21
2.2. Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa (CIP PESC/PCSD)	26
3. SUPERVISÃO INTERPARLAMENTAR NO ESPAÇO DE LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA	30
3.1. Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto da Europol	30
3.2. Reunião interparlamentar de comissões sobre a avaliação da Eurojust	33
4. REUNIÕES INTERPARLAMENTARES DE COMISSÕES E OUTRAS FORMAS DE COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	36
4.1. Reuniões interparlamentares de comissões (RIC)	36
4.2. Reunião dos presidentes dos parlamentos nacionais com o presidente do Parlamento da Ucrânia e reunião das Mulheres Presidentes dos Parlamentos da União Europeia	42
4.3. Cooperação interparlamentar em matéria de ação externa da UE e assembleias parlamentares multilaterais	44
4.4. Visitas bilaterais e outros intercâmbios bilaterais	46
5. COOPERAÇÃO LEGISLATIVA COM OS PARLAMENTOS NACIONAIS DA UE	47
5.1. Sistema de alerta precoce e Protocolo n.º 2 anexo aos Tratados	47
5.2. Diálogo político informal e Protocolo n.º 1 anexo aos Tratados	52
6. REDES E INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES	54
6.1. Intercâmbio Interparlamentar de Informação sobre a União Europeia (IPEX)	54
6.2. Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares (CEIDP)	55
6.3. Presidency Parliament Support Programme	60
6.4. Rede de representantes dos parlamentos nacionais da UE em Bruxelas	61
6.5. Seminários para o pessoal	62
7. FERRAMENTAS E ATIVIDADES DE APOIO	64
7.1. Organização de reuniões à distância e videoconferências	64
7.2. CONNECT – a base de dados de documentos apresentados pelos parlamentos nacionais	65
7.3. Diretório de correspondência entre comissões (CorCom)	66
7.4. Ferramenta para envio de contributos dos parlamentos nacionais (NPS)	66
7.5. Publicações da Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais	67
8. DIREÇÃO DAS RELAÇÕES COM OS PARLAMENTOS NACIONAIS	69
ANEXOS	70
ANEXO I – Reuniões da COSAC – Temas e principais oradores em 2022	71
ANEXO II – Reuniões interparlamentares de comissões e conferências interparlamentares organizadas pelo Parlamento Europeu em Bruxelas em 2022	73
ANEXO III – Visitas dos parlamentos nacionais da UE ao Parlamento Europeu em 2022 (incluindo videoconferências organizadas pela Direção)	74
ANEXO IV – Dados sobre o sistema de alerta precoce	77
ANEXO V – Contributos ao abrigo do Protocolo n.º 1 – Diálogo Político Informal	79
ANEXO VI – Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares (CEIDP)	80
GLOSSÁRIO DE TERMOS E ACRÓNIMOS	84

Prefácio dos vice-presidentes do Parlamento Europeu responsáveis pelas relações com os parlamentos nacionais da UE



Othmar Karas, primeiro vice-presidente, e Dita Charanzová, vice-presidente, instalações do Parlamento Europeu em Estrasburgo
© União Europeia 2021 – PE/Andrea Adriani

A guerra de agressão não provocada, ilegal e injustificada da Federação da Rússia contra a Ucrânia foi uma questão e uma preocupação central na cooperação interparlamentar em 2022. A terrível guerra perpetrada pelo Kremlin contra a população ucraniana abalou a ordem europeia de segurança global. Nestes tempos de guerra, a União Europeia tem estado firmemente unida no seu apoio inabalável à independência, soberania e integridade territorial da Ucrânia, bem como na defesa dos valores europeus, da democracia, da liberdade e do Estado de direito.

A guerra na Ucrânia, travada na fronteira da UE, também teve um forte impacto na recuperação económica pós-COVID-19 nos Estados-Membros da União Europeia. A inflação crescente e o aumento dos preços dos produtos alimentares e da energia afetaram a vida dos cidadãos em todos os Estados-Membros da UE. Enquanto deputados, temos de dar resposta a estes enormes desafios e às preocupações dos cidadãos europeus.

As reuniões interparlamentares de 2022 proporcionaram aos deputados dos parlamentos nacionais e ao Parlamento Europeu a oportunidade de trocaram pontos de vista, ideias e boas práticas sobre estas questões.

A pandemia de COVID-19 e o respetivo impacto também permaneceram na ordem do dia de muitas reuniões interparlamentares. O debate e a análise de uma situação complexa, desde questões de saúde, passando pelos desafios sociais e económicos, até aos planos de recuperação pós-pandemia, e a questão de como lidar com estes desafios foram frequentemente o foco dos eventos interparlamentares.

Na sequência dos trabalhos realizados em 2020-2021, a Conferência sobre o Futuro da Europa concluiu o seu mandato em 2022. Tanto os parlamentos nacionais como o Parlamento Europeu cooperaram estreitamente na Conferência e desempenharam um papel fundamental no debate sobre a definição do futuro da Europa. Trabalharam em conjunto para defender os interesses dos

cidadãos no desempenho do seu papel na reorganização das políticas e instituições da UE, bem como o papel dos parlamentos enquanto representantes eleitos dos seus cidadãos.

Em 2022, as atividades interparlamentares puderam finalmente ser retomadas em pleno, tendo a maioria das reuniões sido novamente realizada presencialmente após a pandemia, embora, por razões práticas, algumas tenham sido realizadas em formato híbrido. Os contactos pessoais bilaterais voltaram a ser uma parte essencial das reuniões interparlamentares e, mais do que nunca, a guerra na Ucrânia tornou clara a importância do papel dos parlamentos na defesa dos nossos valores comuns, da democracia e do Estado de direito enquanto alicerces da paz e da estabilidade, tanto na Europa como no resto do mundo. Os parlamentos desempenharão também um papel importante na reconstrução da Ucrânia, bem como no apoio ao seu percurso rumo à adesão à União Europeia.

Enquanto vice-presidentes para as relações com os parlamentos nacionais, estamos firmemente empenhados em continuar a desenvolver o diálogo interparlamentar em tempos difíceis. Estamos convictos de que o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais da UE continuam a ser parceiros fundamentais para moldar o futuro da Europa enquanto lugar pacífico e próspero para os seus cidadãos.

Othmar Karas

Primeiro vice-presidente do
Parlamento Europeu



Dita Charanzová

Vice-Presidente



PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS E TEMAS DA AGENDA INTERPARLAMENTAR EM 2022

Em 2022, o trabalho da Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais foi conduzido e orientado politicamente por Roberta Metsola, presidente do Parlamento Europeu, Othmar Karas, primeiro vice-presidente, juntamente com a vice-presidente Dita Charanzová, ambos responsáveis pelas relações com os parlamentos nacionais, e Antonio Tajani, presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais (AFCO) e da Conferência dos Presidentes das Comissões. Na sequência da sua eleição como deputado ao Parlamento italiano e da sua subsequente nomeação como ministro dos Negócios Estrangeiros e vice-primeiro-ministro de Itália, Antonio Tajani foi substituído pelo novo presidente da Comissão AFCO, Salvatore de Meo, em 17 de outubro de 2022.

Os principais temas recorrentes debatidos em numerosas reuniões interparlamentares incluíram a segurança e a ação externa da UE em resposta à guerra na Ucrânia, a recuperação pós pandemia de COVID-19, a situação do Estado de direito nos Estados-Membros, o NextGenerationEU e os planos de recuperação económica da UE.

A guerra na Ucrânia ocupou um lugar de destaque nas agendas das principais atividades interparlamentares em 2022. Realizaram-se reuniões extraordinárias com o Parlamento da Ucrânia e o Governo ucraniano e foram incluídos pontos específicos sobre a Ucrânia nas ordens do dia de todas as reuniões interparlamentares pertinentes ao longo do ano, tais como as Conferências dos Presidentes, a Cooperação Interparlamentar (CIP) para a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), a COSAC, o Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto (GCPC) da Europol e outros formatos de CIP.



Roberta Metsola, presidente do Parlamento Europeu no hemicycle do PE, em 24 de março de 2022, demonstrando solidariedade para com a Ucrânia através da exibição da bandeira ucraniana e da bandeira da UE.

© União Europeia 2022 PE/Daina Le Lardic

Enquanto primeiro ano parcialmente pós-COVID-19, esperava-se que 2022 fosse um ano politicamente difícil. A recuperação pós-pandemia e a questão de como lidar com as suas consequências económicas e sociais, alcançando simultaneamente uma recuperação ecológica, digital e sustentável e assegurando o controlo parlamentar, constituíram grandes desafios políticos na UE e nos Estados-Membros. Ao longo do ano, os parlamentos trocaram pontos de vista, experiências e boas práticas em matéria de medidas sociais, económicas e de saúde pós-COVID-19, bem como sobre a evolução do aumento dos preços dos alimentos e da energia e as suas graves consequências tanto para as empresas como para os consumidores.

Os resultados e as conclusões da Conferência sobre o Futuro da Europa foram também temas recorrentes nas ordens do dia das reuniões interparlamentares. Os parlamentos nacionais estiveram plenamente envolvidos na Conferência e o tema foi intensamente debatido nas reuniões interparlamentares.

Em 2022, muitas reuniões interparlamentares, embora não todas, puderam ser novamente realizadas presencialmente, pela primeira vez desde o início da pandemia de COVID-19. No entanto, a pandemia acelerou a utilização de ferramentas digitais, que, obviamente, permanecerão disponíveis e poderão ainda ser muito úteis para a organização de determinadas reuniões em formato híbrido ou à distância. De um modo geral, o regresso a reuniões presenciais foi muito bem acolhido e conferiu uma nova dinâmica às atividades interparlamentares em 2022.

O regresso às reuniões com a presença física dos participantes permitiu igualmente retomar a adoção de textos políticos, que são geralmente objeto de intensas negociações durante as reuniões. Na COSAC, foram adotadas conclusões escritas. A Conferência dos Presidentes foi novamente realizada presencialmente e as «Conclusões da Presidência» escritas foram adotadas por consenso.

O Parlamento Europeu continuou a intensificar as suas relações com os parlamentos nacionais através de intercâmbios formais e informais levados a cabo por Othmar Karas, o seu primeiro vice-presidente responsável pelas relações com os parlamentos nacionais e a COSAC. A visita de uma delegação dos presidentes da COSAC e do primeiro vice-presidente do Parlamento Europeu à Ucrânia, em setembro de 2022, que constituiu um sinal firme de apoio ao povo ucraniano, foi possível em resultado do relançamento da cooperação interparlamentar e do reatamento dos contactos pessoais.

As visitas bilaterais dos parlamentos nacionais da UE às instalações do Parlamento Europeu foram também plenamente relançadas em 2022, com 29 delegações visitantes.

Após a crise sanitária, a intensidade dos intercâmbios de informações online e em formato eletrónico (por escrito) entre os parlamentos, em especial no âmbito do Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares (CEIDP), manteve-se estável a um nível elevado. A rede CEIDP também pôde começar a reunir-se de novo presencialmente. Das doze reuniões organizadas em 2022 — quatro reuniões estatutárias e oito seminários online — duas foram realizadas presencialmente, uma em modo híbrido e as restantes à distância.

O ano de 2022 foi o primeiro ano completo de atividade da nova plataforma interparlamentar de intercâmbio de informações da UE (IPEX v3), que permite agora aos parlamentos carregar novos tipos de documentos, e não apenas os relacionados com o parâmetro da subsidiariedade (pareceres fundamentados ou contributos no âmbito do diálogo político informal). A rede IPEX chegou a um compromisso final sobre a revisão das orientações do IPEX, finalizou o estudo de acompanhamento de referência e o questionário destinado aos utilizadores e adotou os pacotes de identidade visual.

A seguir ao aumento significativo do número de comunicações recebidas ao abrigo do Protocolo n.º 2 dos Tratados em 2021, quando as instituições da UE e os parlamentos nacionais já estavam adaptados ao impacto da pandemia de COVID-19 e trabalhavam na sua plena capacidade legislativa, houve uma acalmia relativa em 2022. No entanto, os parlamentos nacionais apresentaram, ainda assim, um grande número de contributos ao abrigo do Protocolo n.º 2, nomeadamente em resposta a uma série de propostas legislativas principalmente no domínio do ambiente e da justiça e assuntos internos. As estatísticas confirmam que os parlamentos nacionais da UE continuaram a utilizar o Protocolo n.º 2 mais frequentemente como um meio para exprimir os seus pontos de vista sobre o fundo das propostas do que sobre a subsidiariedade. Tal poderá refletir o seu desejo de ser mais estreitamente associados aos elementos essenciais do processo legislativo.

Tradicionalmente, a cooperação interparlamentar debruça-se sobre assuntos e debates políticos e institucionais. O sistema de alerta precoce, que liga os parlamentos nacionais ao processo legislativo da UE através do controlo da subsidiariedade, desencadeou um amplo diálogo legislativo que vai muito para além da subsidiariedade.

Nos últimos anos, o controlo parlamentar e a supervisão da ação executiva e das agências europeias foram igualmente objeto de atenção, em particular no domínio da justiça e dos assuntos internos.

Está ainda a desenvolver-se a cooperação parlamentar no domínio das políticas externas da UE, em particular no âmbito da PESC/PCSD, mas também da diplomacia parlamentar, do apoio à democracia e da cooperação em fóruns multilaterais, e até mundiais, para promover os valores e interesses europeus.

Em 2022, foram abordados os seguintes temas recorrentes em vários fóruns interparlamentares e debates bilaterais:

i. A guerra na Ucrânia – apoio ao Parlamento da Ucrânia e ao povo ucraniano

A Federação da Rússia lançou um ataque militar e uma invasão ilegal da Ucrânia em 24 de fevereiro de 2022, que coincidiu com o primeiro dia da CIP PESC/PCSD realizada no Senado francês. Os coorganizadores reagiram rapidamente a esta situação internacional, alterando a ordem do dia previamente elaborada para passar a centrar-se em diferentes aspetos dos eventos que se desenrolavam na Ucrânia. A realização de uma sessão especial sobre a situação na Ucrânia, com o contributo do Embaixador ucraniano em França, e a adoção de uma declaração sobre a Ucrânia foram os principais acontecimentos nesta CIP.

De aí em diante, a guerra na Ucrânia ocupou um lugar de destaque nas agendas dos principais eventos interparlamentares do primeiro semestre de 2022.

Por iniciativa da presidente do PE, Roberta Metsola, e pouco depois do início da agressão russa, os presidentes dos parlamentos nacionais realizaram uma reunião à distância online com Ruslan Stefanchuk, presidente do Parlamento da Ucrânia, em 4 de março de 2022.



Roberta Metsola, presidente do PE, durante a sua visita a Marselha, onde participou na reunião extraordinária online dos presidentes dos parlamentos nacionais europeus com o presidente do Parlamento da Ucrânia, Ruslan Stefanchuk, em 4 de março de 2022
© União Europeia 2022 PE/Daina Le Lardic

Na reunião plenária da COSAC de 3 a 5 de março de 2022, em Paris, foi acrescentada ao programa uma sessão de debate urgente sobre a Ucrânia, tendo sido adotada uma declaração da tróica presidencial. A nível das comissões, na reunião interparlamentar de comissões (RIC) da Comissão dos Direitos das Mulheres e da Igualdade dos Géneros (FEMM) intitulada «Um futuro ambicioso para as mulheres europeias após a COVID-19», realizada online no PE em 3 de março de 2022, os participantes manifestaram a sua solidariedade para com o povo ucraniano e Ivanna Klympush Tsintsadze, presidente da Comissão para a Integração da Ucrânia na União Europeia, apresentou as mais recentes notícias sobre a situação na Ucrânia.

A Conferência dos Presidentes dos Parlamentos, realizada de 28 a 29 de março de 2022 na Eslovénia, ouviu um discurso especial de Ruslan Stefanchuk, que esteve ligado por videoconferência a partir de Kiev. Nas [Conclusões da Presidência](#), os presidentes condenaram «com a maior veemência possível a agressão militar da Rússia contra o Estado soberano da Ucrânia», considerando-a um ataque à ordem internacional da democracia, do Estado de direito e dos direitos humanos. Em 27

de junho de 2022, a Comissão dos Assuntos Externos (AFET) dedicou uma RIC ao tema «Política de alargamento da UE na sequência da invasão da Ucrânia pela Rússia».

Em 12 de julho de 2022, realizou-se uma RIC conjunta organizada pela Comissão FEMM, pela Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos (LIBE) e pela Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais (EMPL) sobre «Os direitos das mulheres ucranianas que fogem da guerra».

Ivanna Klympush-Tsintsadze, presidente da Comissão para a Integração da Ucrânia na União Europeia do Parlamento da Ucrânia, foi convidada para a reunião dos presidentes da COSAC em Praga, em 11 de julho. Manifestou o seu agradecimento pelo apoio dado à Ucrânia no contexto da agressão russa e pela decisão do Conselho Europeu de conceder à Ucrânia o estatuto de país candidato à adesão à UE.

Além disso, convidou os presidentes da COSAC a efetuarem uma visita de solidariedade a Kiev, que teve lugar em 30 de setembro de 2022, com Othmar Karas, primeiro vice-presidente do Parlamento Europeu, na qualidade de chefe de delegação. Os participantes adotaram uma [declaração conjunta à imprensa](#), na qual reiteraram o seu apoio inequívoco à soberania, independência e integridade territorial da Ucrânia dentro das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas.



Othmar Karas, primeiro vice-presidente do PE, durante uma reunião com Yevhen Perebyinis, ministro-adjunto dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia, na Ucrânia, em 30 de setembro de 2022, durante a visita dos presidentes da COSAC a Kiev.

A CIP PESC/PCSD em Praga, de 4 a 5 de setembro de 2022, dedicou uma sessão ao tema «Ucrânia: modelos de apoio político e reconstrução». A [declaração conjunta dos copresidentes](#) centrou-se igualmente na guerra na Ucrânia, entre outras questões.

Na reunião informal das Mulheres Presidentes dos Parlamentos da UE, em 12 de outubro de 2022, foi adotada uma declaração das copresidentes sobre a situação na Ucrânia.

No âmbito da RIC da Comissão LIBE em Bruxelas, o GCPC da Europol realizou um debate temático sobre o «Impacto da guerra na Ucrânia no domínio da segurança», em 25 de outubro de 2022. A sessão IV da reunião plenária da LXVI COSAC, realizada em Praga, de 13 a 15 de novembro de 2022, intitulou-se «Ucrânia – ponto da situação, reconstrução, migração».

A terceira RIC anual sobre as atividades da Eurojust teve lugar em 30 de novembro de 2022 no Parlamento Europeu. O debate centrou-se no facto de, na sequência das circunstâncias extraordinárias relacionadas com a guerra na Ucrânia, o Regulamento Eurojust ter sido rapidamente alterado com novas disposições, que alargaram o mandato, dando à agência a possibilidade jurídica de recolher, conservar e partilhar provas sobre crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio. No mesmo dia, 30 de novembro de 2022, foi organizada pela Comissão AFET, em Bruxelas, uma segunda RIC intitulada «A Europa no mundo – Apoiar a Ucrânia».

ii. A resposta da UE à pandemia e os planos de recuperação pós-COVID-19

Em 2022, os deputados da UE debateram a resposta da UE sobre a forma de fazer face às consequências sociais e económicas da pandemia de COVID-19. As trocas de pontos de vista centraram-se principalmente na forma de assegurar uma recuperação sustentável e ecológica. Esta questão dominou os debates na Semana Parlamentar Europeia em Bruxelas, bem como na 18.ª sessão da CIP sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação, em Praga. Os intercâmbios centraram-se no impacto de uma estratégia definida de saída da crise, na criação de novos recursos próprios, no reforço da resiliência económica e da resposta da Europa em resultado da guerra na Ucrânia e das respetivas repercussões nas economias da UE. O custo da independência energética, a criação do Fundo Social para o Clima 2025-2032 e a preparação para futuras crises também estiveram no topo da agenda.



Semana Parlamentar Europeia - Governação económica da UE numa perspetiva parlamentar, Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na União Europeia, discurso principal por António Costa, primeiro-ministro de Portugal, em 16 de março de 2022.

© União Europeia 2022 PE/ Alain Rolland

iii. As transições ecológica e digital, a inflação e o impacto do conflito no aprovisionamento de gás

As transições ecológica e digital foram uma prioridade fundamental da Presidência francesa e um dos principais temas dos debates nas reuniões interparlamentares, nomeadamente durante a Semana Parlamentar Europeia de 2022. Uma vez que as sanções da UE contra a Rússia foram adotadas e aplicadas em resultado da guerra na Ucrânia, a redução do fornecimento de gás russo foi utilizada como contramedida. A UE teve de se adaptar rápida e eficientemente em 2022 para garantir o seu aprovisionamento a partir de fontes e fornecedores alternativos, e teve também de introduzir medidas para reduzir o consumo de gás, a fim de alcançar a independência em relação aos combustíveis fósseis russos.

O principal efeito negativo na economia da UE foi o aumento da inflação e dos preços da energia, o que gerou um receio de recessão para a economia da UE. O plano REPowerEU surgiu como uma resposta para fazer face à evolução dos mercados mundiais da energia e à sua perturbação. Esta questão foi discutida em pormenor tanto na Semana Parlamentar Europeia de 2022 como na CIP do artigo 13.º, em Praga. O principal objetivo era integrar o REPowerEU no Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR). Foi concebido de forma a ajudar a reduzir a dependência dos combustíveis fósseis através de reformas e investimentos na transição ecológica e da criação de um sistema energético mais resiliente.

iv. Estado de Direito, democracia e direitos fundamentais na UE

Uma vez que o respeito pelo Estado de direito se tornou uma prioridade transversal em todas as

políticas da UE, tal também se refletiu em vários debates interparlamentares, tendo em conta o papel crucial dos parlamentos nacionais na proteção e aplicação dos valores e da legislação da UE.

As reuniões dos presidentes da COSAC também colocaram este tema no topo da ordem do dia. Na sua reunião em Praga, em 10 e 11 de julho de 2022, a segunda sessão foi subordinada ao tema «Meios de comunicação social e democracia: Desafios atuais». Realizaram igualmente uma videoconferência, em 27 de outubro de 2022, dedicada ao relatório sobre o Estado de direito e a Lei da Liberdade dos Meios de Comunicação Social, com Věra Jourová, vice presidente da Comissão Europeia responsável pelos Valores e Transparência.



Presidente da Comissão LIBE, Juan Fernando López Aguilar e Didier Reynders, comissário da Justiça, na [reunião interparlamentar da Comissão LIBE sobre a situação do Estado de direito na UE](#).
© União Europeia 2022 PE/Philippe Buissin

Nesta perspetiva, em 1 de dezembro, a Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos (LIBE) do Parlamento Europeu organizou a segunda RIC anual sobre a situação do Estado de Direito na UE. A reunião, que tem possibilitado um intercâmbio anual regular entre os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu desde 2020, visa promover e salvaguardar os valores comuns da UE, a fim de aprofundar o debate sobre o papel da UE, dos Estados-Membros e dos parlamentos nacionais a este respeito.

v. O papel da UE no mundo

Uma vez que as terríveis consequências económicas, sociais, políticas e geopolíticas da guerra na Ucrânia e da pandemia continuaram a ter um impacto em aspetos fundamentais da PESC e da PCSD da UE, o ambiente de segurança da UE também continuou a deteriorar-se em 2022 e foi um dos temas mais debatidos em fóruns interparlamentares sobre questões de política externa.

No âmbito da CIP PESC/PCSD, os intercâmbios centraram-se na autonomia estratégica da UE. Os deputados salientaram a importância fundamental da resiliência interna da UE, do desenvolvimento de novas parcerias e do reforço da visão multilateral da UE a nível mundial. O seu principal pedido era que a estrutura autónoma de aprovisionamento energético e defesa da UE fosse acelerada e construída sem demora. Os deputados defenderam a adoção e aplicação de sanções severas contra a Rússia, em especial sanções específicas contra os seus principais dirigentes.

Apelaram aos Estados-Membros no sentido de demonstrarem uma verdadeira vontade política para prosseguir os objetivos da UE em matéria de política externa e combater as tentativas de divisão da UE por parte de países terceiros. Na maioria das reuniões, os membros solicitaram à UE que reforçasse o seu papel na sua vizinhança, em especial nos Balcãs Ocidentais, defendendo um roteiro claro para a concessão da adesão à UE aos países dos Balcãs Ocidentais. Em 2022, foram convidados representantes dos parlamentos da Ucrânia e da Moldávia, na qualidade de observadores, para várias reuniões interparlamentares enquanto países aos quais o Conselho Europeu concedeu o estatuto de país candidato à UE em 23 de junho de 2022.

vi. A Conferência sobre o Futuro da Europa

Os deputados ao Parlamento Europeu e os deputados dos parlamentos nacionais prosseguiram a reflexão sobre o futuro da Europa no âmbito da Conferência sobre o Futuro da Europa (COFE), que concluiu os seus trabalhos em 2022. O desenvolvimento do «sentimento de pertença aos valores europeus» com a finalização da COFE foi uma prioridade importante da Presidência francesa, que foi debatida tanto na reunião dos presidentes da COSAC como na reunião plenária da COSAC em Paris. Věra Jourová, vice-presidente da Comissão Europeia responsável pelos Valores e Transparência, também usou da palavra na reunião plenária da COSAC, em 14 de novembro de 2022, em Praga, durante a sessão sobre «O Futuro da UE».



Discurso de Guy Verhofstadt, copresidente do PE no Conselho Executivo da COFE, na [reunião interparlamentar da Comissão AFÇO](#), em 26 de outubro de 2022, sobre as «Conclusões da Conferência sobre o Futuro da Europa e o papel dos parlamentos nacionais na UE»

© UE 2022 PE/Eric Vidal

A Comissão AFÇO realizou uma primeira RIC especificamente dedicada à COFE sobre os «Primeiros resultados da Conferência sobre o Futuro da União Europeia» à distância, em 17 de maio de 2022, e uma segunda RIC da Comissão AFÇO sobre as «Conclusões da Conferência sobre o Futuro da Europa e o papel dos parlamentos nacionais», em 26 de outubro de 2022. Em ambas as RIC, os deputados debateram o seguimento e a aplicação das propostas da Conferência. Durante a RIC de outubro, os deputados ao Parlamento Europeu, em conjunto com deputados dos parlamentos nacionais e os três copresidentes do Conselho Executivo da COFE chegaram a acordo sobre o importante papel dos parlamentos nacionais na UE, bem como sobre a promoção da participação dos cidadãos através do envolvimento dos cidadãos no processo de elaboração de políticas da UE.

1. ÓRGÃOS INTERPARLAMENTARES INSTITUCIONAIS

1.1. Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União (COSAC)



A COSAC, ou Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União, foi constituída em novembro de 1989, em Paris. Destaca-se por ser o único fórum interparlamentar consagrado nos Tratados (Protocolo n.º 1 relativo ao papel dos parlamentos nacionais na União Europeia). O parlamento do Estado-Membro que exerce a Presidência rotativa do Conselho desempenha o papel principal na definição do rumo e dos trabalhos da COSAC. Uma tróica presidencial, de que o Parlamento Europeu é membro permanente, apoia a COSAC. A Presidência conta também com o apoio estrutural de um pequeno secretariado gerido pelo Parlamento Europeu e chefiado por um funcionário destacado de um parlamento nacional («membro permanente»). Ver www.ipex.eu.

1.1.1. Após dois anos de reuniões por videoconferência organizadas totalmente à distância, a [reunião dos presidentes da COSAC](#) durante a Presidência francesa do Conselho da UE realizou-se em 13 e 14 de janeiro de 2022, em Paris, em formato híbrido. A escolha do formato híbrido deveu-se à crise sanitária causada pela pandemia de COVID-19, que se mantinha no início de 2022. A reunião foi organizada pelo Senado francês nas suas instalações. A reunião teve início com uma homenagem ao presidente David Sassoli, falecido em 11 de janeiro de 2022, seguida de um discurso de Clément Beaune, secretário de Estado, ministro da Europa e dos Negócios Estrangeiros de França, responsável pelos Assuntos Europeus. Centrou-se nas prioridades da Presidência francesa, como o reforço da soberania da Europa, o «modelo europeu de transição climática, social e digital» e o «sentimento de pertença aos valores europeus», com a finalização da Conferência sobre o Futuro da Europa. Christine Lagarde, presidente do Banco Central Europeu, foi igualmente convidada a intervir na reunião para falar sobre o «Vigésimo aniversário do euro: concretizações e futuro do euro». Anunciou, nomeadamente, o lançamento de uma fase de trabalho com vista à introdução do euro digital no prazo de cinco anos, em resposta à crescente desmaterialização dos pagamentos e à proliferação de criptomoedas.



[Reunião dos presidentes da COSAC, Paris, França, 13-14 de janeiro de 2022](#)

© Presidência francesa

Durante a reunião dos presidentes de janeiro de 2022, a Presidência francesa propôs igualmente a criação de dois grupos de trabalho com vista a dar maior visibilidade ao trabalho da COSAC, proposta que foi aprovada por consenso. Embora se tenha acordado que estes grupos de trabalho não implicariam quaisquer obrigações para as próximas presidências, a checa ou outra, cada Parlamento nacional e o Parlamento Europeu foram convidados a nomear um máximo de dois membros para o representar em cada grupo de trabalho numa base voluntária. O primeiro grupo de trabalho foi dedicado ao tema «O papel dos parlamentos nacionais na UE» e o segundo ao tema «O lugar dos valores europeus no centro do sentimento de pertença». Os trabalhos tiveram início em fevereiro de 2022 e foram concluídos em junho de 2022. Ambos adotaram relatórios e conclusões, resumindo as trocas de pontos de vista realizadas durante o primeiro semestre de 2022.

1.1.2. A reunião plenária da LXVII COSAC em Paris, França, de 3 a 5 de março de 2022, teve lugar nas instalações da Assemblée Nationale (Assembleia Nacional Francesa). A reunião foi agendada para uma fase relativamente precoce do semestre da Presidência francesa, devido às eleições presidenciais francesas de 10 e 24 de abril de 2022. A atmosfera e os debates foram fortemente afetados pela invasão da Ucrânia pela Rússia, que tinha tido lugar na semana anterior. Foi acrescentado um debate urgente sobre a Ucrânia ao programa e foi adotada uma declaração da tróica presidencial com o apoio das outras delegações. Todas as delegações parlamentares condenaram a agressão russa e manifestaram a sua solidariedade para com as autoridades democraticamente eleitas da Ucrânia e para com o povo ucraniano. O resto do programa centrou-se na avaliação inicial da Presidência francesa, com um contributo do primeiro-ministro Jean Castex sobre o plano de recuperação para a Europa e a saída da crise, as alterações climáticas e a transição energética e a Conferência sobre o Futuro da Europa. Outra breve sessão proporcionou a oportunidade de apresentar um primeiro relatório intercalar sobre os resultados de ambos os grupos de trabalho criados pelos presidentes da COSAC.



Sessão de abertura da reunião dos presidentes da COSAC em Praga, Chéquia, no Senado da Chéquia, em 11 de julho de 2022
© Presidência checa

1.1.3. A dimensão parlamentar da Presidência checa do Conselho da UE teve início com a reunião dos presidentes da COSAC em Praga, em 11 de julho de 2022, organizada pelo Senado checo. Jan Lipavsky, ministro checo dos Negócios Estrangeiros, apresentou as prioridades da Presidência checa, sob o lema «A Europa como missão: Repensar, Reconstruir, Revitalizar», inspirado pelo antigo Presidente Václav Havel. Věra Jourová, vice-presidente da Comissão Europeia responsável pelos Valores e Transparência, apresentou a segunda sessão sobre «Meios de comunicação social e democracia: Desafios atuais», com uma mensagem em vídeo, enquanto o primeiro vice-presidente do Parlamento Europeu, Othmar Karas, proferiu o discurso principal, juntamente com Michal Klíma, comissário responsável pelos Meios de Comunicação Social e contra a Desinformação do Governo checo.



Contributo de Ivanna Klympush-Tsintsadze, presidente da Comissão para a Integração da Ucrânia na União Europeia do Parlamento da Ucrânia, na [reunião dos presidentes da COSAC](#), em 11 de julho de 2022, em Praga, no Senado checo

© Presidência checa

Ivanna Klympush-Tsintsadze, presidente da Comissão para a Integração da Ucrânia na União Europeia, do Parlamento da Ucrânia, e Adrian Băluțel, membro da Comissão Permanente da Política Externa e da Integração Europeia do Parlamento da Moldávia, foram igualmente convidados para a reunião, pela primeira vez, na qualidade de representantes dos parlamentos dos países aos quais o Conselho Europeu concedeu o estatuto de país candidato à UE em 23 de junho de 2022. Manifestaram o seu agradecimento pelo apoio dado aos seus países no contexto da agressão russa e pela decisão do Conselho Europeu de lhes conceder o estatuto de país candidato à adesão à UE. Além disso, Ivanna Klympush-Tsintsadze convidou os presidentes da COSAC a efetuarem uma visita de solidariedade a Kiev nas semanas seguintes.



Alocução de boas-vindas na [reunião plenária da LXVIII COSAC](#) por Markéta Pekarová Adamová, presidente da Câmara dos Deputados, Parlamento da Chéquia, em Praga, em 14 de novembro de 2022

© Presidência checa



Quarta sessão da reunião plenária da LXVIII COSAC subordinada ao tema «Ucrânia – ponto da situação, reconstrução, migração», em 15 de novembro de 2022

© Presidência checa

1.1.4.A [reunião plenária da LXVIII COSAC em Praga, de 13 a 15 de novembro de 2022](#), teve lugar em formato totalmente presencial. Mikuláš Bek, do Ministério dos Assuntos Europeus da República Checa, apresentou os resultados da Presidência checa do Conselho da UE. Durante uma sessão sobre o futuro da UE, o primeiro vice-presidente do Parlamento Europeu, Othmar Karas, e a vice-presidente da Comissão, Věra Jourová, destacaram a importância de dar seguimento à Conferência sobre o Futuro da Europa. Os parlamentares tiveram também a oportunidade de debater a autonomia estratégica da UE, o ponto da situação na Ucrânia e a perspectiva europeia para os Balcãs Ocidentais e os países da Parceria Oriental. Na reunião plenária, também foi adotado um contributo e conclusões pela primeira vez desde o início da pandemia.



Othmar Karas, primeiro vice-presidente do Parlamento Europeu, e Ruslan Stefanchuk, presidente do Parlamento da Ucrânia, durante uma reunião com os presidentes de várias comissões do Parlamento da Ucrânia, em 30 de setembro de 2022.

© União Europeia 2022 / PE, Sergei Chuzavkov

Para enviar um sinal importante de apoio, os presidentes das comissões dos Assuntos Europeus dos parlamentos nacionais da UE e o primeiro vice-presidente do Parlamento Europeu realizaram uma [visita de solidariedade à Ucrânia, em 30 de setembro de 2022](#). Os participantes adotaram uma [declaração conjunta à imprensa](#), na qual reiteraram o seu apoio inequívoco à soberania, à independência e à integridade territorial da Ucrânia dentro das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas. Esta declaração foi grandemente apreciada pela parte ucraniana, pois assinalou claramente que a COSAC estava *determinada a defender a liberdade e a democracia na Europa, em consonância com o objetivo da cooperação interparlamentar*.



Othmar Karas, primeiro vice-presidente do Parlamento Europeu, e a delegação de presidentes da COSAC durante uma reunião com Vitali Klitschko (à direita na foto), presidente do município de Kiev, na Ucrânia, em 30 de setembro de 2022.

© União Europeia 2022 / PE, Sergei Chuzavkov

Além disso, as videoconferências informais habituais entre os delegados na COSAC e membros da Comissão Europeia, que tiveram início durante a pandemia, prosseguiram em 2022, oferecendo *uma oportunidade para realizar debates atempados e aprofundados sobre iniciativas europeias concretas e reforçar o diálogo político e a cooperação interparlamentar*. Foi acordado dar continuidade a esta prática, conforme confirmado nas conclusões adotadas na reunião plenária da LXVIII COSAC.

A lista pormenorizada dos eventos e reuniões da COSAC consta do anexo I.

Principais desenvolvimentos em 2022:

- Em 2022, as reuniões da COSAC começaram por ser realizadas em formato híbrido, tendo sido retomado o formato tradicional «totalmente presencial» durante o semestre da Presidência checa.
- Pela primeira vez em três anos, foram adotados textos políticos, como contributos e conclusões, na reunião plenária da LXVIII COSAC.
- A primeira visita de um grupo de presidentes da COSAC e de presidentes das comissões do Parlamento Europeu a um país terceiro ocorreu em Kiev, na Ucrânia, em setembro de 2022.
- Foram criados dois grupos de trabalho da COSAC durante o primeiro semestre de 2022, por iniciativa da Presidência francesa.
- O número de intercâmbios da COSAC aumentou ainda mais em 2022: continuaram a realizar-se trocas informais de pontos de vista com oradores de alto nível (da Comissão) e foram realizadas trocas de pontos de vista adicionais no âmbito dos dois grupos de trabalho da COSAC.
- O Parlamento Europeu manteve uma presença consistente e relevante nas reuniões da COSAC.

1.2. Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da União Europeia (CPPUE)

As Diretrizes de Estocolmo para a Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE foram adotadas em 2010. Estas preveem uma reunião anual de presidentes dos Parlamentos, organizada pelo Estado-Membro que exerce a presidência no segundo semestre de um determinado ano, e realizada durante a presidência da primavera do ano seguinte. Esta conferência adota conclusões da presidência não vinculativas. Além disso, tem por função supervisionar a coordenação das atividades interparlamentares da UE.

A ordem do dia da CPPUE é preparada na reunião dos secretários-gerais dos parlamentos da União Europeia. Ver www.ipex.eu



Fotografia de grupo da [Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE, Eslovénia, 28-29 de março de 2022](#)

© Presidência eslovena/Nebojša Tejić/STA

Depois de a Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE ter sido cancelada em 2020 e de, em 2021, ter sido encurtada para meio dia e realizada à distância devido à pandemia de COVID-19, assistiu-se em 2022 ao regresso às atividades normais, tendo a [Conferência dos Presidentes dos Parlamentos](#) sido realizada com a sua duração habitual e em formato presencial, em Brdo pri Kranju, na Eslovénia, em 28 e 29 de março de 2022.

A conferência iniciou-se com alocações de abertura proferidas por Igor Zorčič, presidente da Assembleia Nacional eslovena, e por Alojz Kovšca, presidente do Conselho Nacional da República da Eslovénia. O Parlamento Europeu foi representado pela presidente Roberta Metsola, que proferiu um discurso inaugural na sessão de abertura, a que se seguiu uma alocução de Borut Pahor, presidente da Eslovénia.

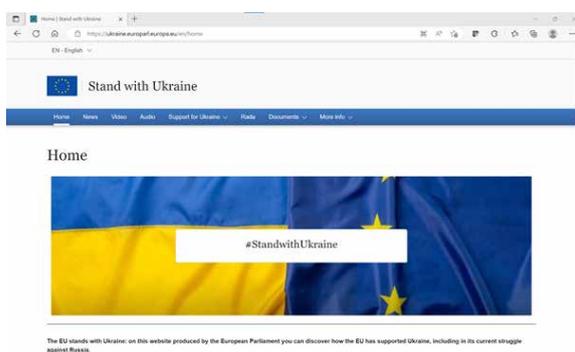
No seu discurso inaugural, a presidente Metsola confirmou o apoio do Parlamento Europeu à Ucrânia face à agressão russa, o qual foi formalizado numa resolução e também demonstrado através de medidas práticas de solidariedade para com o Parlamento da Ucrânia, que intensificaram a cooperação iniciada em 2014.



Roberta Metsola, presidente do Parlamento Europeu, na Conferência dos Presidentes dos Parlamentos na Eslovénia, em 29 de março de 2022.

© Presidência eslovena/Matija Sušnik

Entre outras formas de apoio, o Parlamento Europeu criou o sítio Web «[Stand with Ukraine](https://ukraine.europarl.europa.eu/home)», disponível em inglês e em ucraniano, que contém notícias e *podcasts*, bem como legislação e resoluções, e permite ao Parlamento da Ucrânia partilhar conteúdos. Salientando a necessidade de agir de forma decisiva para manter a clareza e a esperança dentro e fora da União Europeia, particularmente em tempos de crise em que é necessário proteger a democracia parlamentar e o Estado de direito, a presidente Metsola expressou igualmente a sua vontade de visitar Kiev para demonstrar a extensão do apoio do Parlamento Europeu ao processo democrático da Ucrânia. A sua visita à Ucrânia realizar-se-ia pouco depois da Conferência dos Presidentes dos Parlamentos, em 1 de abril de 2022.



Como instrumento de apoio, o Parlamento Europeu criou o sítio Web «[Stand with Ukraine](https://ukraine.europarl.europa.eu)» (<https://ukraine.europarl.europa.eu>)

Após a sessão de abertura, os presidentes dos parlamentos passaram à primeira sessão, dedicada ao tema «O papel dos parlamentos nas políticas de emergência – Reforçar a resiliência para uma governação democrática», que incidiu na recente pandemia de COVID-19 e na guerra em curso na Ucrânia. A oradora principal, Meritxell Batet Lamaña, presidente do Congresso dos Deputados espanhol, expressou a opinião de que a presença física de legisladores era fundamental para coordenar as diferentes perspetivas políticas, para permitir a supervisão do poder executivo e para alcançar consensos. Roberto Fico, presidente da Câmara dos Deputados italiana, sublinhou a

capacidade dos parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu para responderem adequadamente a situações de emergência em prol dos cidadãos. Por último, o terceiro orador principal, Tomasz Grodzki, presidente do Senado polaco, destacou a missão dos parlamentos de assegurarem um processo legislativo adequado e de serem os guardiões de valores comuns partilhados, como o Estado de direito e os meios de comunicação social livres. Durante o debate que se seguiu, foi enfatizado que o papel dos parlamentos como guardiões os obrigava a demonstrarem resiliência e eficácia em situações de emergência, como a pandemia de COVID-19 ou a guerra na Ucrânia.



Alocução de Ruslan Stefanchuk, presidente do Parlamento da Ucrânia, por videoconferência, na segunda sessão da Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE, na Eslovénia, em 29 de março de 2022.

© Presidência eslovena/Matija Sušnik

O segundo debate da Conferência foi subordinado ao tema «A União Europeia enquanto garante da estabilidade, da segurança e da prosperidade na região (e mais além)». Nesta sessão, os presidentes dos parlamentos partilharam os seus pontos de vista sobre a estratégia de segurança que a UE deveria adotar, condenaram a agressão levada a cabo pela Rússia e manifestaram o seu apoio à Ucrânia. Após as palavras de introdução proferidas pelo orador convidado Talat Xhaferi, presidente da Sobranie (Parlamento) da Macedónia do Norte, a Conferência dos Presidentes dos Parlamentos ouviu uma alocução especial de Ruslan Stefanchuk, presidente do Parlamento da Ucrânia, realizada por videoconferência, a partir de Kiev. Descrevendo a agressão russa como uma guerra contra a Europa e o mundo democrático, Ruslan Stefanchuk prestou homenagem às pessoas que perderam a vida e aos ucranianos deslocados que foram forçados a deixar familiares para trás e que representavam 44 % da população do país. Caracterizou o bombardeamento de alvos civis, inclusive escolas, como crimes de guerra e genocídio contra a nação ucraniana e apelou ao reforço das sanções e à disponibilização de material de guerra.

Foram ainda proferidos discursos principais por Miloš Vystrčil, presidente do Senado da Chéquia, por Constantine An. Tassoulas, presidente do Parlamento grego, e por Wolfgang Sobotka, presidente do Conselho Nacional da Áustria. No debate que se seguiu, os presidentes dos parlamentos não só condenaram a violação do direito internacional dos conflitos armados, a obstrução da prestação de ajuda humanitária e a violação dos cessar-fogos acordados por parte da Rússia, como também expressaram as suas condolências ao povo ucraniano e às vítimas civis e militares da agressão. No que respeita ao contexto geopolítico em mutação, considerou-se fundamental dispor de uma política europeia de vizinhança forte na Vizinhança Meridional da UE para enfrentar os desafios de governação e de segurança, bem como os desafios económicos, sociais e ambientais, no Mediterrâneo, nomeadamente no Norte de África e no Médio Oriente. Foi lançado um apelo a uma ação mais ambiciosa da UE, tanto a leste como a sul das suas fronteiras, a fim de garantir a segurança, a estabilidade e a paz no continente europeu.

O facto de a Conferência dos Presidentes dos Parlamentos ter sido realizada à distância em 2021 não permitiu que fossem adotadas conclusões, pelo que a Conferência de 2022 foi a primeira desde 2019 a adotar um texto.

Nas [Conclusões da Presidência](#), adotadas por consenso geral, os presidentes dos parlamentos

condenaram com a maior veemência possível a agressão militar da Rússia contra o Estado soberano da Ucrânia, considerando-a um ataque à ordem internacional da democracia, do Estado de direito e dos direitos humanos. Apelaram a que a Europa reforçasse o seu papel na vizinhança, particularmente nos Balcãs Ocidentais, preconizando um roteiro claro para a concessão do estatuto de membro da UE aos países dos Balcãs Ocidentais e a melhoria da cooperação entre a UE e a Turquia.

As conclusões referem também a importância dos parlamentos em situações de emergência, como a pandemia de COVID-19, visto que as medidas extraordinárias, em particular, exigem um controlo democrático. Os presidentes dos parlamentos saudaram o enorme empenho e capacidade de inovação demonstrados pelos parlamentos na adaptação dos seus trabalhos às circunstâncias excecionais da pandemia. Por último, os presidentes dos parlamentos adotaram alguns pontos acerca do Intercâmbio Interparlamentar de Informação sobre a União Europeia (IPEX), nos quais, entre outras coisas, incentivavam os parlamentos a publicar na Internet os textos das suas resoluções sobre a Ucrânia.

Principais desenvolvimentos em 2022:

- A Conferência dos Presidentes dos Parlamentos realizou-se presencialmente pela primeira vez desde 2019 (a Conferência de 2020 foi cancelada e a Conferência de 2021 foi realizada à distância).
- Pela primeira vez desde 2019, foram adotadas conclusões em pleno (a Conferência de 2020 adotou as «Conclusões da Presidência», pois o formato à distância não permitiu a negociação de um texto).
- A Conferência analisou o conflito em curso na Ucrânia, com a participação à distância de Ruslan Stefanchuk, presidente do Parlamento da Ucrânia.

2. CONFERÊNCIAS INTERPARLAMENTARES (CIP)

2.1. Semana Parlamentar Europeia (SPE), Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na UE e Conferência sobre o Semestre Europeu (CIP ECEG)

A Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na UE (instituída nos termos do artigo 13.º do Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária [Pacto Orçamental]) proporciona um quadro para o debate e o intercâmbio de informações e de boas práticas na aplicação das disposições pertinentes do Tratado e para a cooperação entre os parlamentos nacionais da UE e o Parlamento Europeu.

A Conferência sobre o Semestre Europeu constitui uma oportunidade para o intercâmbio de informações sobre as boas práticas na execução dos ciclos do Semestre Europeu e para o reforço da cooperação destinada a fiscalizar as ações dos executivos, quer a nível nacional, quer a nível europeu.

Em conjunto, estas conferências inscrevem-se na Semana Parlamentar Europeia (SPE), que congrega parlamentares de toda a UE para debater assuntos económicos, orçamentais e sociais. Ambas as conferências conquistaram um espaço regular no calendário das atividades interparlamentares e constituem verdadeiros fóruns para debates interparlamentares sobre estes importantes domínios de intervenção.



[Cartaz da Semana Parlamentar Europeia, 2022.](#)

© UE_EP

Em 2022, o Parlamento Europeu, em conjunto com o Parlamento francês, organizou, pelo segundo ano consecutivo, a [Semana Parlamentar Europeia](#). Devido à crise da COVID-19, a reunião realizou-se à distância por videoconferência a partir das instalações do Parlamento Europeu em Bruxelas, nos dias 15 e 16 de março de 2022.

Tratou-se da 11.ª edição da Semana Parlamentar Europeia, que contou com a participação de cerca de 90 parlamentares de 24 Estados-Membros da UE, de dois países candidatos e de países observadores, reunidos para debater questões económicas, orçamentais, ambientais e sociais. O Parlamento Europeu fez-se representar por mais de 60 deputados. O grande número de participantes foi revelador do êxito, da pertinência e da necessidade de um intercâmbio parlamentar sobre os temas propostos no difícil contexto atual.

O programa incluiu alocações inaugurais de Roberta Metsola, presidente do Parlamento Europeu, de Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, e de António Costa, primeiro-ministro de Portugal. Os debates deste ano abordaram sobretudo a guerra na Ucrânia e o impacto da crise da COVID-19 nas economias da UE, a recuperação e as próximas etapas.



Semana Parlamentar Europeia – Governação económica da UE numa perspetiva parlamentar, Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na União Europeia, 15-16 de março de 2022.

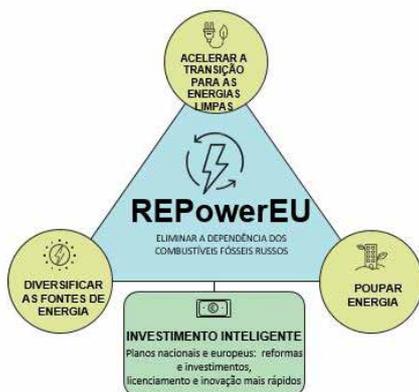
© União Europeia, 2022, PE/Alain Rolland

A primeira sessão plenária foi dedicada aos **recursos próprios da UE**. Durante o debate, os deputados dos parlamentos nacionais e os deputados ao Parlamento Europeu realçaram que a introdução do plano de recuperação «[NextGenerationEU](#)» representou um ponto de inflexão. Nos contributos para o debate, os participantes destacaram que o avultado pacote de apoio aos Estados-Membros, financiado principalmente através da contração de empréstimos nos mercados financeiros que deveriam ser posteriormente reembolsados, tinham vindo impulsionar a criação de novas fontes de receitas para a UE. Assinalaram, como tal, que não dispor de novos recursos próprios a partir de 2027 implicaria um corte orçamental de, em média, 15 mil milhões de EUR por ano por força do reembolso da dívida contraída com o plano de recuperação. As principais conclusões foram que tal não seria aceitável e seria contrário aos interesses das futuras gerações.



Lema do [NextGenerationEU](#), o instrumento de recuperação temporário da UE, no valor de 800 mil milhões de EUR, para apoiar a recuperação económica após a pandemia de COVID-19 e construir um futuro mais ecológico, mais digital e mais resiliente.

A segunda sessão plenária foi dedicada à **reforma do Pacto de Estabilidade e Crescimento**. Os deputados ao Parlamento Europeu e os deputados dos parlamentos nacionais debateram a futura revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento e ouviram as observações introdutórias proferidas pelos comissários europeus responsáveis, Valdis Dombrovskis (Comércio) e Paolo Gentiloni (Economia). A troca de pontos de vista entre os parlamentares europeus e nacionais reafirmou, uma vez mais, que a invasão da Ucrânia pela Rússia tinha amplificado a importância de os países da UE agirem de forma coordenada face às circunstâncias em mutação que se previam no futuro. Os deputados assinalaram que, na revisão do pacto, um aspeto importante seria encontrar um equilíbrio entre a adoção de regras que propiciassem orçamentos estáveis e a garantia de margem para as transições necessárias. Durante a sessão, foi salientado que a revisão do quadro legislativo macroeconómico deveria basear-se nos ensinamentos retirados do NextGenerationEU e que a desativação da cláusula de derrogação de âmbito geral deveria ser cuidadosamente reconsiderada, uma vez que estavam a ser preparados novos programas de investimento, como o [plano REPowerEU](#), que acresceriam aos programas de investimento já acordados.



Principais objetivos do [REPowerEU](#), um plano da UE para reduzir rapidamente a dependência dos combustíveis fósseis russos até 2027 e acelerar a transição ecológica.

A terceira sessão plenária, dedicada ao tema «**Conferência de Alto Nível sobre o Mecanismo de Recuperação e Resiliência: Ensinamentos para o futuro**», teve lugar no segundo dia. Os copresidentes da sessão, em representação do PE e do Parlamento francês, afirmaram que a crise ucraniana tinha agravado as perspetivas económicas e sociais da UE e tinha criado múltiplos novos desafios, nomeadamente a inflação e a distorção das cadeias de abastecimento. Reiteraram a necessidade de utilizar o MRR de forma eficiente e coordenada, uma vez que constituía uma resposta coordenada, rápida e audaciosa à crise e tinha conduzido a uma recuperação económica na UE e a uma baixa taxa de desemprego. Os intervenientes expressaram a opinião de que a invasão russa, juntamente com o aumento acentuado dos preços da energia e a distorção das cadeias de abastecimento, exigia que fossem tomadas as decisões certas no futuro. Foi assinalada no debate a necessidade de garantir que a redução dos défices e das dívidas ocorresse de forma sustentável do ponto de vista político e social.



Banda publicitária do [Mecanismo de Recuperação e Resiliência \(MRR\)](#), o principal instrumento do NextGenerationEU para ajudar a UE a sair mais forte e mais resiliente da crise atual.

Durante as trocas de pontos de vista que se seguiram com deputados dos parlamentos nacionais e deputados ao Parlamento Europeu, bem como com intervenientes do setor privado representantes de empresas energéticas e instituições orçamentais independentes, foi salientado que todas as verbas consignadas a este instrumento revolucionário eram bem despendidas. Foi sublinhada a importância de ter uma economia forte e resiliente, que pudesse ajudar a minimizar as consequências económicas da guerra na Ucrânia. Foi destacado que, no âmbito do MRR, a tónica tinha sido colocada em projetos no domínio da segurança energética e da transição para uma economia mais ecológica, bem como na importância da autonomia estratégica da UE.

Como é habitual no segundo semestre, a [18.ª sessão da Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na UE](#) teve lugar na capital da Presidência do Conselho, Praga, nos dias 10 e 11 de outubro de 2022. Tratou-se da primeira conferência nesta configuração a ser realizada em formato presencial desde o surto de COVID 19. Durante a conferência, os deputados dos parlamentos nacionais e os deputados ao Parlamento Europeu, juntamente com representantes da Comissão Europeia, do Banco Europeu de Investimento e da Presidência, debateram questões financeiras e económicas atuais à luz da guerra na Ucrânia e das suas repercussões nas economias europeias.

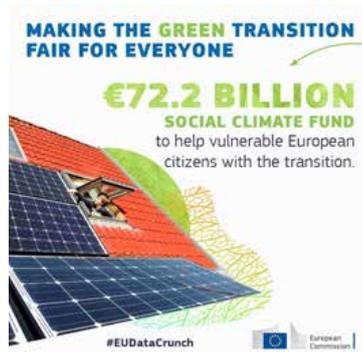


Observações iniciais de Markéta Pekarová Adamová, presidente da Câmara dos Deputados do Parlamento da Chéquia, na [18.ª CIP sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na UE](#), em 10 de outubro de 2022, em Praga

© Presidência checa

A primeira sessão foi dedicada ao **estado da execução e novos desafios do [Mecanismo de Recuperação e Resiliência \(MRR\)](#)**. Os participantes salientaram que a trajetória de recuperação após a crise da COVID-19 tinha sido afetada pelo conflito na Ucrânia. Os deputados levantaram a questão dos efeitos desta guerra injustificada às portas da UE, que exacerbou as repercussões negativas na economia da UE, confrontada com um aumento da inflação e dos preços da energia. Durante a sessão, foi debatido o plano REPowerEU enquanto resposta da Comissão Europeia à evolução dos mercados mundiais da energia e à sua perturbação. Foi assinalado que a integração do REPowerEU no MRR daria um incentivo ainda maior aos Estados-Membros da UE; além disso, o REPowerEU, tal como foi concebido, poderia ajudar a reduzir a dependência dos combustíveis fósseis através de reformas e investimentos na transição ecológica e da criação de um sistema energético mais resiliente. Foi enfatizado que o acréscimo de 20 mil milhões de EUR sob a forma de subvenções ao MRR permitiria aos Estados-Membros da UE alcançar estes novos objetivos e acelerar a sua transição para energias limpas. Tal seria concretizado mediante a atualização dos planos nacionais de recuperação e resiliência com os novos capítulos REPowerEU. A maior preocupação manifestada pelos deputados disse respeito à inflação crescente e ao receio de uma recessão da economia da UE devido à crise energética. As questões levantadas durante a troca de pontos de vista incluíram o problema da fragilidade das infraestruturas energéticas e a falta de especialistas qualificados no domínio da energia. Os deputados também salientaram que importaria dar maior ênfase à finalização dos novos recursos próprios que ajudariam a reembolsar a dívida contraída no âmbito do NextGenerationEU.

A segunda sessão abordou **os custos da independência energética e o financiamento de medidas nos domínios da energia e do clima**. Todos os intervenientes enfatizaram o aumento dos preços da energia. Durante o debate, foi salientado que os preços da energia tinham começado a aumentar ligeiramente no primeiro trimestre de 2021, aumentando a um ritmo mais rápido no segundo semestre. O aumento dos preços da energia tinha sido essencialmente provocado pela crise da COVID-19 e pelo aumento acentuado do consumo associado à recuperação económica. Os intervenientes sublinharam que, na sequência do eclodir da guerra na Ucrânia, a incerteza em torno do aprovisionamento de gás e de petróleo tinha impulsionado ainda mais o aumento dos preços da energia. Durante a sessão, foram debatidas as vantagens do [Fundo Social para o Clima 2025-2032](#), particularmente o facto de a criação do fundo contribuir para mitigar as mudanças, em especial para os cidadãos e as indústrias mais vulneráveis. Foi salientado que o fundo seria financiado pelos recursos próprios da União e, a partir de 2026, pelas receitas do comércio de licenças de emissão dos setores dos edifícios e do transporte rodoviário (25 % das receitas esperadas). Muitos dos participantes no debate apoiaram a aquisição conjunta de energia proposta pela Plataforma Energética da UE. Foi igualmente sublinhado que uma diversificação mais célere dos recursos e do aprovisionamento, bem como o regresso à energia nuclear e uma maior utilização desta poderiam ter um grande impacto na resolução da crise energética que a UE estava a combater.



Explicação do *Fundo Social para o Clima 2025-2032*, que concederá financiamento aos Estados-Membros para ajudar os agregados familiares, utilizadores de transportes e microempresas mais vulneráveis a fazerem face aos custos mais elevados da energia e dos transportes que deverão resultar do alargamento do Sistema de Comércio de Licenças de Emissão (CELE) a dois novos setores, a saber, o setor dos edifícios e o setor do transporte rodoviário.

Na terceira sessão, foi abordado **o reforço da resiliência económica da Europa e a sua preparação para futuras crises**. Os intervenientes assinalaram que a Europa ainda mal tinha recuperado economicamente dos efeitos da crise financeira e da dívida quando foi atingida pela crise da COVID-19, em 2019. A recuperação económica após a pandemia tinha tido como consequência negativa o aumento dos preços. Os deputados chamaram a atenção para o facto de se ter previsto que as pressões negativas associadas à recuperação económica diminuiriam em 2021. No entanto, a evolução positiva tinha sido travada pela invasão da Ucrânia pela Rússia. Os participantes assinalaram o facto de que a guerra na Ucrânia estava a intensificar os efeitos negativos na economia e a abrandar o crescimento do PIB. A inflação e o aumento dos preços da energia foram apontados como os maiores desafios com que a UE estava confrontada. Segundo os participantes, a incerteza estava a travar o investimento e a resiliência seria a chave para evitar a próxima crise. As principais conclusões foram que a UE teria de agir de forma solidária e construir um futuro sólido recorrendo a todos os instrumentos, tanto os clássicos como os temporários (QFP, MRR, fundos estruturais, REPowerEU, Fundo Social para o Clima, etc.). Por outro lado, a UE tinha tido de utilizar o potencial do Banco Europeu de Investimento (BEI), que disponibilizava financiamento para projetos que visassem a realização dos objetivos da UE. A par do Fundo Europeu de Investimento, do qual era acionista maioritário, o BEI constituía um dos principais pilares para a construção de uma Europa mais resiliente. Durante o debate, foi sublinhado que, para além do financiamento da inovação, das infraestruturas ou das PME, o BEI era também líder no financiamento ecológico.

Foi decidido que os debates sobre esta matéria seriam retomados na Semana Parlamentar Europeia seguinte, agendada para 27 e 28 de fevereiro de 2023, em Bruxelas.

Principais desenvolvimentos em 2022:

- Os intercâmbios realizados nas duas reuniões centraram-se no impacto de uma estratégia de saída da crise, na criação de novos recursos próprios, no reforço da resiliência económica e da resposta da Europa em resultado da guerra na Ucrânia e das respetivas repercussões nas economias da UE.
- A relevância dos temas permitiu aos oradores de alto nível e aos parlamentares debaterem as possíveis soluções para a situação complicada que a UE enfrentava quer internamente (inflação elevada, preços elevados da energia), quer externamente (guerra na Ucrânia).
- A 18.ª sessão da CIP sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação, em Praga, foi a primeira reunião presencial desde o surto de COVID-19. Os deputados nacionais e europeus acolheram calorosamente o formato de «regresso à normalidade».

2.2. Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa (CIP PESC/PCSD)

Criada em 2012 por uma decisão da Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE, a Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa (CIP PESC/PCSD) é a plataforma interparlamentar de debate sobre a política externa, de segurança e de defesa da UE. Esta conferência é organizada duas vezes por ano pelo Parlamento do Estado-Membro da UE que exerce a Presidência rotativa do Conselho, em estreita cooperação com o Parlamento Europeu, e nela participam habitualmente parlamentares de toda a UE. Além disso, a Comissão AFET do Parlamento Europeu convida frequentemente os parlamentos nacionais para as suas reuniões em Bruxelas, como complemento do diálogo interparlamentar neste domínio de intervenção crucial.



Conférence interparlementaire pour la politique étrangère et de sécurité commune (PESC) et la politique de sécurité et de défense commune (PSDC)
Sénat - Palais du Luxembourg
24 et 25 février 2022



Fotografia de grupo da [20.ª sessão da Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa, 24-25 de fevereiro de 2022, Paris.](#)

© Parlamento Europeu

Em 2022, realizou-se em Paris a 20.ª sessão da CIP PESC/PCSD (24-25 de fevereiro) e, em Praga, a 21.ª sessão (4-5 de setembro), ambas em formato presencial. Após dois anos de reuniões à distância, estas duas reuniões contaram com a presença de delegações do PE constituídas por membros da Comissão dos Assuntos Externos e da Subcomissão da Segurança e da Defesa, tendo sido presididas pelo deputado David McAllister, presidente da Comissão dos Assuntos Externos.

2.2.1. A [20.ª sessão da CIP PESC/PCSD, em 24 e 25 de fevereiro de 2022, em Paris](#), realizou-se no Senado francês e adotou, por consenso, uma «Declaração» sobre a Ucrânia. A ordem de trabalhos foi alterada à última hora no primeiro dia da CIP, dado que, nesse mesmo dia, a Federação da Rússia lançou um ataque militar contra a Ucrânia e iniciou a sua invasão ilegal.

A conferência dividiu-se em três sessões, todas dedicadas a diferentes aspetos da situação na Ucrânia: «Sessão especial sobre a situação na Ucrânia», «A resposta da União Europeia à crise na Ucrânia», «Ação da União Europeia para apoiar a soberania e a integridade territorial da Ucrânia». A realização de uma sessão especial sobre a situação na Ucrânia, com o contributo do embaixador ucraniano em França, foi um dos principais acontecimentos nesta CIP. Na terceira sessão, a participação e o testemunho de Sviatlana Tsikhonouskaya, líder da oposição democrática na Bielorrússia e laureada do Prémio Sakharov em 2020, constituíram um importante contributo para a CIP.

Participaram na CIP PESC/PCSD em Paris 144 parlamentares dos 27 parlamentos nacionais da UE e uma delegação do PE constituída por 15 deputados ao Parlamento Europeu, bem como deputados de dois parlamentos de países candidatos à adesão à UE (Montenegro e Sérvia) e deputados dos parlamentos de quatro países membros da NATO (Islândia, Noruega, Reino Unido e Turquia).



Observações iniciais de David McAllister, presidente da Comissão dos Assuntos Externos do Parlamento Europeu, na CIP PESC/PCSD no Senado francês, em 25 de fevereiro de 2022, em Paris.

© Parlamento Europeu

Pela primeira vez na história da CIP, foi adotada, por consenso, sem alterações, uma [declaração](#) conjunta sobre a guerra na Ucrânia, não tendo sido, por isso, adotadas conclusões nem uma declaração dos copresidentes. As [atas dos debates](#) estão disponíveis online.

Os intensos debates proporcionaram aos deputados dos parlamentos nacionais e aos deputados ao Parlamento Europeu a oportunidade de usarem da palavra e condenarem o ataque militar da Rússia contra a Ucrânia. Os parlamentares exortaram as forças russas a porem termo às suas atividades militares e a adotarem um cessar-fogo e instaram a Rússia a proceder à retirada das suas forças. Os intervenientes também manifestaram a sua solidariedade para com o povo ucraniano e apelaram à UE e aos seus próprios governos para que o apoiassem.

As principais conclusões foram que se estava a viver um momento histórico na Europa, que exigia ações imediatas e vigorosas, e que era necessário modificar as estruturas de defesa da UE e aumentar os orçamentos de defesa para melhorar a preparação para este tipo de desafios. Foi sublinhado que a autonomia estratégica e a estrutura autónoma de aprovisionamento energético e de defesa da UE deveriam ser aceleradas e construídas sem demora. Foram solicitadas sanções severas contra a Rússia, especialmente contra os seus principais dirigentes, incluindo a expulsão da Rússia do sistema bancário SWIFT e o encerramento das negociações sobre o gasoduto Nord Stream. Foi também exigido que a UE impusesse uma proibição geral aos interesses financeiros e económicos russos.



Fotografia de grupo da [Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa, 4-5 de setembro de 2022, Praga](#)

© Presidência checa

2.2.2. A [21.ª sessão da CIP PESC/PCSD realizou-se nos dias 4 e 5 de setembro de 2022, no Centro de Congressos de Praga](#). Participaram na conferência representantes dos parlamentos nacionais dos Estados-Membros da UE e representantes do Parlamento Europeu, bem como representantes dos parlamentos de países candidatos (Albânia, Montenegro, Turquia, Ucrânia) e representantes dos

parlamentos da Islândia, do Kosovo¹, da Noruega e do Reino Unido, na qualidade de convidados. No total, a conferência contou com a participação de 135 parlamentares de 35 delegações, incluindo 11 deputados ao Parlamento Europeu.

Embora com um formato ligeiramente mais abreviado do que as CIP anteriores, esta CIP incluiu todas as questões pertinentes e da atualidade e dividiu-se em quatro sessões, cada uma com a duração de 90 minutos, sobre os seguintes temas:

1. Prioridades da PESC/PCSD, com especial ênfase na Bússola Estratégica da UE;
2. Ucrânia: modelos de apoio político e reconstrução;
3. Política de alargamento da UE à luz da invasão da Ucrânia pela Rússia – Balcãs Ocidentais e Parceria Oriental: apoio da UE ao processo de pré-adesão acelerado; e
4. Desinformação e ameaças híbridas, ciberdefesa.

A CIP também adotou uma [declaração conjunta dos copresidentes](#) centrada na guerra na Ucrânia, no alargamento da UE e no reforço da política de defesa da UE.



David McAllister, presidente da Comissão dos Assuntos Externos do Parlamento Europeu, modera a primeira sessão, dedicada ao tema «Prioridades e questões atuais da PESC/PCSD, com especial ênfase na Bússola Estratégica da UE», em 5 de setembro de 2022, em Praga.

© Presidência checa

A primeira sessão consistiu num debate com Josep Borrell, vice-presidente da Comissão/alto representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, que foi moderado por David McAllister, presidente da Comissão dos Assuntos Externos do Parlamento Europeu. Os deputados insistiram na necessidade de aplicar a Bússola Estratégica e de reforçar a autonomia estratégica da UE e sublinharam a importância de reforçar a política externa e as políticas e capacidades de defesa da UE, bem como de reforçar a unidade e a parceria com a NATO.

No decurso das duas sessões seguintes, as delegações expressaram o seu apoio contínuo à Ucrânia, tendo alguns deputados reiterado os apelos à proibição total da concessão de vistos aos cidadãos russos e solicitado sanções mais severas contra a Rússia. Apelaram ainda à UE para que enviasse sinais claros aos países dos Balcãs Ocidentais, assinalando a importância estratégica da região.



Contributo de Karel Řehka, chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas checas, na quarta sessão, dedicada ao tema «Desinformação e ameaças híbridas, ciberdefesa», em 5 de setembro de 2022, em Praga.

¹ Esta designação não prejudica as posições relativas ao estatuto e está conforme com a Resolução 1244/1999 do Conselho de Segurança das Nações Unidas e com o parecer do Tribunal Internacional de Justiça sobre a declaração de independência do Kosovo.

Na quarta e última sessão, alguns deputados mencionaram, entre outras coisas, a criação de um «ciberespaço Schengen», o repatriamento dos dados roubados à Ucrânia, a necessidade de proteger os cabos submarinos europeus, a necessidade de desenvolver cenários de ciberdefesa comuns e a necessidade de combater as campanhas de desinformação em África e de assegurar o acesso mundial a informação exata e fiável.

Principais desenvolvimentos em 2022:

- As reuniões interparlamentares em formato presencial foram retomadas pela primeira vez na CIP PESC/PCSD de Paris após as restrições impostas pela pandemia de COVID 19.
- A CIP demonstrou que é capaz de se adaptar e de reagir rapidamente aos desafios das relações internacionais. Transitou do intercâmbio de informações, do debate e do controlo das políticas externas e de defesa europeias para uma participação ativa nas mesmas através de uma reação muito rápida à agressão militar da Rússia contra a Ucrânia, que incluiu, pela primeira vez, a adoção de uma declaração conjunta, por consenso, de condenação da guerra na Ucrânia.

3. SUPERVISÃO INTERPARLAMENTAR NO ESPAÇO DE LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA

3.1. Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto da Europol



O artigo 88.º do TFUE permite, pela primeira vez, que os parlamentos nacionais exerçam, conjuntamente com o Parlamento Europeu, o controlo das atividades de uma agência da UE que opera no domínio da liberdade, segurança e justiça. Tendo por base o Regulamento Europol², o Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto (GCPC) da Europol foi criado em 2017 para garantir a plena responsabilização e a total transparência da Europol. As principais responsabilidades do GCPC estão enunciadas no artigo 51.º do [Regulamento Europol](#) que define as suas atribuições no controlo político das atividades da Europol, nomeadamente no que respeita ao impacto dessas atividades nos direitos e liberdades fundamentais das pessoas singulares.

O Regulamento Europol foi subsequentemente alterado³ e o mandato revisto da Europol, que entrou em vigor em 28 de junho de 2022, proporciona aos Estados-Membros os instrumentos de que necessitam para lutar contra a criminalidade grave e organizada e o terrorismo. Este mandato reforçado ditou a necessidade de encontrar o equilíbrio certo na garantia de salvaguardas eficazes dos direitos fundamentais, incluindo a proteção de dados. Várias novas disposições relativas à governação dizem respeito ao GCPC e terão impacto nos seus trabalhos futuros.

O GCPC é uma estrutura institucional inovadora para o controlo parlamentar e realiza duas reuniões por ano: no primeiro semestre, no Parlamento do país que exerce a Presidência rotativa do Conselho da UE e, no segundo semestre, no Parlamento Europeu.

A [10.ª reunião do Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto \(GCPC\) da Europol teve lugar em 28 de fevereiro de 2022](#) através de participação à distância. Foi copresidida pelo Parlamento francês e pelo Parlamento Europeu e teve lugar na Assemblée Nationale francesa, em Paris. Foi possível assegurar a estrutura tradicional da reunião, o tempo necessário para o debate e a participação de oradores de alto nível, apesar do formato mais compacto e à distância.



Apresentação de Catherine De Bolle, diretora executiva da Europol, à distância (online), na 10.ª reunião do GCPC da Europol, em 28 de fevereiro de 2022.

© Presidência francesa

² [Regulamento \(UE\) 2016/794](#) do Parlamento Europeu e do Conselho que cria a Agência da União Europeia para a Cooperação Policial (Europol).

³ [Regulamento \(UE\) 2022/991](#) que altera o Regulamento (UE) 2016/794 no que diz respeito à cooperação da Europol com os organismos privados, ao tratamento de dados pessoais pela Europol para apoiar investigações criminais, e ao papel da Europol na investigação e inovação.

A ordem de trabalhos incluiu contributos da diretora executiva da Europol, Catherine De Bolle, e um discurso principal do ministro do Interior francês, Gérald Darmanin. O GCPC ouviu também uma apresentação da autoridade europeia para a proteção de dados, Wojciech Wiewiórowski. Dois debates temáticos com peritos aos níveis da UE e nacional abordaram os seguintes temas: «Contributo da Europol para a luta contra os passadores de migrantes» e «Riscos e oportunidades da inteligência artificial para a Europol».

À semelhança do sucedido em outras reuniões interparlamentares, o GCPC debateu a invasão da Ucrânia pela Rússia e as suas consequências. Os delegados cumpriram um minuto de silêncio, expressaram solidariedade e apoio ao povo ucraniano e fizeram perguntas sobre as medidas concretas que a Europol poderia tomar. A comissária europeia responsável pelos Assuntos Internos, Ylva Johansson, que participa em todas as reuniões do GCPC, foi obrigada a cancelar a sua participação devido a uma visita urgente aos países vizinhos da Ucrânia, tendo sido substituída por um funcionário superior da Comissão Europeia. [A gravação em vídeo de toda a reunião está disponível online.](#)

A [11.ª reunião do Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto \(GCPC\) da Europol realizou-se em 24 e 25 de outubro de 2022, nas instalações do Parlamento Europeu, em Bruxelas.](#) Foi coorganizada e copresidida pelo Parlamento Europeu e pelo Parlamento checo e foi uma reunião totalmente presencial – a primeira desde 2019.



Cartaz da 11.ª Reunião do Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto da Agência da União Europeia para a Cooperação Policial, em 24 e 25 de outubro de 2022, no Parlamento Europeu, em Bruxelas.

© União Europeia 2022, PE

A reunião abordou uma série de questões diretamente relacionadas com as atribuições do GCPC nos termos do artigo 51.º do Regulamento Europol e contou com apresentações de Catherine De Bolle, diretora executiva da Europol, Jérôme Bonet, presidente do Conselho de Administração da Europol, e Wojciech Wiewiórowski, autoridade europeia para a proteção de dados.

Foi também realizado um debate temático sobre o «Impacto da guerra na Ucrânia no domínio da segurança», com Radek Kaňa, ministro-adjunto do Interior da Chéquia, e com peritos da Europol e da Comissão Europeia. Devido a outros compromissos, Vít Rakušan, ministro do Interior da Chéquia, e Ylva Johansson, comissária europeia responsável pelos Assuntos Internos, dirigiram-se ao GCPC através de mensagens em vídeo.



Observações iniciais de Juan Fernando López Aguilar, copresidente do GCPC e chefe da delegação do Parlamento Europeu ao GCPC, na 11.ª Reunião do GCPC da Europol, em Bruxelas, em 24 de outubro de 2022

© União Europeia 2022, PE

O GCPC tinha sido consultado sobre o documento de programação plurianual da Europol para 2023-2025 e foi solicitado à diretora executiva da Europol que, durante a sua alocução, reagisse às observações escritas recebidas. As perguntas e as respostas estão disponíveis no [sítio Web do IPEX dedicado ao GCPC](#).

Uma das sessões da 11.ª reunião foi especificamente dedicada à aplicação do Regulamento Europol revisto no tocante a matérias relacionadas com o GCPC. No âmbito do mandato revisto da Europol, em vigor desde 28 de junho de 2022, foram introduzidas várias alterações nas capacidades gerais da Europol, nomeadamente a sua cooperação com os organismos privados e países terceiros, bem como nas disposições em matéria de proteção de dados e de direitos fundamentais que lhe são aplicáveis.

Foram também introduzidas várias novas disposições em matéria de governação relacionadas com o GCPC:

- a obrigação de convidar dois representantes do GCPC para estarem presentes em, pelo menos, duas reuniões do Conselho de Administração da Europol;
- obrigações reforçadas da Europol em matéria de comunicação de informações ao GCPC, nomeadamente a obrigação de o Conselho de Administração da Europol ter em conta o parecer do GCPC sobre o documento de programação plurianual da Europol;
- a criação, pelo GCPC, de um Fórum Consultivo para os Direitos Fundamentais, para o assistir, prestando-lhe, mediante pedido, aconselhamento de forma independente, em questões relativas aos direitos fundamentais. O GCPC e o diretor executivo poderão consultar o fórum consultivo sobre qualquer questão relacionada com os direitos fundamentais. Caberá ao GCPC determinar a composição do fórum consultivo e os seus métodos de trabalho.

A aplicação das disposições relativas ao Fórum Consultivo para os Direitos Fundamentais exigia a alteração do regulamento interno do GCPC e, no seguimento da decisão da tróica presidencial do GCPC, os copresidentes convidaram os delegados ao GCPC a apresentarem propostas com vista ao estabelecimento de um grupo de trabalho sobre a criação do fórum consultivo.

Principais desenvolvimentos em 2022:

- A revisão do mandato da Europol e as novas disposições relativas à governação que alargaram o âmbito do controlo.
- A decisão de criar um grupo de trabalho sobre a revisão do regulamento interno do GCPC, a fim de assegurar a correta aplicação das disposições supramencionadas.
- O retomar das reuniões presenciais, sem limitações técnicas, que permitem intercâmbios mais aprofundados (período de perguntas com a diretora executiva da Europol, pedidos espontâneos de uso da palavra durante as rondas de perguntas e respostas) e o estabelecimento de contactos.

3.2. Reunião interparlamentar de comissões sobre a avaliação da Eurojust

Desde a sua criação em 2002, a Eurojust tornou-se um interveniente central na cooperação judiciária em matéria penal. Em conformidade com o artigo 85.º do TFUE, os regulamentos da UE que regem a Eurojust «definem igualmente as modalidades de associação do Parlamento Europeu e dos Parlamentos nacionais à avaliação das atividades da Eurojust». Em 2018, o Parlamento Europeu e o Conselho adotaram um novo [Regulamento Eurojust](#)⁴, tendo em vista a definição de um quadro jurídico único e renovado para uma nova Agência para a Cooperação Judiciária Penal (Eurojust) de pleno direito.

A fim de aumentar a transparência e o controlo democrático da Eurojust, o regulamento prevê um mecanismo para a avaliação conjunta das atividades da Eurojust pelo Parlamento Europeu e pelos parlamentos nacionais da UE⁵. Tessa avaliação deverá ter lugar no âmbito de uma reunião interparlamentar de comissões organizada pelo Parlamento Europeu nas suas instalações em Bruxelas, com a participação de membros das comissões competentes do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais da UE.

A primeira reunião interparlamentar de comissões sobre a avaliação das atividades da Eurojust foi organizada em 1 de dezembro de 2020 no Parlamento Europeu, em Bruxelas, pela Comissão LIBE do Parlamento Europeu, em cooperação com o Parlamento alemão.

3.2.1. A [segunda RIC anual sobre a avaliação das atividades da Eurojust](#) deveria ter tido lugar no final de 2021, mas, por razões administrativas e logísticas, teve de ser adiada em algumas semanas, para **1 de fevereiro de 2022**. Como consequência das restrições impostas pela COVID-19, a reunião realizou-se no Parlamento Europeu, em Bruxelas, por videoconferência. O evento foi presidido por Juan Fernando López Aguilar (presidente da Comissão LIBE) e nele participaram cerca de 48 deputados de 20 Estados-Membros e 26 câmaras parlamentares, bem como cerca de 20 deputados ao Parlamento Europeu

Deram início à reunião Juan Fernando López Aguilar, presidente da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos (LIBE) do Parlamento Europeu, Yaël Braun-Pivet, presidente da Comissão dos Assuntos Jurídicos da Assembleia Nacional francesa, e François-Noël Buffet, presidente da Comissão do Direito Constitucional, da Legislação, do Sufrágio Universal, do Regimento e da Administração Geral do Senado francês.



Cartaz da segunda RIC sobre as atividades da Eurojust, em 1 de fevereiro de 2022

© European Union 2022 EP

⁴ Regulamento (UE) 2018/1727 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de novembro de 2018, que cria a Agência da União Europeia para a Cooperação Judiciária Penal (Eurojust), e que substitui e revoga a Decisão 2002/187/JAI do Conselho (JO L 295 de 21.11.2018, p. 138)..

⁵ O Regulamento (UE) 2018/1727 faz referência a essas modalidades no ponto 62 do preâmbulo e no artigo 67.º.

As duas sessões foram seguidas de apresentações e rondas de perguntas e respostas. A primeira sessão, sobre as «Atividades atuais e futuras da Eurojust, especialmente durante a atual pandemia», foi inaugurada com uma apresentação do presidente da Eurojust, Ladislav Hamran. Este informou que, nos últimos 10 anos, o número de casos tratados pela Eurojust tinha aumentado drasticamente e destacou três domínios fundamentais para as futuras atividades da Eurojust: modernização do sistema de gestão de casos, estabelecimento de canais de comunicação seguros entre as autoridades nacionais e reforço da rede mundial para lá das fronteiras da UE. Esta apresentação foi seguida de uma animada troca de pontos de vista entre os deputados dos parlamentos nacionais e os deputados ao Parlamento Europeu.

A segunda sessão, sobre «A cooperação entre a Eurojust, a Procuradoria Europeia e as autoridades nacionais», foi inaugurada por José de la Mata, deputado do Parlamento espanhol e ponto de contacto da Eurojust para a Procuradoria Europeia, que teceu uma comparação entre as diferentes competências e tarefas da Eurojust e da Procuradoria Europeia. O orador que se seguiu, Frédéric Baab, procurador europeu francês, apresentou uma visão geral dos acordos de trabalho celebrados com a Eurojust. Por último, Nils Behrndt, diretor-geral adjunto interino da Direção-Geral da Justiça e dos Consumidores da Comissão Europeia, abordou duas questões relativas à Eurojust: a digitalização e a cooperação entre a Eurojust e a Procuradoria Europeia. A segunda sessão foi igualmente seguida de um animado debate entre os deputados ao Parlamento Europeu e os deputados dos parlamentos nacionais. [A gravação em vídeo de toda a reunião está disponível online.](#)

3.2.2. [A terceira RIC anual sobre as atividades da Eurojust teve lugar em 30 de novembro de 2022](#) em formato presencial, nas instalações do Parlamento Europeu em Bruxelas.

Devido às circunstâncias extraordinárias associadas à guerra na Ucrânia, o Regulamento Eurojust foi rapidamente alterado com novas disposições ⁶. Este mandato alargado entrou em vigor em 1 de junho de 2022 e conferiu à agência a possibilidade jurídica de recolher, conservar e partilhar provas de crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio. Este facto forneceu outra razão imperiosa para realizar uma troca de pontos de vista entre a Eurojust, por um lado, e o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais, por outro, para debater esta evolução.



[Reunião interparlamentar da Comissão LIBE sobre a avaliação das atividades da Eurojust 30 de novembro de 2022.](#)

© União Europeia 2022, PE/Philippe Buissin

A reunião foi inaugurada pelo presidente da Comissão LIBE e por um membro da Comissão dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos da Câmara dos Deputados do Parlamento checo. No seu discurso principal, Didier Reynders, comissário da Justiça, louvou as realizações da Eurojust e descreveu as mais recentes medidas de apoio à agência tomadas pela Comissão Europeia.

Na primeira sessão, dedicada à análise das atividades da Eurojust e às perspetivas para o futuro, Ladislav Hamran, presidente da Eurojust, apresentou pormenorizadamente o trabalho desta agência,

⁶ [Regulamento \(UE\) 2022/838 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2022](#)

que está no centro da cooperação transfronteiras entre as autoridades judiciárias dos Estados-Membros. Falou sobre o número crescente de casos tratados pela Eurojust, sobre os desafios que se colocam à futura cooperação judiciária transfronteiras em matéria penal e sobre a necessidade de realizar progressos no que toca ao Registo Judiciário em Matéria de Contraterrorismo e à plataforma de colaboração para as equipas de investigação conjuntas. A apresentação foi seguida de uma sessão de perguntas e respostas, em que foram abordados tanto o tráfico de seres humanos e os crimes ambientais como a cibercriminalidade e as limitações orçamentais e logísticas da agência.

A segunda sessão foi dedicada ao mandato reforçado da Eurojust no que se refere aos crimes internacionais fundamentais. Nos seus contributos, o presidente da Eurojust, bem como os seus dois vice-presidentes, Margarita Šniutyte-Daugeliene e Boštjan Škrlec, forneceram informações pormenorizadas sobre o mandato reforçado da Eurojust, aprovado no ano corrente, que incluía uma mobilização inédita e a realização de atividades com caráter de urgência, à luz da guerra na Ucrânia, para apoiar a recolha e a partilha de provas relacionadas com crimes internacionais fundamentais. No debate que se seguiu, os parlamentares levantaram a questão do aumento da eficiência da cooperação dos sistemas judiciais no tocante à guerra na Ucrânia e assinalaram a necessidade de uma resposta mais eficaz para combater a impunidade por violações graves dos direitos humanos.

Na sessão de encerramento, procedeu-se a uma retrospectiva dos 20 anos de experiência da agência e a uma apresentação sobre o futuro da cooperação judiciária na UE numa perspetiva mais ampla. [A gravação em vídeo de toda a reunião está disponível online.](#)

Principais desenvolvimentos em 2022:

- 2022 foi um ano muito excepcional para a Eurojust, e os parlamentares realizaram duas reuniões para cumprirem o seu mandato de avaliação conjunta das atividades da agência, uma das quais teve lugar em formato totalmente presencial, o que aconteceu pela primeira vez desde o início deste tipo de RIC.
- O reforço do mandato da agência através de uma revisão do Regulamento Eurojust foi simbólico, no contexto da agressão da Rússia contra a Ucrânia, pois reforçou a dimensão transfronteiras da cooperação judiciária, que passou a extravasar as fronteiras da UE.
- No ano em que a agência celebrou o seu 20.º aniversário, a terceira RIC sobre a Eurojust ofereceu uma oportunidade para refletir em conjunto sobre a evolução da Eurojust nos seus 20 anos de experiência.

4. REUNIÕES INTERPARLAMENTARES DE COMISSÕES E OUTRAS FORMAS DE COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR

4.1. Reuniões interparlamentares de comissões (RIC)

As reuniões interparlamentares de comissões (RIC) correspondem ao tipo normal de reunião que é organizada pelo Parlamento Europeu para intercâmbios específicos entre comissões setoriais sobre questões legislativas e políticas fundamentais ao abrigo dos artigos 9.º e 10.º do Protocolo n.º 1 anexo aos Tratados. O calendário das RIC é transmitido semestralmente pelo Presidente do Parlamento Europeu aos presidentes de todos os parlamentos nacionais.

As comissões do Parlamento Europeu organizam anualmente até 20 RIC, convidando as comissões correspondentes dos parlamentos nacionais da UE para debater questões específicas. As RIC demonstraram ser uma forma valiosa de os deputados ao Parlamento Europeu partilharem pontos de vista com os seus homólogos nacionais. As RIC não são apenas um fórum de intercâmbio sobre questões legislativas, contribuindo assim para legislar melhor, mas são também uma plataforma para debater questões políticas de interesse comum e reunir com os comissários e o Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança. As RIC são coorganizadas por iniciativa de uma ou mais comissões do Parlamento Europeu, com o apoio da Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais.

Em 2022, foram coorganizadas 17 RIC por 12 comissões parlamentares diferentes^{7,8} (11 comissões permanentes e 1 comissão especial), promovendo debates entre 720 deputados dos parlamentos nacionais e 463 deputados ao Parlamento Europeu. O aumento do número de RIC em 2022 surge como consequência do período pós-COVID, uma vez que várias comissões decidiram adiar para 2022 as respetivas reuniões inicialmente previstas para 2020 ou 2021.

A maioria das RIC em 2022 teve lugar presencialmente; no entanto, também foram utilizados os formatos híbrido e remoto. No formato híbrido, alguns deputados ao Parlamento Europeu e oradores participaram a partir das instalações do Parlamento Europeu em Bruxelas, enquanto os deputados dos parlamentos nacionais e outros oradores convidados participaram online.

A Comissão Especial sobre a Ingerência Estrangeira em Todos os Processos Democráticos na União Europeia, incluindo a Desinformação (INGE), convidou deputados dos parlamentos nacionais dos três Estados bálticos, a Estónia, a Letónia e a Lituânia, a participarem na reunião da sua comissão no Parlamento Europeu, em Bruxelas, em **1 de fevereiro de 2022**. Houve lugar a uma «Troca de pontos de vista sobre a ingerência estrangeira nos Estados Bálticos». A sensibilização para a ingerência chinesa e, em especial, russa, que os países bálticos enfrentam há muitos anos, poderia levar à adoção de medidas concretas na UE. Foi realçado que a UE poderia combater eficazmente a ingerência estrangeira e a desinformação hostil com base numa abordagem comum e na cooperação a todos os níveis.

Em **1 de fevereiro de 2022**, foi organizada a primeira [reunião interparlamentar de comissões sobre a «Avaliação da Eurojust»](#) pela Comissão **LIBE**, que foi também a segunda reunião anual sobre a avaliação da Eurojust. O capítulo 3.2 contém uma descrição pormenorizada da reunião e das suas conclusões.

⁷ [Calendário das atividades interparlamentares com os parlamentos nacionais em 2022: primeiro semestre](https://www.europarl.europa.eu/cmsdata/249389/Revised%20calendar%201st%20semester%202022_06.2022.pdf) (https://www.europarl.europa.eu/cmsdata/249389/Revised%20calendar%201st%20semester%202022_06.2022.pdf)

⁸ [Calendário das atividades interparlamentares com os parlamentos nacionais em 2022: segundo semestre](https://www.europarl.europa.eu/cmsdata/254760/Final%20calendar%20second%20semester%202022_updated0102022%20.pdf) (https://www.europarl.europa.eu/cmsdata/254760/Final%20calendar%20second%20semester%202022_updated0102022%20.pdf)



[RIC da Comissão FEMM](#) por ocasião do Dia Internacional da Mulher, em 3 de março de 2022 – Um futuro ambicioso para as mulheres europeias após a COVID-19: carga mental, igualdade de género no teletrabalho e no trabalho de prestação de cuidados não remunerado após a pandemia – discurso de abertura de Roberta Metsola, Presidente do PE.

© UE 2022 PE/Jesús Gomez.

A [RIC da Comissão FEMM](#) intitulada «Um futuro ambicioso para as mulheres europeias após a COVID-19» e com o subtítulo «carga mental, igualdade de género no teletrabalho e no trabalho de prestação de cuidados não remunerado após a pandemia» foi realizada online no Parlamento Europeu, em Bruxelas, em 3 de março de 2022. O principal objetivo da reunião foi debater a desigualdade de género, em especial a falta de transparência salarial e a proporção desigual no trabalho de prestação de cuidados à luz da pandemia. A crise ucraniana, que tinha tido início há pouco tempo, foi impactante na RIC, dado que muitos dos participantes manifestaram a sua solidariedade para com o povo ucraniano. Roberta Metsola, Presidente do Parlamento Europeu, deu início à reunião. Também participaram Élisabeth Moreno, ministra delegada francesa para a Igualdade de Género, a Diversidade e a Igualdade de Oportunidades, e Věra Jourová, vice presidente da Comissão Europeia dos Valores e Transparência. Na sequência do discurso de apresentação de Katrín Jakobsdóttir, primeira-ministra da Islândia, a presidente da Comissão do Parlamento da Ucrânia para a integração da Ucrânia na União Europeia, Ivanna Klymush Tsintsadze, apresentou as últimas notícias sobre a situação no seu país.



[Semana Parlamentar Europeia](#) – Governação económica da UE numa perspetiva parlamentar, Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na União Europeia

© União Europeia 2022 PE/Alain Rolland

A Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (**ECON**), a Comissão dos Orçamentos (**BUDG**) e a Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais (**EMPL**) organizaram três RIC no quadro da [Semana Parlamentar Europeia \(SPE\)](#), em 15-16 de março de 2022. Estas constituem a Conferência sobre o Semestre Europeu e representam uma oportunidade para o intercâmbio de informações sobre as boas práticas na aplicação dos ciclos do Semestre Europeu e para o reforço da cooperação destinada a fiscalizar as ações dos executivos, quer a nível nacional, quer a nível europeu. Para mais informações sobre a SPE, consultar o capítulo 2.1.

Em [21 de abril de 2022](#), realizou-se à distância uma RIC das Comissões DROI-JURI sobre «[Responsabilidade social das empresas por violações graves dos direitos humanos em países terceiros](#)». Debateu a proposta de diretiva da Comissão sobre o dever de diligência das empresas em matéria de sustentabilidade e as suas implicações na responsabilidade social das empresas por violações graves dos direitos humanos em países terceiros. Os deputados dos parlamentos nacionais foram convidados a partilhar os seus pontos de vista e experiências sobre qualquer legislação em matéria de dever de diligência que tenha sido ou venha a ser adotada na sua jurisdição.



IRIC da Comissão JURI – O Mecanismo de Subsidiariedade da UE.

© União Europeia 2022 PE/Emilie Gomez

A [RIC da Comissão JURI sobre «O Mecanismo de Subsidiariedade da UE» realizou-se em 25 de abril de 2022](#) no Parlamento Europeu, em Bruxelas, por videoconferência (participação à distância). O objetivo da reunião era debater a eficiência do mecanismo de subsidiariedade na UE com os principais intervenientes envolvidos: deputados, representantes da Comissão Europeia e do Comité das Regiões Europeu, peritos e profissionais do direito. A ordem do dia incluía apresentações e trocas de pontos de vista centradas: em tornar os pareceres fundamentados mais eficientes e melhorar o diálogo político; no papel do Comité das Regiões Europeu na análise de subsidiariedade; em avaliar a proporcionalidade do direito da UE; e nas boas práticas a fim de evitar a sobre-regulação na aplicação do direito da UE.

Em [17 de maio de 2022, realizou-se à distância, por videoconferência, uma RIC da Comissão AFCO sobre os «Primeiros resultados da Conferência sobre o Futuro da Europa»](#). O objetivo da reunião era debater o seguimento e a aplicação das propostas da Conferência. Dubravka Šuica, comissária europeia da Democracia e Demografia e copresidente do Conselho Executivo da Conferência sobre o Futuro da Europa, frisou que o Parlamento Europeu está a «colmatar as lacunas» com vista a consolidar o ecossistema da democracia e demonstrou o seu empenho em prosseguir esta prática em conjunto com os cidadãos, as comunidades locais e regionais e as instituições nacionais.

Em [14 de junho de 2022, realizou-se uma RIC da Comissão DEVE sobre «A crise da dívida nos países em desenvolvimento»](#) no Parlamento Europeu, em Bruxelas, por videoconferência. O principal objetivo da reunião era abordar a crise da dívida nos países em desenvolvimento e criar um espaço de debate do tema com os peritos e as partes interessadas envolvidas. A Comissão do Desenvolvimento (DEVE) convidou deputados dos parlamentos nacionais a partilharem os seus pontos de vista e experiências, dando simultaneamente um contributo essencial para o debate. A ordem do dia incluiu apresentações e trocas de pontos de vista sobre os problemas e as soluções em relação às dívidas dos países em desenvolvimento, bem como um estudo de caso sobre a Zâmbia.



Reunião interparlamentar da Comissão CONT sobre «As experiências e os desafios comuns associados ao desempenho de funções de controlo orçamental»

© União Europeia 2022 PE/Alain Rolland

Em 16 de junho de 2022, foi organizada uma RIC da Comissão CONT sobre «As experiências e os desafios comuns associados ao desempenho de funções de controlo orçamental». Alguns parlamentos nacionais selecionados foram convidados a participar nesta RIC. A reunião foi um excelente fórum para um debate e um intercâmbio de informações e boas práticas sobre a forma como os diferentes países da UE exercem funções de controlo orçamental. Constituiu também uma oportunidade para trocar ideias sobre como assegurar que os fundos públicos sejam gastos de forma eficiente e eficaz e que uma potencial fraude seja evitada ou detetada.

Em 27 de junho de 2022, realizou-se uma RIC da Comissão AFET sobre «A política de alargamento da UE na sequência da invasão da Ucrânia pela Rússia». O objetivo da reunião era debater e trocar informações a fim de avaliar as implicações da guerra na Ucrânia para a União Europeia e para os atuais e potenciais países candidatos à adesão à UE. A troca de pontos de vista foi particularmente importante, uma vez que se seguiu à reunião do Conselho Europeu de 23 e 24 de junho de 2022, durante a qual foram debatidos os pedidos de adesão à UE da Ucrânia, da Moldávia e da Geórgia. O debate relativo à perspetiva dos parlamentos nacionais sobre o futuro da política de alargamento da UE foi especialmente pertinente e oportuno.

Três comissões, FEMM-LIBE-EMPL, realizaram, em 12 de julho de 2022, uma RIC conjunta sobre «Os direitos das mulheres ucranianas que fogem da guerra». Esta RIC revelou-se um excelente fórum para os deputados ao Parlamento Europeu e os deputados dos parlamentos nacionais debaterem, trocarem informações e avaliarem as implicações da guerra na Ucrânia para as mulheres que fogem desta guerra e para as respostas políticas da UE. A reunião foi composta por dois painéis. O primeiro painel foi organizado conjuntamente pelas Comissões FEMM e LIBE e abordou a situação das mulheres refugiadas ucranianas no que diz respeito às condições de acolhimento, às medidas de proteção e aos riscos de segurança. O segundo painel foi organizado conjuntamente pelas Comissões FEMM e EMPL e debateu o acesso das mulheres à proteção social e ao mercado de trabalho, à habitação, às estruturas de acolhimento de crianças e à educação.



RIC da Comissão AFCO – Primeiros resultados da Conferência sobre o Futuro da Europa

© União Europeia 2022 EP/Philippe Buissin

Foi realizada uma RIC da Comissão AFCO sobre as «[Conclusões da Conferência sobre o Futuro da Europa e o papel dos parlamentos nacionais](#)» em 26 de outubro de 2022. Durante esta segunda reunião, os deputados ao Parlamento Europeu, os deputados dos parlamentos nacionais e os três copresidentes do Conselho Executivo da Conferência sobre o Futuro da Europa debateram o seguimento e a aplicação das propostas da Conferência, incluindo eventuais alterações aos Tratados e o papel dos parlamentos nacionais na UE. Concordaram sobre a importância de promover a participação dos cidadãos e de integrar os cidadãos no processo de elaboração de políticas da UE.



RIC da Comissão AFCO – Conclusões da Conferência sobre o Futuro da Europa e o papel dos parlamentos nacionais na UE.
© União Europeia 2022 PE/Eric Vidal

A RIC das Comissões DROI-JURI sobre «[Jurisdição universal – melhorar a responsabilização por crimes internacionais graves](#)» realizou-se em 28 de novembro de 2022 em formato híbrido. O objetivo da reunião era debater em que medida a jurisdição universal pode desempenhar um papel enquanto parte de uma estratégia de responsabilização mais ampla, em complemento dos tribunais internacionais e das ações penais com outras regras de competência jurisdicional.

Em 30 de novembro de 2022, a Comissão AFET organizou uma segunda RIC nas instalações do Parlamento Europeu em Bruxelas, intitulada «[A Europa no mundo – apoiar a Ucrânia](#)». A reunião foi composta por duas sessões: a primeira foi dedicada à temática «A Europa no mundo – revitalizar as nossas alianças e parcerias mundiais»; a segunda, à temática «Apoiar a Ucrânia – compromisso de resiliência europeia e união para os desafios futuros».

A terceira RIC da Comissão LIBE sobre «[Avaliação das atividades da Eurojust](#)» realizou-se em 30 de novembro de 2022, em modo inteiramente presencial. O capítulo 3.2 contém uma descrição pormenorizada da reunião e das suas conclusões.



RIC da Comissão LIBE – «Situação do Estado de direito na UE»
© União Europeia 2022 EP/Philippe Buissin

No dia seguinte, [1 de dezembro de 2022](#), a Comissão LIBE organizou outra RIC sobre a «[Situação do Estado de direito na UE](#)». A reunião, um intercâmbio anual regular entre os parlamentos nacionais e

o Parlamento Europeu desde 2020, visa promover e salvaguardar os valores comuns da UE, a fim de aprofundar o debate sobre o papel da União, dos Estados Membros e dos parlamentos nacionais a este respeito. A RIC foi dividida em duas sessões: a primeira centrou-se na resiliência das instituições democráticas e a segunda, na liberdade e na transparência dos meios de comunicação social enquanto pilares fundamentais da democracia. Didier Reynders, comissário da Justiça, apresentou o relatório anual da Comissão sobre o Estado de direito e Mikuláš Bek, ministro checo dos Assuntos Europeus, apresentou o trabalho da Presidência checa do Conselho sobre o Estado de direito.

A [Comissão Especial ING2 organizou, em 1 de dezembro de 2022, uma RIC híbrida subordinada ao tema «A resiliência legislativa, a legislação eleitoral e as campanhas de manipulação da informação»](#). Foram debatidas as tentativas de intervenientes estatais e não estatais de interferir na vida democrática e política da UE e respetivos Estados-Membros na última década. Outra questão analisada foi a forma através da qual os intervenientes estrangeiros visam explorar as vulnerabilidades das nossas sociedades abertas e minar a confiança nas nossas instituições e na democracia no tocante a eleições legislativas e/ou presidenciais. O debate incluiu o recurso à manipulação da informação e a outras táticas, por parte de intervenientes estrangeiros mal-intencionados, para interferir nos processos democráticos e a forma através da qual visam enfraquecer a governação democrática dos países visados. Esta reunião proporcionou um fórum propício a debates e um intercâmbio de informações e de boas práticas sobre o trabalho relacionado com a ingerência estrangeira ao nível da UE, ao nível nacional e ao nível internacional e recolheu mais informações e conhecimentos especializados sobre de que modo dar resposta aos desafios que estes atos de ingerência colocam e construir democracias resilientes, bem como analisar possíveis respostas a atos de ingerência estrangeira.



RIC da Comissão [FEMM](#) sobre a «Integração da perspetiva de género»

© União Europeia 2022 PE

A última reunião do ano foi uma RIC à distância da [Comissão FEMM sobre a «Integração da perspetiva de género», que teve lugar em 8 de dezembro de 2022](#). Este encontro constituiu um fórum para os deputados ao Parlamento Europeu e os deputados dos parlamentos nacionais debaterem, trocarem informações e avaliarem as implicações da integração da perspetiva de género, em especial no contexto da vida parlamentar. As trocas de pontos de vista decorreram em dois painéis: um sobre os protocolos de luta contra o assédio, a sua aplicação e sanções e outro sobre os planos de ação em matéria de igualdade de género.

Em 2022, verificou-se também um aumento (+36 %) na participação dos deputados ao Parlamento Europeu – de 340 em 2021 para 463. Ao mesmo tempo, a participação de deputados dos parlamentos nacionais nas RIC diminuiu (-12 %) de 816 parlamentares em 2021 para 720 em 2022. Uma possível razão para esta diminuição seria a concentração de RIC num curto período de tempo, o que poderia ser um desafio, sobretudo para as salas de menor dimensão.

Os anos da pandemia de COVID-19 aceleraram a utilização de ferramentas digitais; no entanto, o regresso à participação presencial significava que os participantes poderiam beneficiar do valor

acrescentado dos contactos pessoais e das trocas de pontos de vista. Embora as reuniões à distância facilitem a participação nas RIC sem necessidade de deslocações, o formato presencial proporciona uma interação consideravelmente maior entre os deputados. Os debates e as trocas de pontos de vista são mais dinâmicos e há mais debates informais, reuniões bilaterais e possibilidades de estabelecimento de contactos em rede durante pausas para café, jantares ou almoços.

No anexo II encontra-se uma lista das RIC organizadas por comissões do Parlamento Europeu em 2022, bem como dados estatísticos mais pormenorizados.

Principais desenvolvimentos em 2022:

- Uma explicação possível para o elevado número de RIC em 2022 é o adiamento de numerosas reuniões de 2021.
- Os três formatos de reunião – presenciais, híbridos e à distância – têm funcionado em paralelo, o que criou desafios adicionais à organização e nos aspetos administrativos das RIC.
- O regresso a reuniões presenciais aumentou o número de participantes de entre os deputados ao Parlamento Europeu, mas diminuiu o número de entre os deputados dos parlamentos nacionais, em especial quando se realizou um elevado número de RIC num curto período de tempo.

4.2. Reunião dos presidentes dos parlamentos nacionais com o presidente do Parlamento da Ucrânia e reunião das Mulheres Presidentes dos Parlamentos da União Europeia

Reunião dos presidentes dos parlamentos nacionais com o presidente do Parlamento da Ucrânia em 4 de março de 2022

Poucos dias após a invasão ilegal da Ucrânia pela Rússia e por iniciativa da presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, os presidentes dos parlamentos nacionais da UE realizaram uma reunião à distância online, em 4 de março de 2022, com Ruslan Stefanchuk, presidente do Parlamento da Ucrânia.



Contributo online de Ruslan Stefanchuk, presidente do Parlamento da Ucrânia, em 4 de março de 2022, durante a reunião à distância online com os presidentes dos parlamentos nacionais na sala de reuniões do Parlamento Europeu.

© União Europeia 2022 – PE/Jesús Gomez

Vários parlamentos nacionais e Estados-Membros manifestaram os primeiros generosos sinais de solidariedade para com o Parlamento da Ucrânia na sequência da invasão em grande escala, ilegal e não provocada da Ucrânia pela Federação da Rússia, que teve início em 24 de fevereiro de 2022. (Para mais informações, consultar a secção 4.3. sobre a Rede de Apoio à Democracia e o IPEX.) Uma semana após o início da guerra, a presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, convidou os presidentes de todos os parlamentos nacionais da UE a juntarem-se a si numa reunião extraordinária à distância com o presidente do Parlamento da Ucrânia, Ruslan Stefanchuk.

TA reunião extraordinária realizou-se em 4 de março de 2022. Contou com a participação de mais

de 30 presidentes e vice-presidentes de parlamento. Foi organizado e realizado a curto prazo, sendo uma demonstração tangível do apoio dos parlamentos nacionais da UE e do Parlamento Europeu à luta ucraniana pela liberdade na Europa e à adesão da Ucrânia à UE. Assinalou, ao mesmo tempo, o entendimento comum de que a democracia parlamentar é um instrumento fundamental para fomentar os valores democráticos comuns. Demonstrou o que pode ser alcançado através da sua promoção, consolidando a parceria entre os parlamentos.

Reunião das Mulheres Presidentes dos Parlamentos da União Europeia, em 12 de outubro de 2022

Lançada pelo Sejm da Polónia por iniciativa da sua presidente, Elżbieta Witek, teve lugar uma reunião das Mulheres Presidentes dos Parlamentos da União Europeia em abril e maio de 2022 para debater a difícil situação das mulheres refugiadas ucranianas. A invasão da Ucrânia pela Federação da Rússia levou um grande número de pessoas a fugir do país, receando pelas suas vidas. A grande maioria eram mulheres e crianças.

Por iniciativa dos presidentes dos parlamentos polaco e checo, o Parlamento Europeu organizou uma reunião de acompanhamento em 12 de outubro de 2022. O evento foi copresidido pela presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, e pela presidente da Câmara dos Deputados da Chéquia, Markéta Pekarová Adamová, em representação da Presidência checa. O evento contou com a participação dos presidentes do Sejm polaco, da Câmara dos Representantes de Chipre, do Seimas lituano, do Senado romeno e dos vice-presidentes do Saeima letão e da Assembleia Nacional eslovena (Državni Zbor). A vice-presidente do Parlamento da Ucrânia, Olena Kondratiuk, também participou no evento.



Reunião das Mulheres Presidentes dos Parlamentos da União Europeia: troca de pontos de vista com Roberta Metsola, presidente do PE, foto de família.

© Parlamento Europeu

Esta reunião permitiu às mulheres presidentes debater assuntos relacionados com a gestão da chegada de mulheres, crianças e idosos de uma Ucrânia devastada pela guerra e com a sua integração, bem como com a gestão de questões sociais, como o acesso à proteção social, o mercado de trabalho e os sistemas de educação e de saúde. Além disso, a reunião deu também às mulheres presidentes a oportunidade de debater os bárbaros ataques com mísseis, por parte da Rússia, contra parques infantis, pontes pedonais, instalações energéticas, museus e ruas movimentadas em cidades ucranianas que haviam ocorrido imediatamente antes e durante a reunião. Durante a sua visita, os participantes tiveram também a oportunidade de trocar pontos de vista com Sviatlana Tsikhanouskaya, líder das forças democráticas da Bielorrússia e galardoada com o Prémio Sakharov em 2020.

Foi emitida uma declaração conjunta pelos copresidentes condenando inequivocamente os ataques russos contra alvos civis na Ucrânia, apoiando a criação de um tribunal internacional especial para responsabilizar os autores pelos respetivos crimes de guerra e apelando a um apoio contínuo aos ucranianos na Ucrânia e noutros países. A declaração conjunta foi unanimemente apoiada por todos os presidentes dos parlamentos.

4.3. Cooperação interparlamentar em matéria de ação externa da UE e assembleias parlamentares multilaterais

Nos últimos anos, a democracia parlamentar, o apoio ao desenvolvimento das capacidades e as ações no domínio dos direitos fundamentais adquiriram importância estratégica e tornaram-se um foco de interesse comum para os parlamentos da UE. O resultado satisfatório das formas interparlamentares de intercâmbios nestes domínios incentivou a Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais a promover a cooperação estratégica entre os parlamentos da UE e o Parlamento Europeu no domínio da democracia parlamentar. Em cooperação com a Direção-Geral das Políticas Externas, o objetivo deste projeto trienal consiste em criar uma rede de colegas dos parlamentos da UE a quem confiar os programas organizados com parlamentos de países terceiros, visando o reforço da democracia nos seus diversos aspetos. O objetivo último é, através da melhoria e da consolidação dos contactos e canais informais, do intercâmbio de documentos e informações e da preparação de reuniões parlamentares com os serviços dos parlamentos nacionais, contribuir para reforçar a promoção dos valores fundamentais da UE através das ações externas da União.

Os intercâmbios entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais nos domínios da ação externa da UE têm vindo a aumentar ao longo dos anos, tanto em termos de frequência como de variedade de eventos. Em resposta ao crescente interesse comum e tendo em conta o resultado promissor da secção da plataforma IPEX destinada ao Apoio à Democracia, a Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais, juntamente com a Direção-Geral das Políticas Externas (DG EXPO), decidiu lançar um projeto estratégico para 2022-2024 que visa promover a criação de um intercâmbio permanente entre os parlamentos nos seguintes domínios:

- Fóruns e assembleias parlamentares multilaterais
- Apoio à democracia e assistência de pré-adesão
- Delegações de observação eleitoral
- Ações em matéria de direitos humanos
- Mediação

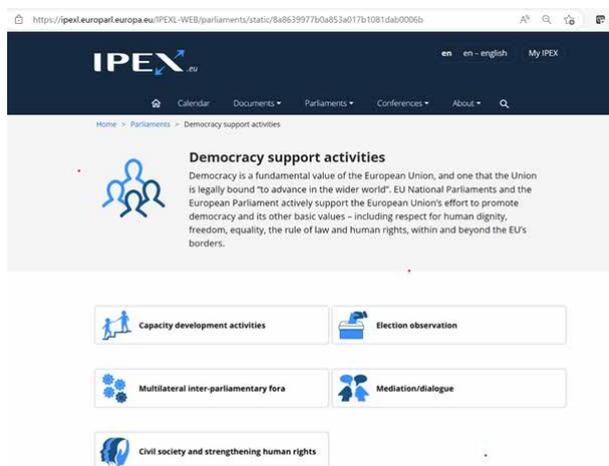
O objetivo comum deste intercâmbio estratégico entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais consiste em melhorar as sinergias e evitar sobreposições no trabalho dos parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu neste domínio, bem como permitir uma melhor supervisão e controlo parlamentar da UE no âmbito da sua dimensão externa.

Ao longo de 2022, que começou com a agressão russa contra a Ucrânia, as formas de intercâmbio existentes deram provas da sua utilidade. Desde os primeiros dias que se seguiram à invasão, tanto o PE como os parlamentos nacionais ativaram várias formas de intercâmbio para verificar e acompanhar todas as ações institucionais e a adoção de documentos relacionados com a guerra e o apoio à Ucrânia. Foi imediatamente ativada uma secção consagrada à Ucrânia na plataforma IPEX. Uma vez que a invasão também pode ser considerada uma declaração de guerra contra os valores fundamentais da UE e dos seus países candidatos, deu origem a um reforço ainda maior da já de si forte consciência da necessidade de intercâmbios parlamentares estruturados.

[Rede de Apoio à Democracia](#)

Os parlamentos nacionais da UE e o Parlamento Europeu participaram em várias atividades de apoio à democracia juntamente com parlamentos de países terceiros, com diferentes níveis de envolvimento, instrumentos e prioridades. O objetivo desta rede estabelecida entre o pessoal do Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais da UE consiste em melhorar a compreensão mútua através da partilha de conhecimentos e do intercâmbio de boas práticas.

O IPEX permite que os membros do pessoal do Parlamento envolvidos na Rede de Apoio à Democracia partilhem as suas atividades. O objetivo é facilitar a cooperação, a nível administrativo e político, possibilitando a todos os intervenientes uma visão abrangente das atividades em preparação, em curso ou concluídas num determinado Parlamento parceiro. Cada Parlamento nacional da UE selecionou uma pessoa responsável pela rede em cada hemiciclo.



A página Web especial no sítio Web do IPEX é afetada às atividades de apoio à democracias da Rede de Apoio à Democracia dos Parlamentos nacionais da UE e do Parlamento Europeu.

Em 2022, realizaram-se várias reuniões, incluindo a primeira *reunião presencial da Rede de Apoio à Democracia, que decorreu em Bruxelas, em 1 de dezembro de 2022.*

A reunião foi organizada em cooperação com a Unidade de Apoio Parlamentar e Reforço de Capacidades da Direção do Apoio à Democracia da DG EXPO. Contou com a participação de representantes de 22 parlamentos/câmaras nacionais, ao nível do pessoal.

Foi dividida em três painéis e, na sequência das observações iniciais, houve lugar a uma troca de pontos de vista sobre as «atividades nos Balcãs Ocidentais», na qual alguns parlamentos nacionais selecionados, da Chéquia, da Suécia, da Hungria, da Áustria, da Croácia e da Alemanha, que são particularmente ativos no domínio do apoio à democracia nos Balcãs Ocidentais, apresentaram a sua experiência de trabalho. Um debate muito pormenorizado e frutífero entre os participantes levou a uma reiterada vontade de continuar a cooperar na Rede de Apoio à Democracia, com base num entendimento comum e pragmático, que deverá permitir obter resultados concretos no futuro.

A nova realidade institucional, refletida pela criação da Direção-Geral das Parcerias para a Democracia Parlamentar no Parlamento Europeu, influenciará de forma positiva o desenvolvimento de intercâmbios estruturais parlamentares multilaterais.

Os objetivos para 2023 consistem em avaliar e enfrentar as oportunidades e os desafios dos instrumentos e das redes existentes para a cooperação interparlamentar no domínio da democracia parlamentar; contribuir para a elaboração de um calendário conjunto de eventos interparlamentares relacionados com os domínios específicos selecionados; e promover intercâmbios regulares contínuos no âmbito da Rede de Apoio à Democracia, em especial apoiando a organização de reuniões anuais presenciais organizadas por um dos parlamentos participantes.

Principais desenvolvimentos em 2022:

- A primeira reunião presencial da Rede de Apoio à Democracia realizou-se em Bruxelas, em 1 de dezembro de 2022, confirmando a vontade de todos os participantes de continuarem a desenvolver e a reforçar a cooperação com base numa abordagem concreta e pragmática.

4.4. Visitas bilaterais e outros intercâmbios bilaterais

As visitas bilaterais dos parlamentos nacionais da UE ao Parlamento Europeu são um instrumento e um formato em constante evolução para o diálogo interparlamentar. Este formato constitui um quadro altamente focalizado, adaptado, flexível e eficiente em termos de custos e de tempo para o debate sobre questões que suscitam preocupação a um parlamento nacional específico.

Além disso, outras trocas de pontos de vista bilaterais podem ser uma forma útil de cooperação interparlamentar em pequena escala quando os deputados têm de iniciar a colaboração, concentrar-se em temas específicos ou aprofundar a colaboração em domínios concretos de interesse mútuo.

As visitas bilaterais são tradicionalmente uma forma importante de cooperação interparlamentar. As reuniões realizam-se a vários níveis e em vários formatos, desde os debates políticos de mais alto nível até às visitas de estudo de caráter técnico do pessoal.

Em 2022, após uma longa pausa, foram retomadas as visitas bilaterais presenciais e os intercâmbios, tendo ocorrido 26 visitas dos parlamentos nacionais. Embora este número tenha sido substancialmente inferior ao verificado antes da pandemia, tratou-se, no entanto, de uma evolução muito positiva. Em 2021, em comparação, devido à situação da COVID-19 e às condições aplicáveis no Parlamento Europeu, praticamente não houve lugar a visitas de delegações nem visitas presenciais.

As visitas foram de natureza política, incluindo visitas de alto nível (presidentes dos parlamentos ou ministros) e visitas de deputados, bem como de natureza administrativa. Os parlamentares nacionais trocaram pontos de vista com os seus homólogos das comissões selecionadas correspondentes do Parlamento Europeu, em especial no domínio das políticas internas. As visitas do pessoal reuniram funcionários de diversos serviços, nomeadamente, mas não exclusivamente, os secretariados das comissões. Os Parlamentos sueco e espanhol participaram em visitas de estudo destinadas a preparar da melhor forma a dimensão parlamentar das próximas presidências.

Contrariamente a 2021, em 2022 não foram organizados intercâmbios bilaterais à distância entre os deputados ao Parlamento Europeu e os deputados dos parlamentos nacionais; no entanto, no caso dos eventos da COSAC e das reuniões interparlamentares das comissões, a videoconferência foi frequentemente utilizada.

No anexo III encontra-se uma lista exaustiva das visitas e dos intercâmbios bilaterais.

Principais desenvolvimentos em 2022:

- Devido à melhoria da situação epidemiológica e à flexibilização das restrições de acesso ao Parlamento Europeu, as visitas bilaterais dos parlamentos nacionais da UE às instalações do Parlamento Europeu puderam finalmente ser retomadas, ainda que em número inferior ao dos anos anteriores à pandemia.
- Deixou de se fazer recurso à videoconferência, que fora o principal formato dos intercâmbios bilaterais em 2021, embora continue a ser um importante meio de comunicação para os intercâmbios bilaterais diretos e específicos.

5. COOPERAÇÃO LEGISLATIVA COM OS PARLAMENTOS NACIONAIS DA UE

5.1. Sistema de alerta precoce e Protocolo n.º 2 anexo aos Tratados

Em virtude do princípio da subsidiariedade (consagrado no artigo 5.º do TUE), nos domínios que não sejam da sua competência exclusiva, a União tem de intervir apenas se e na medida em que os objetivos da ação considerada não possam ser suficientemente alcançados pelos Estados Membros, podendo por isso ser mais bem alcançados ao nível da União. Em virtude do princípio da proporcionalidade, o conteúdo e a forma da ação da União não devem exceder o necessário para alcançar os objetivos dos Tratados.

Os Parlamentos nacionais velam pela observância do princípio da subsidiariedade de acordo com o procedimento previsto no Protocolo n.º 2 anexo ao Tratado da União Europeia e ao Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade. Este Protocolo estabelece um mecanismo de revisão, o sistema de alerta precoce. No âmbito deste mecanismo, qualquer parlamento nacional pode – no prazo de oito semanas a contar da data de transmissão de um projeto de ato legislativo – dirigir aos presidentes das instituições um parecer fundamentado a expor as razões pelas quais considera que o projeto em questão não obedece ao princípio da subsidiariedade.

5.1.1 Sistema de alerta precoce

No que respeita ao sistema de alerta precoce, as comunicações apresentadas pelos parlamentos nacionais da UE são consideradas de acordo com as seguintes categorias⁹:

1. Pareceres fundamentados: se forem apresentados sob esse título e recebidos no prazo de oito semanas referido no artigo 6.º do Protocolo n.º 2 anexo aos Tratados¹⁰ e indicarem uma inobservância do princípio da subsidiariedade.
2. Contributos: quando não preenchem os critérios acima referidos.

Quando os pareceres fundamentados representem pelo menos um terço dos votos atribuídos aos parlamentos nacionais, o projeto deve ser reapreciado (procedimento de «cartão amarelo»). A instituição autora do projeto de ato legislativo pode decidir mantê-lo, alterá-lo ou retirá-lo, fundamentando a sua decisão. No que se refere aos projetos de atos legislativos sobre a cooperação policial ou judiciária em matéria penal, este limiar é inferior (um quarto dos votos).

Se, no contexto do processo legislativo ordinário, pelo menos uma maioria simples dos votos atribuídos aos parlamentos nacionais puser em causa a conformidade de uma proposta legislativa com o princípio da subsidiariedade, a Comissão deve rever a sua proposta e decidir se a mantém, altera ou retira. Se decidir manter a proposta, a questão é enviada ao legislador (Parlamento Europeu e Conselho) e a Comissão deve justificar a sua decisão (procedimento de «cartão laranja»). Caso o legislador considere que a proposta legislativa não é compatível com o princípio da subsidiariedade, pode rejeitá-la por uma maioria de 55 % dos membros do Conselho ou por maioria simples dos

⁹ Ver o documento da Conferência dos Presidentes das Comissões, de 15 de dezembro de 2010, sobre uma abordagem comum para o tratamento, a nível das comissões, dos pareceres fundamentados dos parlamentos nacionais e de outros contributos dos parlamentos nacionais.

¹⁰ Artigo 6.º do Protocolo n.º 2 relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade: «Qualquer Parlamento nacional ou qualquer das câmaras de um desses Parlamentos pode, no prazo de oito semanas a contar da data de envio de um projeto de ato legislativo, nas línguas oficiais da União, dirigir aos presidentes do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão um parecer fundamentado em que exponha as razões pelas quais considera que o projeto em questão não obedece ao princípio da subsidiariedade. Cabe a cada um dos Parlamentos nacionais ou a cada uma das câmaras de um Parlamento nacional consultar, nos casos pertinentes, os Parlamentos regionais com competências legislativas.»

votos expressos no Parlamento Europeu. Até à data, o procedimento de «cartão amarelo» foi acionado três vezes¹¹, enquanto o procedimento de «cartão laranja» nunca foi acionado.

No Parlamento Europeu, a Comissão dos Assuntos Jurídicos (JURI) é a comissão responsável pelo controlo do cumprimento do princípio da subsidiariedade¹². De seis em seis meses, um membro da comissão é nomeado relator permanente para a subsidiariedade, com base na rotação entre os grupos políticos.

O deputado Nacho Sánchez Amor (S&D) e a deputada Karen Melchior (Renew)¹³ desempenharam o papel de relatores permanentes para a subsidiariedade em 2022. A Comissão JURI também elabora regularmente um relatório sobre o relatório anual da Comissão sobre a subsidiariedade e a proporcionalidade.

5.1.2 Comunicações dos parlamentos nacionais da UE

Em 2022, o Parlamento Europeu recebeu formalmente **265 documentos** dos parlamentos nacionais no âmbito do Protocolo n.º 2 relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade. Destas 265 comunicações, **34 (13 %) eram pareceres fundamentados e 231 (87%) eram contributos** (comunicações que não suscitavam preocupações quanto à subsidiariedade).

Em 2021, em comparação, tinham sido apresentados 227 documentos, dos quais 24 eram pareceres fundamentados e 203 eram contributos.

Em 2022, 13 dos 39 parlamentos/câmaras apresentaram pareceres fundamentados e 19 apresentaram contributos.

Número de pareceres fundamentados recebidos dos parlamentos nacionais da UE ao abrigo do Protocolo n.º 2 em 2022 – por câmara												
SE Riksdag	CZ Poslanecká sněmovna	FR Sénat	CZ Senát	DK Folketinget	BG Narodno Sabranie	DE Bundesrat	FI Eduskunta	HU Országgyűlés	IE Dal Eireann	IE Seanad Éireann	NL Tweede Kamer	NL Eerste Kamer
13	5	4	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1

¹¹ O procedimento de «cartão amarelo» foi utilizado em 2012, quando a Comissão apresentou uma proposta de regulamento relativo ao exercício do direito de ação coletiva no contexto da liberdade de estabelecimento e da liberdade de prestação de serviços («Monti II»). A Comissão acabou por retirar a proposta, considerando, no entanto, que não se tinha verificado uma infração ao princípio da subsidiariedade. Foi novamente utilizado em 2013, após a apresentação da proposta de regulamento que institui a Procuradoria Europeia. A Comissão decidiu [manter a proposta](#), argumentando que estava em conformidade com o princípio da subsidiariedade. Voltou a ser utilizado em 2016, contra a [proposta de revisão da Diretiva relativa ao destacamento de trabalhadores](#). A Comissão avançou numerosas [razões](#) para manter a sua proposta, considerando que a mesma não violava o princípio da subsidiariedade porque o destacamento de trabalhadores é, por natureza, uma questão transnacional.

¹² Nos termos do anexo VI, secção XVI, do Regimento do Parlamento Europeu, a Comissão dos Assuntos Jurídicos tem competência em matéria de «interpretação, aplicação e acompanhamento do direito da União e conformidade dos atos da União com o direito primário, nomeadamente a escolha das bases jurídicas e o respeito dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade».

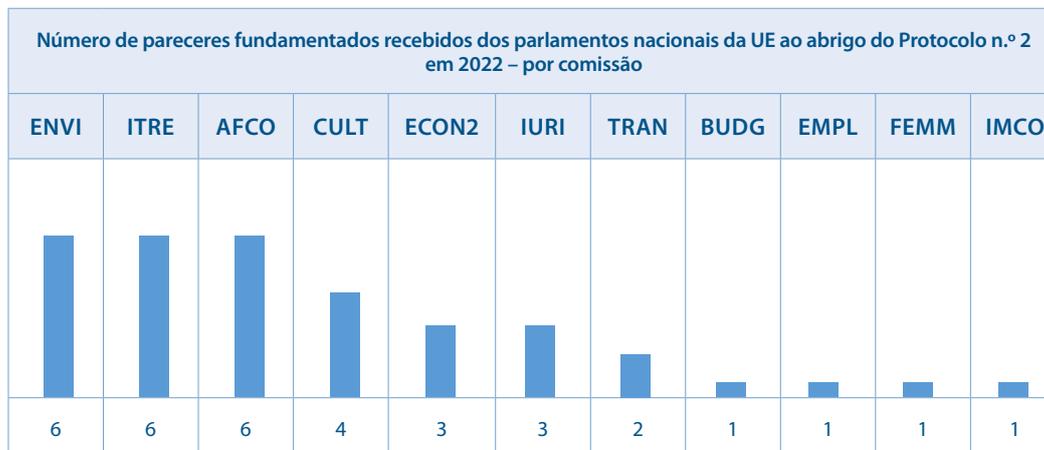
¹³ Os Socialistas e Democratas (S&D) e o Grupo Renew Europe (Renew) são grupos políticos do Parlamento Europeu.

Os parlamentos mais ativos no envio de pareceres fundamentados foram o Riksdag sueco, com 13 pareceres fundamentados, a Câmara dos Deputados checa, com 5, e o Senado francês, com 4.

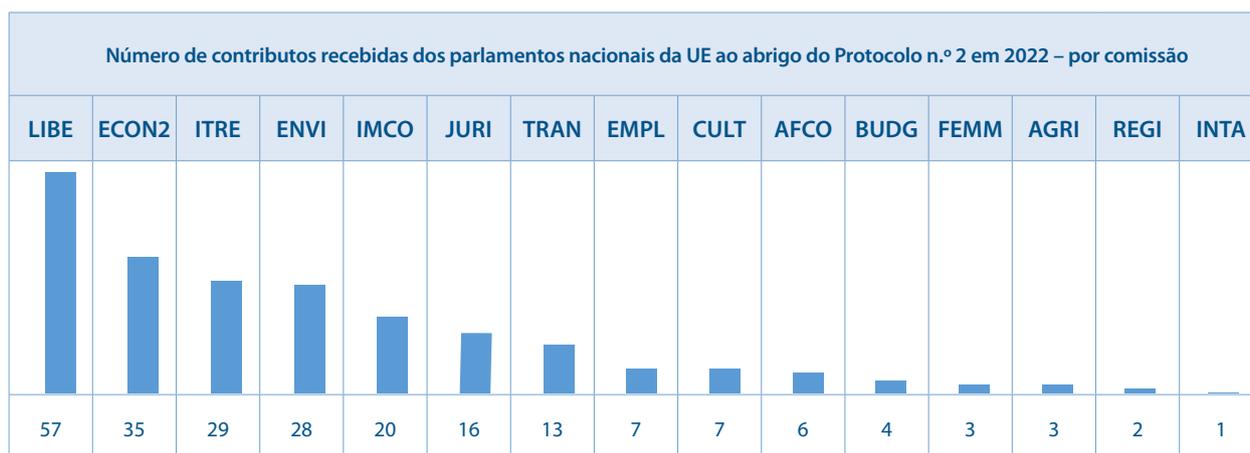
Número de contributos recebidos dos parlamentos nacionais da UE ao abrigo do Protocolo n.º 2 em 2022 – por câmara			
Estado-Membro	Parlamento/Câmara	Contributos	
ES	Cortes	58	
CZ	Senát	55	
CZ	Poslanecká snemovna	21	
DE	Bundesrat	17	
PT	Assembleia da Republica	16	
NL	Eerste Kamer	13	
RO	Senat	11	
IT	Camera dei deputati	9	
IT	Senato	6	
FR	Sénat	6	
IE	Houses of Oireachtas	5	
AT	Bundesrat	3	
RO	Camera deputatilor	2	
FR	Assemblée nationale	2	
DK	Folketinget	2	
HU	Országgyűlés	1	
FI	Eduskunta	1	
BG	Narodno Sabranie	1	
BE	Sénat	1	
SE	Riksdag	1	

Quanto aos contributos, os parlamentos/câmaras mais ativos foram, respetivamente: o Parlamento

espanhol, com 58 contributos, o Senado checo, com 55, e a Câmara checa, com 21. No anexo IV encontram-se estatísticas mais pormenorizadas relativas a 2022.



As comissões que receberam o **maior número de pareceres fundamentados** (seis pareceres fundamentados cada) foram a Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar, a Comissão dos Assuntos Constitucionais e a Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia.



As comissões que **mais contributos** foram a Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos (57 contributos), a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (35 contributos) e a Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia (29 contributos).

Desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa em 2009, foi enviado aos parlamentos nacionais um total de 1 176 projetos de atos legislativos, para exame nos termos do Protocolo n.º 2 anexo ao referido tratado. Em resposta, o Parlamento Europeu recebeu 3 946 comunicações dos Parlamentos nacionais. Destes últimos, 545 (14 %) são pareceres fundamentados e os restantes 3 401 (86 %) são contributos.

Estas estatísticas confirmam que os parlamentos nacionais da UE utilizaram o Protocolo n.º 2 como forma de exprimir os seus pontos de vista mais frequentemente sobre o fundo das propostas do que sobre a subsidiariedade. Tal pode refletir o seu desejo de participarem mais ativamente no verdadeiro processo legislativo.

A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais assegura que todas as comunicações transmitidas pelos parlamentos nacionais sejam disponibilizadas aos deputados, aos órgãos políticos e aos serviços do Parlamento Europeu. A Direção faculta-lhes, em especial aos relatores, conhecimentos especializados específicos e sessões de informação sobre as comunicações dos parlamentos nacionais da UE ao longo do ciclo legislativo, que foram utilizados como contributo

para a elaboração de relatórios das comissões e para as negociações do trílogo com o Conselho. A Direção também fornece mensalmente factos, dados e estatísticas sobre o número e a natureza desses documentos através da sua «State of Play Note» [Nota sobre o ponto da situação] do Protocolo n.º 2 anexo ao Tratado de Lisboa e gere a base de dados CONNECT¹⁴, que contém todos os pareceres fundamentados e contributos recebidos dos parlamentos nacionais.

Main developments in 2022:

- O número de comunicações dos parlamentos nacionais aumentou 16 %, passando de 227 em 2021 para 265 em 2022.
- A maioria destas comunicações (86 %) consistiu em contributos que não suscitavam preocupações quanto à subsidiariedade. Este número demonstra a vontade dos parlamentos nacionais de expressarem as suas preocupações e opiniões sobre o fundo das propostas. Este mecanismo de alerta precoce é utilizado fundamentalmente como instrumento de diálogo legislativo com os legisladores da UE.

5.1.3 Nota mensal sobre o ponto da situação

A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais produz mensalmente uma [nota sobre o ponto da situação](#) sobre os pareceres fundamentados e os contributos apresentados ao abrigo do Protocolo n.º 2. Essa nota, enviada aos deputados, aos serviços competentes do Parlamento Europeu e aos parlamentos nacionais, apresenta uma panorâmica de todas as comunicações recebidas desde a nota anterior e remete para todos os dossiês legislativos inscritos na ordem do dia do período de sessões seguinte do Parlamento Europeu. A nota também é incluída no dossiê da reunião da Conferência dos Presidentes das Comissões do Parlamento Europeu. A nota sobre o ponto da situação é também publicada no sítio Web da Direção antes de cada período de sessões do Parlamento Europeu..

III. FACTS & FIGURES

A. Since the previous State of Play note (14 November 2021)

Since the previous update on the State of Play, the European Parliament has received:

- 9 draft legislative acts in the context of Protocol 2,
- 1 reasoned opinion on different draft legislative acts,
- 8 contributions by national Parliaments on different draft legislative acts.

B. For the 9th legislative term (2019-2024)

Since the beginning of the 9th legislative term regarding Protocol 2, the European Parliament has received 296 draft legislative acts, 67 Reasoned opinions and 526 contributions.

Nº of proposals and NPs' submissions as per Committee (9th legislature)				
EP Committee responsible	Proposals	Reasoned opinions	Contributions	Submissions (i.e. reasoned opinions and contributions together)
AFCO	2	6	7	15
AFET	0	0	0	0
AGRI	15	0	17	17
BUDG	9	2	13	15
CONT	0	0	0	0
CULT	3	1	5	6
DEVE	2	0	5	5
ECON	50	5	83	88
EMPL	10	4	22	26
ENVI	40	18	79	97
FEMM	2	1	9	10
IMCO	20	0	44	44
INTA	10	0	6	6
ITRE	21	6	49	67
JURI	13	3	15	18
LIBE	45	11	125	139
PECH	2	0	0	0
REGI	20	1	23	24
TRAN	32	7	24	31
TOTAL	296	67	526	593

C. Since the entry into force of the Lisbon Treaty (1st December 2009)

Since the entry into force of the Lisbon Treaty, a total of 1171 draft legislative acts have been sent to national Parliaments for examination under the terms of Protocol No 2 of the Treaty of Lisbon.

In response, the European Parliament has received 3916 submissions from national Parliaments. Of these, 541 are reasoned opinions while the remaining 3375 are contributions.

Reasoned opinions and contributions from national Parliaments on EU legislation are available via the following QR-code or at <http://www.conseil.europa.eu/en/subjects/epapp/?protocol=2>



Monika MOENS de FERINGS / Sara IRONS
 ☎ +32 2 28 33264 ☎ +32 2 28 33190
 National.Parliaments@europarl.europa.eu
<http://www.europarl.europa.eu/medialibrary/connect.html>

Monika MOENS de FERINGS / Sara IRONS
 ☎ +32 2 28 33264 ☎ +32 2 28 33190
 National.Parliaments@europarl.europa.eu
<http://www.europarl.europa.eu/medialibrary/connect.html>

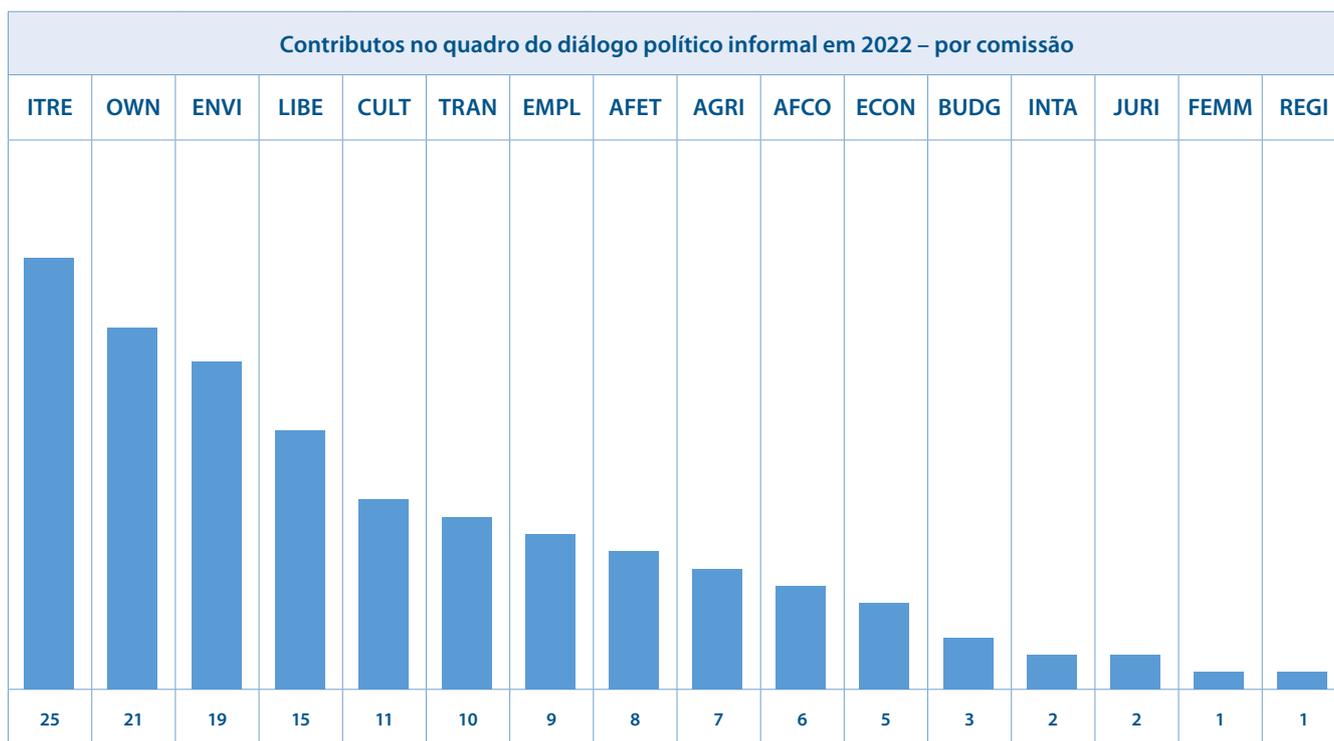
¹⁴Para mais informações, consultar o capítulo 7.2.

5.2. Diálogo político informal e Protocolo n.º 1 anexo aos Tratados

O Protocolo n.º 1 anexo ao Tratado da União Europeia e ao Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia permite aos parlamentos nacionais da UE apresentarem observações sobre dossiers legislativos da competência exclusiva da União Europeia, bem como sobre documentos não legislativos, nomeadamente relacionados com debates em curso a nível europeu e livros verdes ou brancos ou comunicações da Comissão. Esses contributos são tratados no âmbito do «diálogo político informal».

Contributos no quadro do diálogo político informal em 2022 – por câmara parlamentar			
Estado-Membro	Parlamento/Câmara	Contributos	
CZ	Sénat	35	
RO	Camera Deputatilor	34	
CZ	Poslanecká snemovna	17	
DE	Bundesrat	12	
FR	Sénat	8	
FR	Assemblée Nationale	6	
RO	Senat	6	
BE	Sénat	5	
PT	Assembleia de República	4	
IT	Camera dei deputati	3	
NL	Tweede Kamer	3	
AT	Nationalrat	2	
HU	Országgyűlés	2	
NL	Erste Kamer	2	
PL	Senat	2	
DE	Bundestag	1	
LT	Seimas	1	
LU	Chambre des Députés	1	
PL	Sejm	1	
SK	Národná rada	1	

Em 2022, os parlamentos nacionais da UE continuaram a utilizar ativamente este instrumento, tendo apresentado 144 contributos no quadro do diálogo político informal. Neste contexto, os três parlamentos/câmaras mais ativos em 2022 foram o Senado checo (35), a Câmara dos Deputados romena (34) e a Câmara dos Deputados checa (17).



As quatro comissões que receberam mais contributos do diálogo político informal foram a Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia (ITRE), com 23, a Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar (ENVI), com 19, e a Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos (LIBE), com 15. «OWN» significa que este tipo de contributo enviado por um parlamento nacional não foi atribuído a uma comissão específica do PE.

Desde 2009, o Parlamento Europeu recebeu cerca de 2 810 contributos dos parlamentos nacionais da UE ao abrigo do Protocolo n.º 1, que também foram publicados na base de dados CONNECT. O anexo V contém dados estatísticos pormenorizados sobre os contributos recebidos em 2022 no âmbito do diálogo político informal.

Principais desenvolvimentos em 2022:

- O número de contributos apresentados no âmbito do diálogo político informal diminuiu 36 %, passando de 222 em 2021 para 143 em 2022. A razão mais provável é que, em 2021, a Comissão esteve muito ativa a propor nova legislação em resposta à pandemia de COVID 19, mas a necessidade de nova legislação tornou-se menos premente ao mesmo tempo que a gravidade da pandemia diminuiu.
- Os parlamentos nacionais apresentaram mais sínteses em inglês nos seus contributos ao abrigo do Protocolo n.º 2 e do Protocolo n.º 1, facilitando o trabalho dos legisladores.

6. REDES E INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES

6.1. Intercâmbio Interparlamentar de Informação sobre a União Europeia (IPEX)

O Intercâmbio de Informação sobre a União Europeia (IPEX) apoia a cooperação interparlamentar ao proporcionar uma plataforma e uma rede para o intercâmbio eletrónico de informações relacionadas com a UE entre os parlamentos da UE. O IPEX foi lançado como uma iniciativa dos parlamentos nacionais da UE e desenvolvido com a assistência técnica do Parlamento Europeu. Atualmente, 39 câmaras de 27 parlamentos nacionais, bem como o Parlamento Europeu, utilizam o IPEX nas suas atividades quotidianas. O IPEX é constantemente aperfeiçoado, de modo a satisfazer as necessidades em constante evolução dos seus utilizadores. O objetivo final é tornar o IPEX o «balcão único» para as atividades interparlamentares.

O IPEX tem sido caracterizado de diversas formas, nomeadamente como uma «ferramenta», uma «plataforma» e uma «rede». Estas três definições demonstram como o instrumento evoluiu. A sua evolução de ferramenta para rede foi lenta, mas está agora a atingir os seus objetivos.



O ano de 2022 foi o primeiro ano completo de atividade da nova plataforma IPEX (IPEX v3). Durante o ano, foram lançadas cinco versões principais com o objetivo de aumentar a fiabilidade e a acessibilidade da plataforma. Estas versões foram acompanhadas pela equipa de direção presidida pelo Parlamento esloveno. A atividade principal da equipa de direção consistiu em abordar as adaptações e analisar quaisquer erros técnicos que pudessem ocorrer durante a fase de desenvolvimento e teste.

Para além de tratar dos aspetos técnicos da plataforma, a rede IPEX, que inclui os seus correspondentes, grupos de trabalho e Conselho de Administração, dedicou as suas energias à execução das tarefas previstas no programa de trabalho evolutivo do IPEX para 2021-2023. Em resultado destes esforços, até ao final do ano, *o grupo de trabalho sobre Conteúdos* finalizou o seguimento do estudo de referência, centrando-se em novas perspetivas sobre a utilização do IPEX e no reforço das redes interparlamentares.

Paralelamente, *o grupo de trabalho sobre promoção e redes sociais* trabalhou numa análise dos utilizadores destinada a compreender melhor as necessidades dos utilizadores e a identificar as novas funções a desenvolver no IPEX. Combinando a abordagem destes dois grupos de trabalho, os vários capítulos do projeto de questionário e o calendário do estudo de acompanhamento foram debatidos com o Conselho de Administração, que aprovou o caminho a seguir. A fim de responder ao pedido dos secretários gerais expresso durante a reunião de Liubliana, uma parte específica do questionário do estudo de referência foi dedicada à comunidade científica, com vista a beneficiar dos estudos realizados sobre as atividades dos parlamentos nacionais no domínio do trabalho de investigação a nível da UE.

O *grupo de trabalho sobre formação* centrou-se principalmente na prestação de apoio aos correspondentes nacionais, na atualização dos materiais de formação existentes, a fim de facilitar a sua utilização, e no debate sobre a melhor forma de avaliar as necessidades de formação dos correspondentes. O grupo de trabalho preparou material de formação sobre novos conteúdos

próprios e começou a abordar uma questão que afeta a [secção do IPEX sobre a Rede de Apoio à Democracia](#), em que a falta de *uploads* completos e em tempo útil por parte de alguns correspondentes parecia revelar necessidades específicas de formação.

De entre os resultados alcançados em 2022, importa ainda mencionar a adoção de [pacotes de identidade visual](#) a utilizar pelos correspondentes do IPEX, os presidentes do IPEX, o responsável pela informação do IPEX, os organizadores da reunião dos correspondentes do IPEX e da Conferência dos Utilizadores do IPEX e a Presidência do Conselho da UE. Entretanto, foram lançadas campanhas no Twitter em várias reuniões interparlamentares (COSAC, PESC/PCSD) e no Dia da Europa.

Uma das conquistas mais significativas do ano foi a adoção de um compromisso final sobre a [revisão das orientações do IPEX](#). O lançamento da nova plataforma IPEX v3 exigiu a adoção de novas orientações em consonância com as novas funcionalidades oferecidas pela plataforma. Os resultados positivos deste processo delicado e difícil foram, por si só, uma conquista em termos de cooperação interparlamentar.

Principais desenvolvimentos em 2022:

- Compromisso final sobre a revisão das orientações do IPEX.
- Finalização do estudo de seguimento de referência e do questionário aos utilizadores.
- Adoção dos pacotes de identidade visual.

6.2. Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares (CEIDP)

Gerido conjuntamente pelo Parlamento Europeu e pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, o CEIDP tem como membros 64 câmaras parlamentares (incluindo 39 na União Europeia) de 53 países e instituições da UE.

Com a decisão do Conselho da Europa de excluir a Federação da Rússia, em 16 de março de 2022, a Duma e o Conselho da Federação da Rússia deixaram de fazer parte do CEIDP e não podem participar nas suas atividades. Consequentemente, o acesso dos correspondentes russos à rede do CEIDP foi desativado. Quase 119 correspondentes e correspondentes suplentes representam os respetivos parlamentos na rede e contribuem para os objetivos principais do CEIDP: promover o intercâmbio de informações e de boas práticas sobre temas de interesse comum. O CEIDP promove a cooperação entre as câmaras, dando início a pedidos comparativos e realizando seminários.



Numa altura em que a necessidade de intercâmbio, cooperação e aprendizagem uns com os outros está a aumentar, o CEIDP é uma história de sucesso que deve muito à dedicação e ao profissionalismo dos correspondentes em cada parlamento nacional.

Os dois pilares das atividades do CEIDP continuaram a ser os [pedidos comparativos](#), por um lado, e os [seminários](#), por outro.

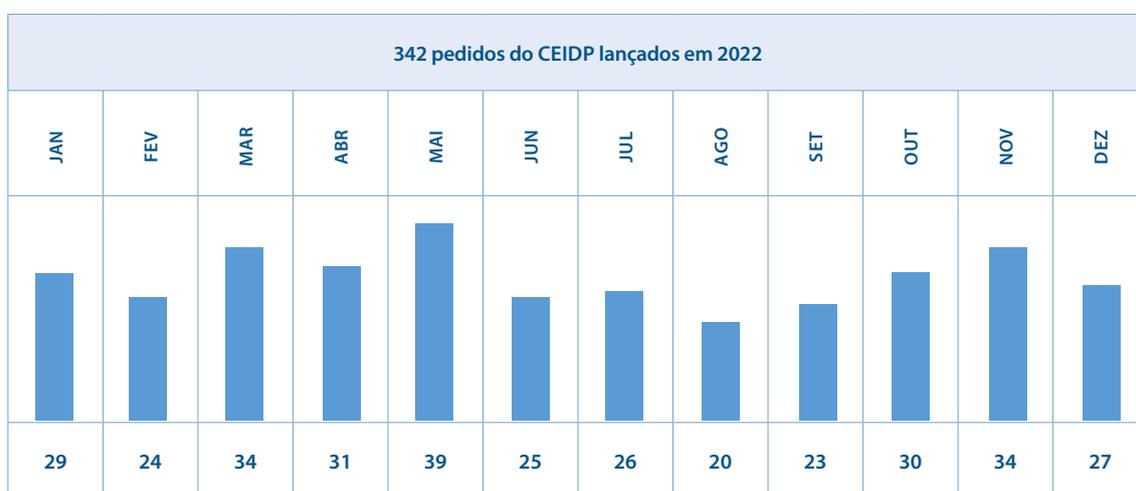
Em 2022, a rede CEIDP regressou gradualmente à normalidade após dois anos de pandemia, que afetou profundamente o seu funcionamento. No entanto, o ano parece ter confirmado que

continuarão a aplicar-se os novos métodos de trabalho utilizados para manter as atividades durante a crise da COVID-19. Embora as reuniões presenciais tenham sido progressivamente retomadas, é de destacar que, na Conferência Anual dos Correspondentes realizada em novembro em Erevã, na Arménia, a maioria das reuniões ainda decorreu em ambiente virtual.

A prática atual parece estar a evoluir no sentido de um equilíbrio entre reuniões virtuais e presenciais, a fim de beneficiar das vantagens de ambas as opções: organizar um maior número de webinários sobre temas de interesse comum, permitindo a participação de um maior número de colegas dos parlamentos nacionais, e continuar com os seminários presenciais regulares, permitindo interações pessoais, que são cruciais para uma rede destinada a promover o intercâmbio de informações e boas práticas.

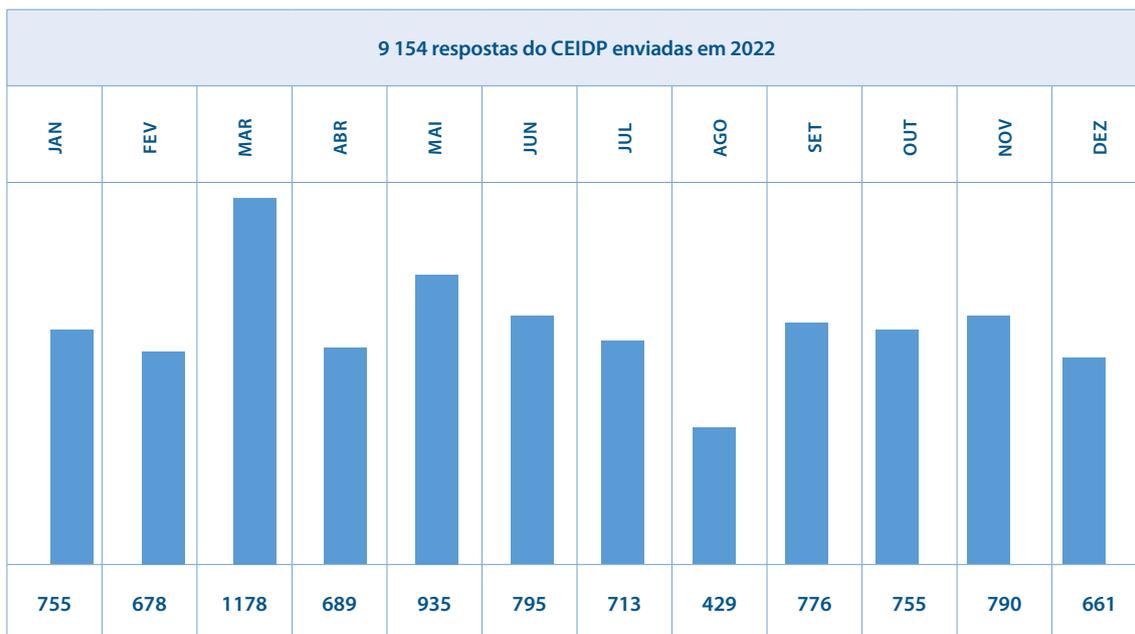
1. Pedidos de informação comparativa

Em 2022, os parlamentos membros do CEIDP apresentaram *342 pedidos comparativos* à rede, que deram origem a *9 154 respostas*. Em comparação com 2021, verificou-se uma ligeira diminuição do número de pedidos (356 pedidos comparativos em 2021), mas um aumento do número de respostas (8 928 respostas em 2021).



Os pedidos de informação abrangeram muitos setores, com especial destaque para as *questões sociais, de saúde e de migração*, bem como para a organização do trabalho numa *administração parlamentar*. Foi enviado um número substancial de pedidos sobre questões jurídicas e financeiras, bem como sobre questões parlamentares de âmbito geral. A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais também prestou apoio a diversos serviços do Parlamento Europeu, facilitando e transmitindo os seus pedidos à rede do CEIDP. No total, o *Parlamento Europeu apresentou 16 pedidos* à rede do CEIDP em 2022. Este número representa um ligeiro aumento em relação aos anos anteriores, dado que o Parlamento Europeu apresentou 14 pedidos em 2021 e 12 pedidos em 2020.

Em 2022, o *Parlamento Europeu forneceu 88 respostas* a pedidos de outros parlamentos do CEIDP, sendo a taxa de resposta 94,2 %, o que representou um ligeiro decréscimo em relação a 2021, ano em que foram fornecidas 89 respostas e a taxa de resposta foi de 97,8 %, mas representou um aumento em relação às 79 respostas fornecidas em 2020, cuja taxa de resposta foi de 88,7 %, sendo ainda maior em comparação com as 27 respostas fornecidas em 2019 e as 30 respostas de 2018.



2. Sínteses finais

As sínteses finais são a melhor forma de destacar o enorme número e a utilidade dos pedidos e respostas do CEIDP. Há já algum tempo que estão a ser estudadas soluções para incentivar a elaboração de sínteses finais. A esse respeito, a nova versão do sítio Web do CEIDP, colocada online em outubro de 2020 com o apoio dos serviços informáticos do Parlamento Europeu, visava *modificar o painel dos correspondentes a fim de os convidar a apresentar as suas sínteses* finais e de dar visibilidade àquelas cujo upload já foi feito para o sítio Web do CEIDP. Na sequência desta reflexão, em 2020, a *percentagem de sínteses finais do CEIDP* aumentou consideravelmente, tendo 41 % dos pedidos resultado na publicação de uma análise de respostas (em comparação com 16 % em 2019 e 11,3 % em 2018). Infelizmente, esse número baixou para 21 % em 2021. No entanto, *em 2022, registou-se um ligeiro aumento para 27,5 %*.



Nuvem de palavras-chave principais relacionadas com o CEIDP.

3. Reuniões estatutárias

As três reuniões do Comité Executivo em 2022 foram organizadas à distância em 31 de março, 9 de junho e 8 de setembro, a partir do Parlamento Europeu. O principal objetivo dessas reuniões foi a preparação da próxima conferência anual. Tendo em conta o levantamento progressivo das restrições às reuniões e às viagens, a *Conferência Anual de Correspondentes do CEIDP de 2022* realizou-se presencialmente, após dois anos de reuniões virtuais devido à pandemia de COVID-19. A Conferência Anual realizou-se em *Erevã, em 10 e 11 de novembro de 2022*, a convite da Assembleia Nacional da República da Arménia.

A sessão que antecedeu a conferência centrou-se no tema «Acompanhamento legislativo e investigação como ferramentas de supervisão parlamentar». A Conferência em si constituiu uma oportunidade para acolher e orientar os novos correspondentes do CEIDP e centrou-se no *seguimento dados às orientações do CEIDP em relação aos pedidos e nas respostas adotadas na Conferência Anual de Londres* no ano anterior. Seguiu-se uma apresentação do novo inquérito online e da funcionalidade de pedidos e respostas do sítio Web do CEIDP.

4. Seminários

Os seminários do CEIDP constituem ocasiões importantes para um intercâmbio muito produtivo de informações e boas práticas entre os participantes. Antes de 2020, todos os seminários foram realizados presencialmente e organizados pelos parlamentos nacionais interessados nos temas específicos em debate. Em 2022, a pandemia de COVID-19 ainda afetou a organização dos seminários do CEIDP. Embora as reuniões presenciais tenham sido progressivamente retomadas, em especial com o seminário de Berlim realizado em julho, e o seminário do CEIDP/Serviço de Estudos do Parlamento Europeu (EPRS) organizado em Bruxelas com formato híbrido em junho, a maioria das reuniões ainda tiveram lugar em ambiente virtual.



A primeira página do sítio Web da rede CEIDP é pública, ao passo que o acesso aos pedidos e às respostas está limitado aos correspondentes do IPEX dos parlamentos participantes

Em 2022, o Secretariado do CEIDP participou na organização de *oito seminários e webinários do CEIDP*. O anexo VI contém estatísticas pormenorizadas sobre os eventos do CEIDP. C.

1. No domínio de interesse «TIC nos parlamentos», foi organizado à distância pelo Knesset, em Jerusalém, em 28 de março de 2022, um webinário intitulado «TIC 2022 – Adaptação a um ambiente informático em rápida mutação – Como envolver o pessoal». Uma vez que a transformação digital requer o apoio dos membros e do pessoal que têm conhecimento dos processos existentes e dispõem das competências necessárias para utilizar as novas ferramentas digitais, este seminário proporcionou a oportunidade de partilhar ideias e apresentar projetos sobre transformação digital, profissões pertinentes, comunidades de conhecimento e aprendizagem digital.
2. No domínio de interesse «Assuntos económicos e orçamentais», a Câmara dos Deputados e o Senado da República Italiana organizaram à distância, em Roma, em 18 de maio de 2022, um webinário intitulado «Participação parlamentar na definição dos planos nacionais de recuperação e resiliência». O evento foi organizado em cooperação com a Unidade de Apoio à Governação Económica (EGOV) do Parlamento Europeu no seguimento da reunião do CEIDP, de 23 de abril de 2021, que se centrou no papel desempenhado pelos parlamentos nacionais na elaboração dos planos acima referidos. Tendo como base o debate anterior, o webinário visava promover um intercâmbio de informações em relação à forma como os parlamentos estavam a organizar as suas atividades e a exercer as suas funções, ao mesmo tempo que acompanhavam a atual execução dos planos.
3. Ainda no domínio de interesse «Assuntos económicos e orçamentais», o Bundesrat, em cooperação com o Bundestag, organizou em 30 de junho e 1 de julho, em Berlim, um seminário intitulado «A autonomia orçamental e a soberania dos parlamentos». Após mais de dois anos de reuniões virtuais, este seminário foi o primeiro evento presencial desde novembro de 2019. O seu objetivo era analisar em que medida os parlamentos podem influenciar a preparação e a adoção dos seus próprios orçamentos e em que medida gozam de autonomia orçamental. Outros temas debatidos incluíram o financiamento dos grupos parlamentares e dos partidos

políticos através dos orçamentos parlamentares e o controlo dos orçamentos parlamentares por tribunais, comissões de auditoria e gabinetes de auditoria.

4. No domínio de interesse «Bibliotecas, serviços de estudos e arquivos», o Parlamento Europeu organizou *em Bruxelas, em 23 e 24 de junho de 2022, um seminário com formato híbrido intitulado «A investigação parlamentar entra numa nova era: prospetiva, estratégia e inovação»*. Este foi o primeiro seminário do CEIDP com formato híbrido. Organizado conjuntamente pelo EPRS e pela Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais do PE, proporcionou um fórum para o intercâmbio entre os serviços de estudos e bibliotecas dos parlamentos sobre as estratégias que desenvolveram durante a crise da COVID-19 para assegurar a continuidade das atividades e sobre as inovações a que recorreram para concretizar essas estratégias com eficácia. Além disso, o seminário centrou-se nos desafios e nas oportunidades desta nova era e na crescente importância da prospetiva estratégica no domínio da investigação. Othmar Karas, primeiro vice-presidente do Parlamento Europeu, proferiu um discurso de boas-vindas.

Realizaram-se *quatro webinários* no domínio de interesse «Práticas e procedimentos parlamentares».

5. *Em 21 de fevereiro de 2022, em Viena*, o Parlamento austríaco organizou à distância um webinário intitulado *«Integração dos assuntos da UE nas administrações parlamentares»*. Esta reunião foi a segunda de uma nova série de webinários com a participação de académicos de renome no domínio dos estudos democráticos e parlamentares. A especialista em ciências políticas Anna-Lena Högenauer (Universidade do Luxemburgo) tomou a palavra sobre o assunto refletido no título do webinário e apresentou o seu estudo sobre a forma como os assuntos da UE são tratados por um grande número de peritos e departamentos das administrações parlamentares.
6. Outro webinário sob o título *«Os parlamentos e a diretiva relativa à denúncia de irregularidades»* foi organizado à distância pela Câmara dos Deputados belga, *em Bruxelas, em 6 de outubro de 2022*. A Diretiva (UE) 2019/1937, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União, tinha de ser transposta para o direito nacional até 17 de dezembro de 2021. No entanto, muitos Estados-Membros da UE, em geral, e os parlamentos em particular, estavam preocupados com a sua aplicação e procuravam um modelo que respeitasse a autonomia dos parlamentos e os diferentes conceitos de separação de poderes. O webinário proporcionou uma oportunidade para trocar pontos de vista e abordagens a partir de várias perspetivas e para aprender como os diferentes parlamentos estavam a lidar com o processo de execução até à data.
7. Em 7 de novembro de 2022, o Parlamento austríaco organizou à distância, em Viena, um webinário intitulado *«Os parlamentos e o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados»*. Este webinário debateu a aplicação do artigo 15.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) no contexto dos trabalhos das comissões, a prática do «direito a ser esquecido» nos parlamentos e a utilização de limitações em conformidade com o artigo 23.º do RGPD.
8. O último webinário de 2022 foi organizado à distância pelo Parlamento austríaco em Viena, em 12 de dezembro de 2022, com o título *«Os parlamentos e as comissões de coordenação nos parlamentos»*. O Professor Sieberer apresentou uma breve panorâmica dos desenvolvimentos mais recentes em matéria de comissões de coordenação nos parlamentos e abordou as questões que os participantes consideraram mais importantes para as suas práticas. Seguiu-se uma troca de pontos de vista com profissionais e peritos em assuntos parlamentares.

Principais desenvolvimentos em 2022:

- Cooperação reforçada entre a Unidade de Apoio à Governação Económica (EGOV) do Parlamento Europeu e o Domínio de Interesse Económico e Orçamental do CEIDP e entre o Serviço de Estudos do Parlamento Europeu (EPRS) e as Bibliotecas, Serviços de Estudos e Arquivos do CEIDP em domínios de interesse e investigação comum.
- Organização de mais reuniões presenciais.
- Maior participação nos webinários.

6.3. Presidency Parliament Support Programme

O Parlamento Europeu tem vindo a promover constantemente uma cooperação estreita entre a sua própria administração e as dos parlamentos nacionais, em especial na fase preparatória da dimensão parlamentar de cada Presidência do Conselho da UE. O Parlamento Europeu oferece a cada novo Parlamento na Presidência a oportunidade de participar num programa organizado para o pessoal colocado em Bruxelas, com vista à preparação das atividades no contexto da dimensão parlamentar da Presidência. O Parlamento Europeu pode conceber, com base em pedidos, necessidades e prioridades concretos, um programa de apoio específico para o Parlamento na Presidência. Esta iniciativa proporciona a oportunidade de estabelecer contactos profissionais e pessoais com todas as partes interessadas e permite a partilha eficaz de informações e conhecimentos especializados, facilitando assim a continuação dos trabalhos e garantindo a coerência. O Parlamento Europeu pode contribuir para o custo do programa numa base partilhada com o respetivo parlamento nacional.

O «Programa de apoio ao Parlamento na Presidência» do Parlamento Europeu foi inicialmente criado como um instrumento de assistência aos parlamentos dos Estados-Membros da UE que deveriam exercer a Presidência do Conselho da UE pela primeira vez. Porém, uma vez que se revelou um instrumento útil durante a fase preparatória das Presidências, e tendo em conta a evolução contínua da cooperação interparlamentar, a Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais decidiu alargar o Programas de apoio ao Parlamento na Presidência a todas as futuras Presidências. Nos últimos anos, as Presidências do Conselho da UE colocaram mais ênfase e investiram mais na dimensão parlamentar, com vista a aumentar o número de eventos, reuniões e iniciativas que realizam durante o semestre da sua Presidência, em comparação com o que se fazia há uma década.

A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais acolheu uma vez mais os futuros parlamentos da Presidência nas instalações do Parlamento Europeu em Bruxelas, em 2022, após um hiato de mais de dois anos. Em 2020 e 2021, tal não tinha sido possível devido às restrições aplicáveis às viagens e reuniões presenciais no decurso da pandemia de COVID-19. A Direção organizou duas reuniões em 2022: uma para o Parlamento nacional checo e outra para o Parlamento sueco.



O programa para os funcionários do Senado checo e da Câmara dos Deputados checa teve lugar em 12 de maio de 2022. Os colegas que vieram de Praga trocaram impressões com vários colegas do Secretariado do Parlamento Europeu, que partilharam as suas experiências relativamente à organização de diferentes eventos e atividades interparlamentares: a Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE. Os eventos abrangidos foram a visita da Conferência dos Presidentes à capital da Presidência, a Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Cooperação Económica e Governação, reuniões da COSAC, a CIP PESC/PCSD, o Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto da Europol e a Reunião Interparlamentar de Comissões sobre a Eurojust.

Do mesmo modo, o programa para os funcionários do Riksdag sueco ofereceu aos colegas do Parlamento sueco envolvidos na preparação da dimensão parlamentar da Presidência sueca do Conselho da UE a oportunidade de se reunirem com vários colegas do Secretariado do Parlamento Europeu, principalmente os que trabalham nos secretariados das comissões.

Além dos debates sobre as reuniões interparlamentares regulares tradicionais (Conferência sobre Estabilidade, Cooperação Económica e Governação; Conferência sobre a PESC/PCSD; Grupo de

Controlo Parlamentar Conjunto da Europol; visita da Conferência dos Presidentes à capital da Presidência), foi igualmente organizada uma série de intercâmbios sobre temas a abordar pelo Parlamento sueco em conferências temáticas que deveriam ser organizadas em 2023. Os temas destas conferências serão os seguintes: «Desafios e oportunidades para o futuro aprovisionamento energético da UE», «Democracia na Europa (Estado de direito, transparência, etc.)» e «Pacto Ecológico Europeu, com destaque para a bioeconomia circular».



O objetivo das reuniões foi criar os contactos necessários entre os funcionários do país da Presidência e o pessoal do Parlamento Europeu e proporcionar uma oportunidade para um intercâmbio inicial de informações sobre procedimentos, temas e ordens do dia de futuros eventos e atividades.

Para além do programa principal, tal como acima descrito, a Direção também facilitou a organização de reuniões bilaterais, que tinham sido solicitadas para um número limitado de visitantes dos parlamentos da Presidência. Os temas abrangidos pelas reuniões bilaterais incluíram:

- a organização de reuniões à distância e híbridas, em especial as que envolvem um elevado número de ligações e participantes, e a utilização de um grande número de línguas,
- procedimentos protocolares e visitas de alto nível,
- comunicações e segurança.

Principais desenvolvimentos em 2022:

- O Programa de Apoio à Presidência foi oferecido, pela primeira vez após dois anos, na forma de reunião presencial em Bruxelas. Em alguns casos, ligações à distância limitadas permitiram a participação de colegas que não podiam deslocar-se a Bruxelas.
- No primeiro semestre de 2022, foi concebido e proposto ao Parlamento checo um programa de apoio ao Parlamento na Presidência, a fim de o preparar para a Presidência no segundo semestre de 2022.
- No segundo semestre de 2022, foi concebido e proposto ao Parlamento sueco um programa de apoio ao Parlamento na Presidência, a fim de o preparar para a Presidência no primeiro semestre de 2023.

6.4. Rede de representantes dos parlamentos nacionais da UE em Bruxelas

A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais acolhe e alberga os representantes administrativos designados pelos parlamentos/câmaras nacionais para o Parlamento Europeu. Desde 1991, com o intuito de reforçar a cooperação interparlamentar com a UE, o Parlamento Europeu disponibiliza gratuitamente aos representantes, mediante pedido, gabinetes e outros espaços internos nas suas instalações em Bruxelas e Estrasburgo.

Os parlamentos nacionais da UE enviam funcionários nacionais a Bruxelas para facilitar as relações com a UE. Atualmente, 55 funcionários dos 27 parlamentos nacionais da UE ocupam 43 gabinetes nas instalações do Parlamento Europeu¹⁵. Estes representantes são funcionários nacionais que, para além das funções administrativas que lhes foram atribuídas, são responsáveis pela partilha mútua

¹⁵Situação a 17 de janeiro de 2022, incluindo o Secretariado da COSAC e o responsável pela informação do IPEX..

de informações (fluxo recíproco entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais da UE), um fator essencial nos assuntos da UE.

Os representantes trabalham no mesmo edifício que alberga a Direção, o que dá origem a inúmeras sinergias e facilita os intercâmbios. Em 2022, os contactos tornaram-se mais fáceis, uma vez que as restrições impostas devido à pandemia de COVID-19 foram gradualmente levantadas e se tornou possível realizar novamente eventos sociais e reuniões presenciais.

Uma lista dos representantes dos parlamentos nacionais está disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/relnatparl/en/networks/representatives-of-national-parliaments.html>

Principais desenvolvimentos em 2022:

- Reunião de 10 de fevereiro de 2022 entre os representantes dos parlamentos nacionais e Othmar Karas, o recém-eleito primeiro vice-presidente para as relações com os parlamentos nacionais e a COSAC.
- Reunião de 16 de novembro de 2022 entre os representantes dos parlamentos nacionais e Klaus Welle, Secretário-Geral do Parlamento Europeu, antes do termo do seu mandato.

6.5. Seminários para o pessoal

Tal como o Parlamento Europeu afirmou na sua resolução de 2018 sobre a aplicação das disposições do Tratado relativas aos parlamentos nacionais¹⁶, «uma melhor interação e um melhor intercâmbio de informações entre os deputados do Parlamento Europeu e os deputados dos parlamentos nacionais poderiam contribuir para melhorar o escrutínio do debate europeu a nível nacional e assim promover uma cultura parlamentar e política genuinamente europeia». Em 2019, a Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais organizou uma série de seminários para o pessoal dos parlamentos/câmaras nacionais da UE. O objetivo era reunir membros do pessoal dos parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu, a fim de apresentar e debater temas europeus relevantes, promover a aprendizagem interpares e proceder ao intercâmbio de boas práticas.

Para além da cooperação interparlamentar a nível político, um importante desenvolvimento nos últimos anos foi a organização de seminários para o pessoal, a fim de facilitar os intercâmbios técnicos ao nível do pessoal. Os seminários para o pessoal constituem uma plataforma importante para a administração do Parlamento realizar intercâmbios mais específicos centrados em domínios de interesse comum. São um elemento dinâmico do trabalho, tanto do PE, como dos parlamentos nacionais da UE.

6.5.1 Seminário para o pessoal sobre igualdade de género e diversidade, em 16 de junho de 2022:

Um bom exemplo do êxito dos seminários para o pessoal, inclusive dos parlamentos nacionais da UE, foi o evento organizado conjuntamente pela Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais e pelos colegas da Unidade da Igualdade, da Inclusão e da Diversidade na DG Pessoal. Na sequência de um pedido do Grupo de Alto Nível do PE para a Igualdade de Género e a Diversidade, realizou-se em 16 de junho de 2022, em Bruxelas, um seminário interparlamentar para o pessoal. O evento permitiu que os serviços pertinentes do PE e de vários parlamentos nacionais examinassem as melhores práticas em matéria de inclusão e diversidade nas suas políticas internas de recursos humanos.

¹⁶Resolução do Parlamento Europeu, de 19 de abril de 2018, sobre a aplicação das disposições do Tratado relativas aos parlamentos nacionais (JO C 390 de 18.11.2019, p. 121).

6.5.2 Seminário para o pessoal com os serviços médicos, em 29 e 30 de setembro de 2022:

Em 2022, registou-se uma nova evolução importante com a organização, à distância, de um seminário para o pessoal, que reuniu colegas do Parlamento Europeu e das administrações dos parlamentos nacionais responsáveis por prestar assistência médica e dar resposta em situações de emergência aos deputados e ao pessoal. O serviço médico do PE acolheu o seminário. O planeamento do evento tinha começado no início de 2020, mas foi adiado devido às restrições impostas a viagem e reuniões presenciais para controlar a pandemia de COVID-19. O seminário foi finalmente realizado como evento presencial em 29 e 30 de setembro de 2022. O programa incluiu ateliês para garantir que todos os participantes pudessem dar um contributo ativo e o seminário resultou num valioso intercâmbio de boas práticas.

6.5.3 Seminários para o pessoal sobre o Semestre Europeu:

A Unidade de Apoio à Governação Económica, em cooperação com a Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais, continuou a organizar seminários para o pessoal destinados a partilhar as informações mais recentes sobre o Semestre Europeu. Foram incluídos temas como as prioridades económicas e o reforço da cooperação no ciclo do Semestre Europeu, bem como o melhor entendimento de tudo o que engloba, através da partilha de conhecimentos e do intercâmbio de boas práticas. Em 2022, foram organizados seis seminários deste tipo, dois dos quais presenciais, em Berlim e Praga, e quatro virtuais, incluindo um webinar sobre a guerra na Ucrânia.

É igualmente de referir que os intercâmbios interparlamentares de pessoal que abrangem domínios específicos da vida administrativa, e que tinham começado com seminários para o pessoal no passado, prosseguiram a sua atividade. Um exemplo de uma rede deste tipo, que organizou um evento em 2022, foi a do pessoal que se ocupa da pegada ambiental do trabalho dos parlamentos, em que o PE foi representado pela Unidade do Sistema de Ecogestão e Auditoria (EMAS).

Principais desenvolvimentos em 2022:

- A organização do seminário para o pessoal sobre Igualdade de Género e Diversidade, em 16 de junho de 2022, e o seminário para o pessoal com os Serviços Médicos, em 29 e 30 de setembro de 2022.
- Continuação da atividade das redes criadas em seminários anteriores para o pessoal, tais como a rede para o pessoal que se ocupa da pegada ambiental do trabalho dos parlamentos.
- As reuniões virtuais revelaram-se um instrumento útil para reforçar o intercâmbio de boas práticas entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais no domínio da governação económica.

7. FERRAMENTAS E ATIVIDADES DE APOIO

7.1. Organização de reuniões à distância e videoconferências

O Parlamento Europeu começou a utilizar as videoconferências como ferramenta para facilitar a cooperação interparlamentar há alguns anos. Há muito que o Parlamento Europeu dispõe de soluções técnicas que permitem a realização de videoconferências com uma qualidade muito elevada de imagem e de som, bem como a interpretação em várias línguas. No entanto, antes de 2020, o recurso às videoconferências era limitado. No início da crise sanitária em 2020, a necessidade de adaptar e melhorar as novas formas de trabalhar e cooperar à distância conduziu a um enorme salto digital e técnico na organização de reuniões parlamentares à distância. Em 2022, as videoconferências continuaram a ser utilizadas, embora a grave crise sanitária tenha terminado e se tenha começado a retomar os métodos de trabalho pré-COVID. As videoconferências tornaram-se parte integrante dos trabalhos do Parlamento Europeu.

Tendo em conta que é composto por deputados de 27 países diferentes, o Parlamento Europeu já há muito está ciente dos benefícios das videoconferências, pois permitem contactos mais regulares entre os deputados, reduzindo simultaneamente o tempo de viagem, os custos e a pegada de carbono. As videoconferências são, sobretudo, uma ferramenta eficaz em termos de custos e respeitadora do ambiente para organizar reuniões, pelo que foram investidos recursos adequados para apoiar a sua realização. Nos últimos anos e, em especial, devido à pandemia de COVID-19, registaram-se progressos consideráveis no domínio das tecnologias digitais e da sua utilização no local de trabalho.

A situação epidemiológica em 2022 melhorou o suficiente para permitir uma retoma geral das deslocações e a organização de grandes reuniões presenciais. No entanto, no que diz respeito à cooperação interparlamentar, as reuniões à distância continuaram a ser o formato mais comumente utilizado, em especial no primeiro semestre do ano. Em 2022, o Parlamento Europeu continuou a utilizar a plataforma Interactio para reuniões multilingues, com interpretação disponível para as reuniões das comissões e as conferências interparlamentares. Esta nova forma de organizar intercâmbios continuou a ser utilizada em muitas das reuniões e atividades organizadas.

Durante os anos das restrições relacionadas com a saúde pública, quando os debates à distância e as reuniões híbridas foram amplamente utilizados, os deputados dos parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu sentiram a falta dos intercâmbios presenciais e os contactos pessoais mais interativos. A retoma das reuniões presenciais no segundo semestre do ano foi saudada com entusiasmo e satisfação.

Principais desenvolvimentos em 2022:

- Tal como nos anos anteriores, as reuniões à distância realizadas por videoconferência foram o canal ainda preferido para a comunicação interparlamentar no primeiro semestre em 2022, englobando desde reuniões bilaterais informais por videoconferência até conferências complexas de alto nível com muitos participantes. As reuniões à distância ou híbridas tornaram-se a alternativa às reuniões presenciais no Parlamento Europeu.
- Continuou a haver uma grande participação dos deputados dos Parlamentos nacionais, dos deputados ao Parlamento Europeu e dos oradores de alto nível em reuniões à distância, estando, aparentemente, estes últimos mais facilmente disponíveis para participar em reuniões realizadas à distância do que em intercâmbios presenciais.

7.2. CONNECT – a base de dados de documentos apresentados pelos parlamentos nacionais

CONNECT

A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais disponibiliza aos deputados europeus (em particular aos relatores) e aos órgãos políticos e serviços do Parlamento Europeu conhecimentos específicos sobre os contributos dos parlamentos nacionais, ao abrigo dos Protocolos n.os 1 e 2, ao longo de todo o ciclo legislativo. Neste contexto, a Direção gere a base de dados [CONNECT](#), que inclui todos os documentos apresentados pelos parlamentos nacionais desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, ao abrigo dos Protocolos n.os 1 e 2. Os pareceres fundamentados relativos ao sistema de alerta precoce estão disponíveis em todas as línguas oficiais da UE.

The screenshot shows the 'Subsidiarity check' page on the website <https://www.europarl.europa.eu/relnatpar/en/subsidiarity-and-ipd/subsidiarity-check>. The page features a search form with the following fields:

- Commission proposal reference *
- Year of reception of a submission (dropdown menu: All years)
- Country (dropdown menu: All countries)
- Parliament/Chamber (dropdown menu: All Parliaments/Chambers)
- Document type (dropdown menu: All types)
- Committee (dropdown menu: All committees)

Below the form, there is a note: "* You can search for all proposals of a specific year by typing COMYYYY, for example COM2017, or a concrete proposal, for example COM20170477. Attention, you need a 4 digit number following the year". At the bottom of the form are 'Search' and 'Reset' buttons.

A página de verificação da subsidiariedade do sítio Web CONNECT, onde é possível pesquisar os documentos enviados ao Parlamento Europeu ao abrigo do Protocolo n.º 2 do TFUE.

Desde 2017 que a base de dados CONNECT pode ser consultada no sítio Web da Direção. Todas as informações contidas na base de dados CONNECT, incluindo os pareceres fundamentados e os contributos recebidos dos parlamentos nacionais, estão diretamente disponíveis na aplicação eCommittee, o espaço de trabalho comum das DG IPOL e EXPO, no processo a que se referem. Tal aplica-se não só aos pareceres fundamentados, como também a todos os contributos recebidos dos parlamentos nacionais da UE ao abrigo dos Protocolos n.os 1 e 2.

A base de dados CONNECT permite aos relatores, aos deputados, aos assistentes e ao pessoal dos secretariados das comissões, bem como a todas as partes interessadas externas, ter uma panorâmica atualizada e abrangente de todos os contributos e pareceres fundamentados recebidos dos parlamentos nacionais a qualquer momento relativos a um determinado processo legislativo. Em 2022¹⁷, foram apresentados, no total, 394 documentos: 250 (63 %) no âmbito do controlo da subsidiariedade previsto no Protocolo n.º 2 e 144 (37 %) no quadro do Diálogo Político Informal (Protocolo n.º 1).

Em 1 de janeiro de 2022, encontravam-se, no total, 6 740 documentos (pareceres fundamentados e contributos) dos parlamentos nacionais da UE na base de dados CONNECT. 3 930 (58 %) foram apresentados no âmbito do controlo da subsidiariedade previsto no Protocolo n.º 2 e 2 810 (42 %) foram apresentados no quadro do Diálogo Político Informal.

¹⁷O número total de documentos pode divergir (dentro da margem de erro estatística) do número refletido no CONNECT. Tal deve-se à manutenção técnica da base de dados e a erros no sistema.

Principais desenvolvimentos em 2022:

- A base de dados CONNECT está a ser atualizada para se tornar compatível com a receção automática de documentos através da nova plataforma de envio de contributos dos parlamentos nacionais (NPS).

7.3. Diretório de correspondência entre comissões (CorCom)

CORCOM

O diretório de correspondência entre comissões (CorCom) é um recurso de informação sobre as comissões dos parlamentos nacionais correspondentes às comissões do Parlamento Europeu. Também contém informações sobre os diferentes secretariados das comissões dos parlamentos nacionais da UE e do Parlamento Europeu. As informações contidas no diretório são fornecidas pelos representantes permanentes dos parlamentos nacionais da UE com sede em Bruxelas.

A CorCom é um instrumento útil para estabelecer ligações entre as comissões do Parlamento Europeu e as comissões homólogas dos parlamentos nacionais. Também contém informações sobre as presidências e os secretariados das comissões, o que é particularmente útil para reforçar a cooperação entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais.

Na sequência da adoção de uma resolução, em maio de 2009¹⁸, sobre o desenvolvimento das relações entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais ao abrigo do Tratado de Lisboa (relator: Elmar Brok), o Regimento do Parlamento Europeu foi revisto em conformidade e prevê agora que «uma comissão pode encetar diretamente um diálogo com os parlamentos nacionais a nível de comissões, dentro dos limites das dotações orçamentais reservadas para esse efeito. Este diálogo pode incluir formas adequadas de cooperação pré-legislativa e pós-legislativa» (artigo 150.º, n.º 3, do Regimento).

A aplicação CorCom está constantemente a ser melhorada e atualizada para ir ao encontro das necessidades em constante evolução dos utilizadores. Nos últimos anos, tornou-se uma aplicação baseada na Web, que se destina exclusivamente a uso interno, com acesso restrito aos utilizadores. Encontra-se disponível na Intranet do Parlamento Europeu. Agora é muito mais intuitiva e está equipada com um conjunto de novas funcionalidades. Em 2022, a aplicação recebeu 436 visitas, com 420 643 visualizações da aplicação e 118 276 visualizações individuais das suas páginas web.

7.4. Ferramenta para envio de contributos dos parlamentos nacionais (NPS)

A Ferramenta para envio de contributos dos parlamentos nacionais (NPS) é uma plataforma online e intuitiva do PE especificamente criada para a transmissão dos contributos dos parlamentos nacionais da UE no quadro dos Protocolos n.º 1 e 2.

O seu objetivo é garantir, simplificar e oficializar o procedimento de envio de um contributo ao Parlamento Europeu por qualquer parlamento nacional.

¹⁸ Resolução do Parlamento Europeu, de 7 de maio de 2009, sobre o desenvolvimento das relações entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais ao abrigo do Tratado de Lisboa (JO C 212 E de 5.8.2010, p. 94).

O desenvolvimento do projeto da ferramenta NPS teve início em 2019 no âmbito da carteira de projetos parlamentares do Parlamento Europeu. Na sequência das fases-piloto e dos testes, bem como de uma série de sessões de formação organizadas em 2022 com a participação de colegas dos parlamentos nacionais, a ferramenta deverá ser lançada no primeiro semestre de 2023.

O objetivo do projeto era criar uma ferramenta de registo automática online e de fácil utilização para a apresentação de pareceres fundamentados e contributos dos parlamentos nacionais da UE. Ao preencherem um formulário online, os parlamentos nacionais poderão fornecer informações sobre o documento (preenchendo os dados necessários) e carregá-lo. Será então automaticamente enviado aos serviços competentes do PE e atribuído e transmitido a uma lista de distribuição interna predefinida.

O benefício da ferramenta NPS reside no facto de ser intuitiva, rápida e mais segura para o envio de documentos dos parlamentos nacionais no âmbito dos Protocolos n.º 1 e 2. É mais segura em termos de pirataria informática e de mistificação de dados.

Esta evolução ajuda a obter dados adequados e exatos sobre os documentos apresentados. Fornecerá uma confirmação imediata da receção oficial do documento pelo Parlamento Europeu. Com o aumento da rapidez do processo, o contributo chegará à comissão competente do PE e ao relator em tempo útil, enquanto o dossiê ainda estiver na ordem do dia da comissão. Contribuirá para aumentar a eficiência do diálogo legislativo entre o PE e os parlamentos nacionais da UE e para intensificar a cooperação interparlamentar.

7.5. Publicações da Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais

A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais é responsável por uma série de publicações.

O relatório anual sobre as relações entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais da UE contém todas as atividades e os desenvolvimentos da cooperação interparlamentar na UE num determinado ano, com estatísticas pormenorizadas. A «Spotlight on Parliaments in Europe» sintetiza informações sobre determinados assuntos de atualidade e é distribuída pelos parlamentos na rede CEIDP. A «Weekly Agenda» fornece informações sobre as atividades que envolvem os parlamentos nacionais, com vista a aumentar a transparência e a visibilidade das inúmeras atividades interparlamentares realizadas. A «State of Play Note» fornece informações sobre os contributos recebidos dos parlamentos nacionais. O calendário de atividades interparlamentares é publicado semestralmente. A ficha informativa de cada parlamento nacional da UE é um documento conciso que contém uma descrição de cada parlamento. O sítio Web da Direção é o espaço online onde podem ser encontradas todas as informações atualizadas.

7.5.1 Relatório anual sobre as relações entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais da UE

Os relatórios sobre as relações interparlamentares da UE estão disponíveis de 2010 em diante. Ademais, os relatórios anuais a contar de 2017 estão disponíveis no seguinte [sítio Web da Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais](https://www.europarl.europa.eu/relnatparl/en/home/annual-reports): <https://www.europarl.europa.eu/relnatparl/en/home/annual-reports>

7.5.2 «Spotlight on Parliaments in Europe»

A publicação «Spotlight» resume informações sobre determinados assuntos de atualidade. É divulgada entre os parlamentos na rede CEIDP.

Em 2022, a Direção preparou uma edição:

- [«Spotlight» n.º 37 – fevereiro de 2022 – Obrigação governamental de fornecer informações adequadas sobre os projetos de lei.](#)

Esta publicação, bem como as anteriores, está disponível no [sítio Web da Direção](#).

7.5.3 «Weekly Agenda»

A [«Weekly Agenda»](#) é enviada por correio eletrónico às sextas-feiras a todos os deputados e serviços do Parlamento Europeu. Em 2022, foram enviadas 39 «Weekly Agenda». A publicação abrange os eventos interparlamentares das duas semanas seguintes, como as visitas bilaterais, as conferências interparlamentares e as reuniões interparlamentares de comissões. São fornecidas informações sobre a data, o local e os serviços do PE envolvidos.

7.5.4 «State of Play Note»

A Direção produz mensalmente uma [«State of Play Note»](#) sobre os pareceres fundamentados e os contributos apresentados pelos parlamentos nacionais. O capítulo 5.1.3 inclui informações adicionais sobre a «State of Play Note».

7.5.5 Calendário de atividades interparlamentares

O [calendário de atividades interparlamentares](#) é publicado semestralmente. Abrange eventos interparlamentares organizados pelo parlamento na Presidência e pelo Parlamento Europeu, como conferências interparlamentares, conferências de alto nível e reuniões interparlamentares de comissões.

7.5.6 Fichas informativas sobre os parlamentos nacionais da UE

As 39 [fichas informativas individuais sobre as câmaras/os parlamentos nacionais da UE](#) estão disponíveis no sítio Web da Direção. Cada ficha informativa é um documento conciso que contém uma descrição de cada parlamento/câmara.

7.5.7 Sítio Web

A Direção também gere o seu próprio [sítio Web](#), em que partilha informações sobre as suas futuras atividades e publicações.

8. DIREÇÃO DAS RELAÇÕES COM OS PARLAMENTOS NACIONAIS



O ano de 2022 foi o primeiro ano pós-COVID em que a vida e as atividades começaram a regressar gradualmente à normalidade. A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais procurou retomar as suas atividades como habitualmente, no intuito de prestar um apoio de elevada qualidade aos deputados ao Parlamento Europeu e aos seus vários parceiros, prosseguir a cooperação institucional e o diálogo legislativo com os parlamentos nacionais da UE e prestar assistência em diversos eventos interparlamentares.

A Direção organiza as atividades interparlamentares, a que presta apoio, contribui para a aplicação das disposições do Tratado em matéria de cooperação interparlamentar, e funciona como um centro de conhecimento que reúne informação sobre os parlamentos nacionais da UE. Além disso, representa o Parlamento Europeu nas redes administrativas de cooperação interparlamentar, gere as relações com os funcionários que representam os parlamentos nacionais da UE em Bruxelas e mantém ligações estreitas com as respetivas administrações.

A Direção agradece o apoio contínuo do secretário-geral e do secretário-geral adjunto, bem como de todos os serviços das direções-gerais do Parlamento Europeu com que coopera.

Em 1 de novembro de 2022, na sequência de uma reorganização interna da estrutura do quadro de pessoal administrativo do Parlamento Europeu, foi criada uma nova direção-geral: a Direção-Geral das Parcerias para a Democracia Parlamentar, cuja diretora-geral é Saanaleena Lepola-Honig. A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais é agora uma das direções desta nova DG, o que proporcionou novas oportunidades para criar sinergias e aumentar a cooperação numa série de domínios.

A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais

Diretora: Katrin Ruhmann

A Direção é composta por duas unidades:

1. Unidade do Diálogo Legislativo

A Unidade do Diálogo Legislativo é essencialmente responsável pelo diálogo político e legislativo com os parlamentos nacionais. Planeia, coordena e organiza reuniões interparlamentares ao nível das comissões, incluindo reuniões interparlamentares de comissões, a Semana Parlamentar Europeia e o GCPC da Europol. Também assegura o controlo da observância do princípio da subsidiariedade e o seguimento, com os relatores e as comissões, da aplicação do Protocolo n.º 2 relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade. A Unidade também organiza seminários temáticos que reúnem as administrações do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais e é responsável pelas bases de dados CONNECT e CorCom.

Chefe de Unidade: Jesús Gómez

2. Unidade de Cooperação Institucional

Os domínios de competência da Unidade de Cooperação Institucional incluem a cooperação multilateral regulamentada, ou seja, a conferência dos presidentes dos parlamentos da UE, as reuniões dos secretários-gerais dos parlamentos da UE e a COSAC. A Unidade também lida com as redes estabelecidas, nomeadamente o IPEX e o CEIDP, gere a cooperação com a DG EXPO, e coordena os programas de apoio ao «Parlamento na Presidência» e as visitas de desenvolvimento de capacidades.

Chefe de Unidade: Anne Louise McLauchlan

O presente relatório, bem como outras informações sobre as relações do Parlamento Europeu com os parlamentos nacionais da UE, pode ser consultado no [sítio Web do Parlamento Europeu](https://www.europarl.europa.eu/relnatparl/en/home/annual-reports.html): <https://www.europarl.europa.eu/relnatparl/en/home/annual-reports.html>

ANEXOS

ANEXO I – Reuniões da COSAC – Temas e principais oradores em 2022

Para obter informações mais pormenorizadas sobre as ordens do dia das reuniões da COSAC publicadas pelas presidências, consulte o sítio Web do IPEX: www.ipex.eu

Evento da COSAC	Local, data	Temas	Principais oradores/ intervenientes do Parlamento Europeu
Reunião extraordinária da tróica presidencial da COSAC	Videoconferência, 10 de janeiro de 2022	I. Apresentação dos dois grupos de trabalho previstos pela Presidência II. Debate sobre as regras de votação das reuniões dos presidentes da COSAC	
Reunião dos presidentes da COSAC	Paris, 13 e 14 de janeiro de 2022	I. Apresentação das prioridades da Presidência francesa II. Novos métodos de trabalho na COSAC III. 20.º aniversário do euro: concretizações e futuro do euro	
Reunião plenária da LXVII COSAC	Paris, 3-5 de março de 2022	I. Avaliação inicial da Presidência francesa do Conselho da União Europeia II. Plano de recuperação para a Europa e o fim da crise III. Alterações climáticas e transição energética IV. Conferência sobre o Futuro da Europa V. Relatórios intercalares dos grupos de trabalho VI. Debate sobre a Ucrânia	Othmar Karas, primeiro vice-presidente do Parlamento Europeu Guy Verhofstadt, deputado ao Parlamento Europeu, copresidente do Conselho Executivo da Conferência sobre o Futuro da Europa
Reunião dos presidentes da COSAC	Praga, 10 e 11 de julho de 2022	I. Apresentação das prioridades da Presidência checa II. Meios de comunicação social e democracia: Desafios atuais	Othmar Karas, primeiro vice-presidente do Parlamento Europeu
Visita de um grupo de presidentes da Comissão dos Assuntos Europeus dos Parlamentos nacionais da UE e do Parlamento Europeu ao Parlamento da Ucrânia	Kiev, 30 de setembro de 2022	A situação na Ucrânia no contexto da agressão russa em curso	O Parlamento Europeu foi representado pelo seu primeiro vice-presidente, Othmar Karas
Troca de pontos de vista com Margrethe Vestager, vice-presidente executiva de Uma Europa Preparada para a Era Digital da Comissão, e os presidentes das Comissões de Assuntos Europeus dos parlamentos nacionais da UE e do Parlamento Europeu	Videoconferência, 6 de outubro de 2022	Uma Europa Preparada para a Era Digital	
Exchange of views between Věra Jourová, European Commission Vice-President for Values and Transparency, and the Chairpersons of the Committees on European Affairs of EU national Parliaments and the European Parliament	Videoconferência, 27 October 2022	Relatório sobre o Estado de Direito e Regulamento Liberdade dos Meios de Comunicação Social	
Troca de pontos de vista entre Maroš Šefčovič, vice-presidente das Relações Interinstitucionais e Prospetiva da Comissão Europeia, e os presidentes das Comissões de Assuntos Europeus dos parlamentos nacionais da UE e do Parlamento Europeu	Videoconferência, 24 de novembro de 2022	Ponto da situação das relações UE-Videoconferência, 24 de Unido e o papel dos parlamentos nacionais	
Reunião plenária da LXVI COSAC	Praga, 13-15 de novembro de 2022	I. Presidência checa do Conselho da UE II. Futuro da UE III. Autonomia estratégica da UE IV. Ucrânia – Ponto da situação, reconstrução, migração V. RPerspetiva europeia dos países dos Balcãs Ocidentais e da Parceria Oriental	Othmar Karas, primeiro vice-presidente do Parlamento Europeu Salvatore De Meo, presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu

Reuniões do grupo de trabalho da COSAC sobre «o papel dos parlamentos nacionais na UE»		Reuniões do grupo de trabalho da COSAC sobre «o lugar dos valores europeus no centro do sentimento de pertença à UE»	
8 de fevereiro de 2022	Videoconferência	8 de fevereiro de 2022	Videoconferência
24 de fevereiro de 2022	Videoconferência	25 de fevereiro de 2022	Videoconferência
9 de março de 2022	Videoconferência	8 de março de 2022	Videoconferência
30 de março de 2022	Videoconferência	22 de março de 2022	Videoconferência
27 de abril de 2022	Videoconferência	12 de abril de 2022	Videoconferência
16 de maio de 2022	Videoconferência	26 de abril de 2022	Videoconferência
31 de maio de 2022	Videoconferência	24 de maio de 2022	Videoconferência
14 de junho de 2022	Formato híbrido – Paris e videoconferência	31 de maio de 2022	Videoconferência
		1 de junho de 2022	Formato híbrido – visita presencial ao Tribunal de Justiça da União Europeia e troca de pontos de vista com o seu presidente, Koen Lenaerts, no Luxemburgo, e videoconferência
		9 de junho de 2022	Videoconferência
		14 de junho de 2022	Formato híbrido – Paris e videoconferência

ANEXO II – Reuniões interparlamentares de comissões e conferências interparlamentares organizadas pelo Parlamento Europeu em Bruxelas em 2022

Data	Comissão do Parlamento Europeu	Evento		Parlamentos nacionais			PE
		Tipo de reunião	Título da reunião	Deputados	Parlamentos	Câmaras	Deputados
1 de fevereiro de 2022	LIEBE	Reunião interparlamentar de comissões	Avaliação das atividades da Eurojust	48	21	26	19
3 de março de 2022	FEMM	Reunião interparlamentar de comissões	Dia Internacional da Mulher 2022: um futuro ambicioso para as mulheres europeias depois da COVID-19	51	17	24	50
4 de março de 2022	PRES CABINET	Reunião interparlamentar de comissões	Reunião dos presidentes dos parlamentos nacionais da UE com o presidente do Parlamento da Ucrânia, organizada com a presidente Metsola	24	20	23	1
15 de março de 2022	ECON-BUDG-EMPL	Semana Parlamentar Europeia: Reunião interparlamentar de comissões	Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governança na União Europeia	92	24	30	68
16 de março de 2022	ECON-BUDG-EMPL	Semana Parlamentar Europeia: Reunião interparlamentar de comissões	Conferência de Alto Nível sobre o Mecanismo de Recuperação e Resiliência: ensinamentos para o futuro				
21 de abril de 2022	DROI-JURI	Reunião interparlamentar de comissões	Responsabilidade social das empresas por violações graves dos direitos humanos em países terceiros	28	16	20	96
25 de abril de 2022	JURI	Reunião interparlamentar de comissões	O Mecanismo de Subsidiariedade da UE	30	15	18	48
17 de maio de 2022	AFCO	Reunião interparlamentar de comissões	Primeiros resultados da Conferência sobre o Futuro da União Europeia	63	21	30	28
14 de junho de 2022	DEVE	Reunião interparlamentar de comissões	A crise da dívida nos países em desenvolvimento	25	12	14	11
16 de junho de 2022	CONT	Reunião interparlamentar de comissões	As experiências e os desafios comuns associados ao desempenho de funções de controlo orçamental	7	4	5	2
27 de junho de 2022	AFET	Reunião interparlamentar de comissões	Política de alargamento da UE na sequência da invasão da Ucrânia pela Rússia	49	20	26	28
12 de julho de 2022	FEMM-LIBE-EMPL	Reunião interparlamentar de comissões	Os direitos das mulheres ucranianas que fogem da guerra	29	13	15	19
24 e 25 de outubro de 2022	LIBE	Grupo de controlo parlamentar conjunto	Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto (GCPC) da Agência da União Europeia para a Cooperação Policial (Europol)	48	21	25	20
26 de outubro de 2022	AFCO	Reunião interparlamentar de comissões	Conclusões da Conferência sobre o Futuro da Europa e o papel dos parlamentos nacionais	34	18	23	15
28 de novembro de 2022	DROI	Reunião interparlamentar de comissões	Jurisdição universal – melhorar a responsabilização por crimes internacionais graves	33	18	21	16
30 de novembro de 2022	AFET	Reunião interparlamentar de comissões	A Europa no mundo – apoiar a Ucrânia	47	20	24	15
30 de novembro de 2022	LIBE	Reunião interparlamentar de comissões	Avaliação das atividades da Eurojust	24	13	14	6
1 de dezembro de 2022	LIBE	Reunião interparlamentar de comissões	Situação do Estado de direito na UE	36	16	17	13
1 de dezembro de 2022	INGE	Reunião interparlamentar de comissões	A resiliência legislativa, a legislação eleitoral e as campanhas de manipulação da informação	24	8	8	7
1 de dezembro de 2022	FEMM	Reunião interparlamentar de comissões	Integração do princípio da igualdade entre homens e mulheres	28	15	17	1
NÚMERO TOTAL DE PARTICIPANTES				720			352

ANEXO III – Visitas dos parlamentos nacionais da UE ao Parlamento Europeu em 2022 (incluindo videoconferências organizadas pela Direção)

Data(s)	País e Câmara	Visitante	Representante do PE com quem o visitante se reuniu	Tipo de visita	Número de deputados participantes	Número de membros do pessoal participantes
6-8.4.2022	HUNGRIA – Országgyűlés	Pessoal	Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais (DG PRES)	Pessoal	0	6
19.5.2022	NORUEGA – Stortinget	Comissão dos Assuntos Externos	Urmas Paet, DPE, vice-presidente da Comissão dos Assuntos Externos	Deputados	13	2
19.5.2022	FRANÇA – Assemblée Nationale	Seminário para funcionários	Pessoal da administração do PE	Pessoal	0	11
13-14.6.2022	ALEMANHA – Bundestag	Comité da Educação	Cristian-Silviu Buşoi, DPE Christian Ehler, DPE Dan Nica, DPE Sabine Verheyen, DPE Petra Kammerevert, DPE Monica Semedo, DPE Niyazi Kizilyürek, DPE Christine Anderson, DPE	Deputados	8	1
17.6.2022	FRANÇA – Sénat	Commission des Affaires européennes	Pessoal da administração do PE	Pessoal	0	14
22.6.2022	NORUEGA – Stortinget	Comissão da Energia e do Ambiente	Cristian-Silviu Buşoi, DPE, presidente da Comissão ITRE Jerzy Buzek, DPE Łukasz Kohut, DPE Christophe Grudler, DPE Ladislav Ilčíč, DPE Henna Virkkunen, DPE	Deputados	16	1
23.6.2022	PAÍSES BAIXOS – Tweede Kamer	Comissão do Comércio e do Desenvolvimento	Membros da Comissão do Comércio Internacional (INTA)	Deputados	5	2
27-28.6.2022	ALEMANHA – Bundestag	Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais	Axel Voss, DPE Barry Andrews, DPE Heidi Hautala, DPE Manon Aubry, DPE René Repasi, DPE Samira Rafaela, DPE Kira Marie Peter-Hansen, DPE Marc Angel, DPE Helmut Geuking, DPE Dennis Radtke, DPE Katrín Langensiepen, DPE Özlem Demirel, DPE Klára Dobrev, DPE	Deputados	8	11

Data(s)	País e Câmara	Visitante	Representante do PE com quem o visitante se reuniu	Tipo de visita	Número de deputados participantes	Número de membros do pessoal participantes
27.6.2022	PAÍSES BAIXOS – Tweede Kamer	Comissão dos Assuntos Económicos e do Clima	Membros das Comissões ENVI e ITRE	Deputados	5	2
27-28.6.2022	ITÁLIA – Senato	Comitato COPASIR	Raphael Glucksmann, DPE Javier Zarzalejos, DPE Morten Løkkegaard, DPE Dace Melbārde, DPE Włodzimierz Cimoszewicz, DPE Pina Picerno, DPE	Deputados	7	2
6.9.2022	NORUEGA – Stortinget	Secretários das comissões permanentes	Asger Christensen, DPE, membro da Comissão da Agricultura (AGRI)	Pessoal	0	14
14.9.2022	FRANÇA – Assemblée Nationale	Commission des Affaires européennes	Fabienne Keller, DPE Anne Sander, DPE Pierre Karleskind, DPE Nathalie Loiseau, DPE Raphaël Glucksmann, DPE François-Xavier Bellamy, DPE Sylvie Guillaume, DPE David Cormand, DPE Antonio Tajani, DPE Guy Verhofstadt, DPE	Deputados	31	2
22-23.9.2022	SUÉCIA – Riksdagen	Pessoal do Parlamento sueco em preparação para a Presidência	Representante do parlamento nacional	Pessoal	0	4
26-27.9.2022	FINLÂNDIA – Eduskunta	Grande Comissão	Daniel Freund, DPE Damien Boeselager, DPE Miapetra Kumpula-Natri, DPE Eero Heinäluoma, DPE Heidi Hautala, DPE Silvia Modig, DPE	Deputados	15	3
27-28.9.2022	DINAMARCA – Folketinget	Membros do pessoal	Kira Marie Peter-Hansen, DPE	Pessoal	0	19
28.9.2022	ESTÓNIA – Riigikogu	Deputados	Jüri Laas, porta-voz da presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola	Deputados	16	6
28-29.9.2022	NORUEGA – Parlamento norueguês Stortinget	Visita de grupos políticos	Niklas Herbst, DPE Łukasz Kohut, DPE Marc Angel, DPE Christel Schaldemose, DPE Eero Heinäluoma, DPE Erik Bergqvist, DPE Mauro Pekkarinen, DPE Peter Lundgren, DPE Robert Roos, DPE Kira Marie Peter-Hansen, DPE	Pessoal	11	3

Data(s)	País e Câmara	Visitante	Representante do PE com quem o visitante se reuniu	Tipo de visita	Número de deputados participantes	Número de membros do pessoal participantes
29.9.2022	PAÍSES BAIXOS – Tweede Kamer	Comissão para os Assuntos Europeus (EAC)	DG Presidência (PRES)	Pessoal	0	5
11.10.2022	IRLANDA – House of the Oireachtas	Visita do pessoal do Oireachtas	Pessoal da administração do PE	Pessoal	0	12
21.10.2022	NORUEGA – Parlamento norueguês Stortinget	Membros do pessoal da missão da Noruega à UE	Representante do parlamento nacional	Pessoal	0	3
7-8.11.2022	ESPANHA – Cortes Generales	Comissão Mista sobre Assuntos Europeus	Direção-Geral das Parcerias para a Democracia Parlamentar (DG PART), DG IPOL	Deputados	6	2
8.11.2022	NORUEGA – Parlamento norueguês Stortinget	Secretário de Estado do Ministério das Finanças, três membros do pessoal do ministério e dois conselheiros da missão da Noruega à UE	Representante do parlamento nacional	Pessoal	0	!
8-10.11.2022	PAÍSES BAIXOS – Tweede Kamer	Conselheiro da UE em matéria de migração	DPE Malik Azmani, Comissão LIBE, DPE	Pessoal	0	1
14.11.2022	CHÉQUIA – Câmara dos Deputados	Comité Orçamental	Membros da Subcomissão dos Assuntos Fiscais (FISC)	Deputados	3	2
28.11.2022	PAÍSES BAIXOS – Tweede Kamer	Presidente	DG Presidência (PRES)	Deputados	1	1
5-6.12.2022	IRLANDA – House of the Oireachtas	Gabinete do superintendente da House of the Oireachtas	Pessoal da administração do PE	Pessoal	0	3

ANEXO IV – Dados sobre o sistema de alerta precoce

A Comissão dos Assuntos Jurídicos, responsável por questões relacionadas com a observância do princípio da subsidiariedade no Parlamento Europeu, facultou as seguintes definições para os documentos apresentados pelos parlamentos nacionais:

- «**Pareceres fundamentados**» são documentos que assinalam a não conformidade de um projeto de ato legislativo com o princípio da subsidiariedade e que foram entregues ao Parlamento Europeu no prazo de oito semanas a que se refere o artigo 6.º do Protocolo n.º 2 aos Tratados.
- - «**Contributos**» idesignam qualquer outro documento apresentado que não preencha os critérios de parecer fundamentado acima referidos.

Documentos recebidos dos parlamentos nacionais em 2022

Estado-Membro	Parlamento/Câmara	Pareceres fundamentados	Encargos
Áustria	Nationalrat	0	0
Áustria	Bundesrat	0	3
Bélgica	Chambre des Représentants	0	0
Bélgica	Sénat	0	1
Bulgária	Narodno Sabranie	1	1
Croácia	Hrvatski Sabor	0	0
Chipre	Vouli ton Antiprosópon	0	0
Chéquia	Poslanecká sněmovna	5	21
Chéquia	Senát	2	56
Dinamarca	Folketinget	2	2
Estónia	Riigikogu	0	0
Finlândia	Eduskunta	1	1
França	Assemblée Nationale	0	2
França	Sénat	4	6
Alemanha	Bundestag	0	0
Alemanha	Bundesrat	1	17
Grécia	Vouli ton Ellinon	0	0
Hungria	Országgyűlés	1	1
Irlanda	Seanad Éireann	1	0
Irlanda	Dáil Éireann	1	0
Irlanda	Houses of the Oireachtas	0	5
Itália	Camera dei deputati	0	9
Itália	Senato	0	6
Lituânia	Seimas	0	0
Luxemburgo	Chambre des Députés	0	0
Letónia	Saeima	0	0
Malta	Kamra tad-Deputati	0	0
Países Baixos	Tweede Kamer	1	0
Países Baixos	Eerste Kamer	1	13
Polónia	Sejm	0	0
Polónia	Senat	0	0
Portugal	Assembleia da República	0	16

Estado-Membro	Parlamento/Câmara	Pareceres fundamentados	Encargos
Roménia	Camera Deputaților	0	2
Roménia	Senat	0	11
Espanha	Congreso / Senado	0	58
Suécia	Riksdag	13	1
Eslovénia	Državni Zbor	0	0
Eslovénia	Državni Svet	0	0
Eslováquia	Národná rada	0	0
Total		34	231

ANEXO V – Contributos ao abrigo do Protocolo n.º 1 – Diálogo Político Informal

Este quadro enumera os documentos dos parlamentos nacionais da UE enviados em resposta a projetos de ato legislativo que são da competência exclusiva da UE, bem como a uma grande variedade de documentos não legislativos, como Livros Verdes/Branco ou comunicações da Comissão Europeia abrangidos pelo Protocolo n.º 1 do TFUE.

Contributos recebidos dos parlamentos nacionais em 2022

Estado-Membro	Parlamento/Câmara	2022
Áustria	Nationalrat	2
Áustria	Bundesrat	0
Bélgica	Chambre des Représentants	0
Bélgica	Sénat	5
Bulgária	Narodno Sabranie	0
Croácia	Hrvatski Sabor	0
Chipre	Vouli ton Antiprosópon	0
Chéquia	Poslanecká sněmovna	17
Chéquia	Senát	35
Dinamarca	Folketinget	0
Estónia	Riigikogu	0
Finlândia	Eduskunta	0
França	Assemblée Nationale	6
França	Sénat	8
Alemanha	Bundestag	1
Alemanha	Bundesrat	12
Grécia	Vouli ton Ellinon	0
Hungria	Országgyűlés	2
Irlanda	Houses of the Oireachtas	0
Itália	Camera dei deputati	3
Itália	Senato	0
Lituânia	Seimas	1
Luxemburgo	Chambre des Députés	1
Letónia	Saeima	0
Malta	Kamra tar-Rappreżentanti	0
Países Baixos	Tweede Kamer	3
Países Baixos	Eerste Kamer	2
Polónia	Sejm	1
Polónia	Senat	2
Portugal	Assembleia da República	4
Roménia	Camera Deputaţilor	34
Roménia	Senat	6
Espanha	Congreso de los Diputados / Senado	0
Suécia	Riksdag	0
Eslovénia	Državni Zbor	0
Eslovénia	Državni Svet	0
Eslováquia	Národná rada	1
TOTAL		146

ANEXO VI – Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares (CEIDP)

A. Matérias sobre as quais os órgãos políticos e os serviços administrativos do Parlamento Europeu consultaram a rede CEIDP em 2022 através de pedidos comparativos:

Data	Título do pedido	Número do pedido
18.1.2022	Período de perguntas na Assemblée Nationale francesa	4965
28.1.2022	Identificação biométrica no Parlamento	4979
9.2.2022	Questionário sobre a execução dos programas NextGenerationEU (NGEU) e do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR)	4986
14.3.2022	Atribuição de cargos de liderança nos parlamentos	5029
7.4.2022	Urgente: votação à distância	5048
24.5.2022	Medidas contra irregularidades financeiras, fraude, corrupção e conflitos de interesses relacionados com o orçamento atribuído aos deputados	5100
15.6.2022	O papel dos contínuos nos parlamentos nacionais	5124
21.6.2022	O impacto da iniciativa legislativa nas eleições europeias nas ordens jurídicas dos Estados-Membros	5129
22.6.2022	Redução dos resíduos de plástico nos parlamentos	5130
29.6.2022	Controlo parlamentar da resposta dos governos à pandemia de COVID-19: principais documentos elaborados pelos parlamentos nacionais	5134
14.7.2022	Inquérito sobre os poderes e as competências das comissões dos parlamentos nacionais – atual modus operandi e alterações recentes	5144
18.7.2022	Sessões de integração para novos deputados – atualização do pedido 3916 pelo CEIDP	5148
19.9.2022	Supervisão parlamentar da resposta dos governos à pandemia de COVID-19 – alargamento do pedido 5134 do CEIDP aos parlamentos do Canadá, da Suíça, do Reino Unido e dos EUA	5195
13.10.2022	Utilização do Pegasus e de software espião de vigilância equivalente	5218
21.12.2022	Cessação/retirada e suspensão do mandato dos deputados ao Parlamento Europeu e dos deputados dos parlamentos nacionais	5289
21.12.2022	Cessação/retirada e suspensão do mandato de deputados de parlamentos nacionais terceiros	5290

B. . O Parlamento Europeu respondeu a pedidos de outros parlamentos membros do CEIDP sobre os seguintes temas:

Data	Título do pedido	Número do pedido
	Documentos sobre a política desportiva dos municípios	5287
	Financiamento dos grupos políticos no Parlamento	5280
	Dualidade de práticas entre os profissionais da saúde	5279
	Regulamentação relativa à utilização da fachada do edifício do Parlamento	5267
	Prestação de informações sobre as reuniões plenárias e das comissões	5263
	Eleição de dirigentes de partidos políticos ou eleitorais como deputados ao Parlamento	5255
	Questionário da PACE sobre boas práticas na avaliação das políticas públicas	5248
	Associações parlamentares	5247
	Âmbito material do RGPD e perguntas adicionais	5241
	Procedimento de votação nas iniciativas legislativas dos deputados	5227

Data	Título do pedido	Número do pedido
Questionário destinado aos membros do CEIDP sobre análise e visualização de dados	5223	
Apoio ao regresso ao trabalho de antigos deputados	5217	
Indumentária dos deputados no hemiciclo	5216	
Questionário do presidente da Assembleia Nacional: a relação entre o cidadão e o seu parlamento	5204	
Financiamento dos grupos políticos no Parlamento	5203	
Regulamentação da atividade de reprodução e sementeação	5202	
Organização da receção de visitantes do Parlamento	5201	
Como estão os estabelecimentos de ensino a lidar com a crise energética?	5200	
Estatuto dos deputados ao Parlamento	5199	Urgente – Atualização do pedido 4508
Informação prévia aos jornalistas sobre decisões judiciais	5198	
Funcionamento/utilização das salas de conferência de imprensa	5196	
Medidas para promover o regresso ao trabalho de antigos parlamentares	5194	
Desenvolvimento profissional dos titulares de mandatos parlamentares e judiciais	5191	
Comissões e assuntos de coesão social	5190	
Deputados investigados, acusados ou condenados por má conduta sexual	5186	
Aumento da remuneração do pessoal parlamentar devido à inflação	5182	Urgente
Salários, despesas e outros benefícios dos deputados	5179	
Supervisão parlamentar	5176	
Votação eletrónica à distância	5163	
Educação bilingue	5161	
Financiamento e gestão do pessoal parlamentar	5153	
Sistemas de gestão de ativos dos meios de comunicação social utilizados no Parlamento	5152	
O juramento e as suas consequências jurídicas	5149	
Sessões de integração para novos deputados ao Parlamento	5148	Atualização do pedido 3916
Votação em sessão plenária	5147	
Utilização de linguagem neutra no regimento dos parlamentos regionais	5140	
Atribuição de autoria às publicações de investigação	5138	
Proteção constitucional do direito à interrupção voluntária da gravidez	5136	
Apoio a uma associação de antigos deputados	5133	
Redução dos resíduos de plástico nos parlamentos	5130	
Testes de despistagem de drogas dos funcionários públicos de alto nível	5125	Atualização do pedido 2968
Papel dos contínuos nos parlamentos nacionais	5124	
Necessidade de voltar a assinar ficheiros eletrónicos nas administrações parlamentares	5112	
Interação entre o Parlamento e as organizações da sociedade civil	5104	
Política estatal em matéria de educação multilingue	5099	
Regulamentação dos preços da banda larga	5098	
Conselho Superior da Magistratura – estrutura, composição, função, poderes	5094	
Utilização de soluções de conversão de voz em texto	5092	Atualização do pedido 5016
Condecorações, prémios e honras parlamentares	5089	
Carta da Comissão das Finanças do Parlamento da Ucrânia	5086	
Ato jurídico sobre a organização do Parlamento	5081	
Proibição de entrada de navios de pesca russos nos portos da UE	5079	
Poderes dos deputados para interrogar agências estatais	5074	

Data	Título do pedido	Número do pedido
Sistemas de conferência e votação no Parlamento – sala das reuniões plenárias e das comissões	5072	
Apreensão do produto da venda de alimentos não seguros/prejudiciais para a saúde (géneros alimentícios)	5070	
Soberania orçamental dos parlamentos	5066	
Questionário sobre seguros de imóveis do Parlamento	5065	
Acompanhamento da atividade profissional dos parlamentares após o termo do seu mandato	5064	
Teste – próximas eleições	5055	
Direitos de propriedade das crianças e responsabilidade dos pais	5043	
Inquérito online: solidariedade dos parlamentos para com a Ucrânia	5038	
Linguagem utilizada nos uniformes policiais e militares	5032	
Votação eletrónica nas comissões parlamentares	5025	Atualização do pedido 4123
Iniciativas de intercâmbio eletrónico de dados no Parlamento	5024	
Parlamentos bilingues	5017	
Distinções/condecorações/honras concedidas pelos parlamentos	5013	
Indexação de documentos	5012	
Participação do público no Parlamento e comunicação eficaz com os cidadãos	5011	
Exibição de bandeiras no Parlamento e no hemiciclo	5010	
De que forma os cidadãos de países sem relações diplomáticas visitam os países uns dos outros?	5008	
Regulamentação do mercado farmacêutico	5007	
Solvência das empresas de construção e métodos de apresentação de notificações	5006	
Acesso dos deputados às informações confidenciais dos bancos nacionais	5001	
Licença/autorização para realização de desportos extremos	5000	
Serviço de segurança do Parlamento	4994	Urgente
Estatuto dos cônjuges do presidente do Parlamento e do presidente do Estado	4985	
Plano recreativo	4972	
Ajudas de custo diárias (taxa per diem) para deputados, funcionários, agentes e terceiros que participam em missões parlamentares, tanto nacionais como no estrangeiro	4969	
Admissão e cessação de funções dos funcionários públicos	4966	
Procedimentos de redução da taxa de retenção na fonte	4963	
Estatuto dos deputados ao Parlamento que completaram o seu mandato	4961	
Luta contra as informações falsas (desinformação)	4953	
Secretário-geral do Parlamento – funções e nomeação	4952	
Apresentação de listas de candidatas a eleições políticas e medidas para incentivar a participação dos eleitores	4951	
Presentes para os deputados cessantes; materiais e formação para deputados recém-eleitos	4950	
Transcrição das atas das sessões plenárias e das comissões parlamentares	4338	

C. Seminários e reuniões estatutárias do CEIDP em 2022

Date	Meeting type	Event	Area of interest	Place	Mode
31 de março de 2022	Reunião estatutária	Comité Executivo		Bruxelas Parlamento Europeu	À distância
21 de fevereiro de 2022	Seminário online	Integração dos assuntos da UE nas administrações parlamentares	Práticas e procedimentos parlamentares	Viena Parlamento austríaco	À distância
28 de março de 2022	Seminário online	Adaptação a um ambiente informático em rápida mutação – como envolver o pessoal	As TIC nos parlamentos	Jerusalém Knesset	À distância
18 de maio de 2022	Seminário online	Participação parlamentar na execução dos planos nacionais de resiliência e recuperação	Assuntos Económicos e Orçamentais	Roma Camera dei deputati	À distância
23 e 24 de junho de 2022	Seminário	A investigação parlamentar entra numa nova era: prospetiva, estratégia e inovação	Bibliotecas, Serviços de Estudos e Arquivos	Bruxelas Parlamento Europeu	Formato híbrido
30 de junho – 1 de julho de 2022	Seminário	Autonomia e soberania orçamentais dos parlamentos	Assuntos Económicos e Orçamentais	Berlim Bundesrat em cooperação com o Bundestag	Presencial
10 de junho de 2022	Reunião estatutária	Comité Executivo		Bruxelas Parlamento Europeu	À distância
8 de setembro de 2022	Reunião estatutária	Comité Executivo		Bruxelas Parlamento Europeu	À distância
6 de outubro de 2022	Seminário online	Aplicação da Diretiva Denúncia de Irregularidades nos parlamentos	Práticas e procedimentos parlamentares	Bruxelas/Viena Câmara dos Representantes belga, Parlamento austríaco	À distância
7 de novembro de 2022	Seminário online	A proteção de dados e os parlamentos	Práticas e procedimentos parlamentares	Viena Parlamento austríaco	À distância
10 e 11 de novembro de 2022	Reunião estatutária	Conferência Anual dos Correspondentes		Erevã Assembleia Nacional da República da Arménia	Presencial
12 de dezembro de 2022	Seminário online	Sobre as comissões de coordenação parlamentar	Práticas e procedimentos parlamentares	Viena Parlamento austríaco	À distância

Glossário de termos e acrónimos

AFCO: Comissão dos Assuntos Constitucionais, Parlamento Europeu.

AFET: Comissão dos Assuntos Externos, Parlamento Europeu.

BUDG: Comissão dos Orçamentos, Parlamento Europeu.

CoFE: Conferência sobre o Futuro da Europa. Série de debates e discussões conduzidos pelos cidadãos que decorreram de abril de 2021 a maio de 2022 e permitiram que pessoas de toda a Europa partilhassem as suas ideias e ajudassem a moldar o seu futuro comum.

CONT: Comissão do Controlo Orçamental, Parlamento Europeu.

CorCom: diretório de correspondência entre comissões. Recurso de informação sobre as comissões dos parlamentos nacionais correspondentes às comissões do Parlamento Europeu. Contém informações sobre os diferentes secretariados das comissões dos parlamentos nacionais da UE e do Parlamento Europeu.

CSAC: Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União. Conferência, organizada em conformidade com o Tratado, de deputados ao Parlamento Europeu e deputados dos parlamentos nacionais membros dos órgãos especializados em assuntos da União.

DEVE: Comissão do Desenvolvimento, Parlamento Europeu.

DG EXPO: Direção-Geral das Políticas Externas da União, Secretariado do Parlamento Europeu.

DG IPOL: Direção-Geral das Políticas Internas da União, Secretariado do Parlamento Europeu.

DG ITEC: Direção-Geral da Inovação e do Apoio Tecnológico, Secretariado do Parlamento Europeu.

DROI: Subcomissão dos Direitos Humanos, Parlamento Europeu.

ECPRD: Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares. Rede de intercâmbio de informações para as administrações dos parlamentos na Europa, que funciona com base em pedidos comparativos.

ECON: Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, Parlamento Europeu.

EIB: Banco Europeu de Investimento.

EMPL: Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, Parlamento Europeu.

PE: Parlamento Europeu.

SPE: Semana Parlamentar Europeia. A Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na União Europeia (CIP ECEG) e a Conferência do Semestre Europeu juntam parlamentares de toda a União Europeia para debater sobre assuntos económicos, orçamentais e sociais.

Eurojust: Agência Europeia para a Cooperação Judiciária Penal.

Europol: Agência da União Europeia responsável pela aplicação da lei.

CPPUE: Conferência dos presidentes dos parlamentos da União Europeia. Reunião anual dos presidentes dos parlamentos dos Estados-Membros da UE, organizada pelo Parlamento do país que exercia a presidência do Conselho da UE no outono anterior.

SAP: sistema de alerta precoce. Mecanismo de revisão previsto no Protocolo n.º 2 aos Tratados e que diz respeito à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade. Permite que os parlamentos nacionais enviem um parecer fundamentado aos presidentes das instituições.

FEMM: Comissão dos Direitos das Mulheres e da Igualdade dos Géneros, Parlamento Europeu.

RIC: reunião interparlamentar de comissões. Reuniões coorganizadas pelo(s) secretariado(s) da(s) comissão/ões e pela Unidade de Diálogo Legislativo da Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais do Parlamento Europeu. As RIC servem de fórum de diálogo entre os deputados dos parlamentos nacionais e os deputados ao Parlamento Europeu.

INGE: Comissão Especial sobre a Ingerência Estrangeira em Todos os Processos Democráticos na União Europeia, incluindo a Desinformação, Parlamento Europeu. O seu mandato terminou em 23 de março de 2022.

INGE2/ING2: Comissão Especial sobre a Ingerência Estrangeira em Todos os Processos Democráticos na União Europeia, incluindo a Desinformação, Parlamento Europeu. Foi criada em 24 de março de 2022 com o

mandato de dar seguimento ao relatório INGE.

CIP PESC/PCSD: Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa. Plataforma interparlamentar para o debate sobre a política externa, de segurança e de defesa da UE. Esta Conferência é organizada duas vezes por ano pelo parlamento do Estado-Membro da UE que exerce a presidência do Conselho da UE, em estreita cooperação com o Parlamento Europeu.

DPI: diálogo político informal. Os contributos dos parlamentos nacionais da UE ao abrigo do Protocolo n.º 1 para os Tratados que comentam os dossiês legislativos da competência exclusiva da UE, bem como documentos não legislativos, tais como livros brancos ou comunicações da Comissão Europeia.

IPEX: Intercâmbio Interparlamentar de Informação sobre a União Europeia. Plataforma para o intercâmbio mútuo de documentos e informações relacionados com a UE entre os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu.

GCPC: grupo de controlo parlamentar conjunto da Europol. Grupo de controlo interparlamentar que assegura a plena responsabilização e a transparência da Europol. O GCPC reúne duas vezes por ano: uma vez no parlamento do país que exerce a presidência do Conselho da UE e outra no Parlamento Europeu.

JURI: Comissão dos Assuntos Jurídicos, Parlamento Europeu.

LIBE: Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, Parlamento Europeu.

Deputados: deputados dos parlamentos (nacionais).

DPE: deputados ao Parlamento Europeu.

NextGenerationEU (NGEU): pacote de recuperação económica da UE, no valor de 800 mil milhões de EUR, destinado a apoiar a recuperação dos Estados-Membros da UE após a pandemia de COVID-19, em especial os que foram particularmente afetados.

NPS: ferramenta para envio de contributos dos parlamentos nacionais. Plataforma online para que os parlamentos nacionais da UE apresentem pareceres fundamentados e contributos ao Parlamento Europeu.

PESCO: cooperação estruturada permanente no domínio da política de segurança e defesa, estabelecida por decisão do Conselho em 11 de dezembro de 2017, com 25 Estados-Membros. Proporciona um quadro jurídico para planear, desenvolver e investir conjuntamente em projetos de capacidades partilhadas e reforçar a prontidão operacional e o contributo das forças armadas.

REPowerEU: plano da UE para reduzir rapidamente a dependência dos combustíveis fósseis russos até 2027 e acelerar a transição ecológica.

MRR: Mecanismo de Recuperação e Resiliência, iniciativa emblemática da UE que visa atenuar o impacto económico e social da crise de COVID-19 e tornar as economias e sociedades europeias mais sustentáveis, resistentes e bem preparadas para os desafios e as oportunidades das transições ecológica e digital.

SEDE: Subcomissão da Segurança e da Defesa, Parlamento Europeu.

«**Spotlight**»: publicações relacionadas com sínteses de procedimentos ou práticas parlamentares e baseadas nas respostas aos pedidos enviados à rede CEIDP.

TUE: Tratado da União Europeia.

TFUE: Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

NATIONAL PARLIAMENTS OF THE EU MEMBER STATES

December 2022



directly elected



indirectly elected / appointed / other

<p> Belgique/België/ Belgien BELGIUM</p> <p>Kamer van volksvertegenwoordigers/ Chambre des représentants/ Abgeordnetenversammlung 150 </p> <p>Senaat/ Sénat/ Senat 60 </p>	<p> България BULGARIA</p> <p>Народно събрание (Narodno sabranie) 240 </p>	<p> Česká republika CZECH REPUBLIC</p> <p>Poslanecká sněmovna 200 </p> <p>Senát 81 </p>	<p> Danmark DENMARK</p> <p>Folketinget 179 </p>
<p> Deutschland GERMANY</p> <p>Deutscher Bundestag 736 </p> <p>Bundesrat 69 </p>	<p> Eesti ESTONIA</p> <p>Riigikogu 101 </p>	<p> Éire/Ireland IRELAND</p> <p>Dáil Éireann 160 </p> <p>Seanad Éireann 60 </p>	<p> Ελλάδα GREECE</p> <p>Βουλή των Ελλήνων (Vouli ton Ellinon) 300 </p>
<p> España SPAIN</p> <p>Congreso de los Diputados 349 </p> <p>Senado 207 </p> <p>57 </p>	<p> France FRANCE</p> <p>Assemblée nationale 577 </p> <p>Sénat 348 </p>	<p> Hrvatska CROATIA</p> <p>Hrvatski sabor 151 </p>	<p> Italia ITALY</p> <p>Camera dei Deputati 400 </p> <p>Senato della Repubblica 200 </p> <p>6 </p>
<p> Κύπρος CYPRUS</p> <p>Βουλή των Αντιπροσώπων (Vouli ton Antiprosopon) 56 </p>	<p> Latvija LATVIA</p> <p>Saeima 100 </p>	<p> Lietuva LITHUANIA</p> <p>Seimas 141 </p>	<p> Luxembourg LUXEMBOURG</p> <p>Chambre des Députés 60 </p>
<p> Magyarország HUNGARY</p> <p>Országgyűlés 199 </p>	<p> Malta MALTA</p> <p>Il-Kamra Tad-Deputati 79 </p>	<p> Nederland THE NETHERLANDS</p> <p>Tweede Kamer 150 </p> <p>Eerste Kamer 75 </p>	<p> Österreich AUSTRIA</p> <p>Nationalrat 183 </p> <p>Bundesrat 61 </p>
<p> Polska POLAND</p> <p>Sejm 460 </p> <p>Senat 100 </p>	<p> Portugal PORTUGAL</p> <p>Assembleia da República 230 </p>	<p> România ROMANIA</p> <p>Camera Deputatilor 330 </p> <p>Senat 136 </p>	<p> Slovenija SLOVENIA</p> <p>Državni zbor 90 </p> <p>Državni svet 40 </p>
<p> Slovensko SLOVAKIA</p> <p>Národná Rada 150 </p>	<p> Suomi/ Finland FINLAND</p> <p>Eduskunta 200 </p>	<p> Sverige SWEDEN</p> <p>Riksdagen 349 </p>	



RELNATPARL@EP.EUROPA.EU

WWW.EUROPARL.EUROPA.EU/RELNATPARL

